

TERENCE BURCHERT MIRANDA

MOBILIDADE E TRABALHO:
TRAJETÓRIAS DE FAMÍLIAS NEGRAS DE BIGUAÇU
NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção dos títulos de Bacharel e Licenciado em História, sob orientação da Professora Beatriz Gallotti Mamigonian.

FLORIANÓPOLIS

2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Miranda, Terence Burchert

Mobilidade e trabalho : trajetórias de famílias negras de Biguaçu na primeira metade do século XX / Terence Burchert Miranda ; orientadora, Beatriz Gallotti Mamigonian - Florianópolis, SC, 2013.

118 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Migração. 3. Negros. 4. Pós-abolição. 5. Biguaçu. I. Mamigonian, Beatriz Gallotti. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em História. III. Título.



ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, às catorze horas, no Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pela Professora Beatriz Gallotti Mamigonian, Orientadora e Presidente, pela Professora Liane Maria Nagel, Titular da Banca, e pelo Mestrando Jaime José Santos Silva, Suplente, designados pela Portaria nº 67/HST/13 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Terence Burchert Miranda**, subordinado ao título: **“Mobilidade e Trabalho: Trajetórias de Famílias Negras de Biguaçu na Primeira Metade do Século XX”**. Aberta a Sessão pela Senhora Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido da Professora Beatriz Gallotti Mamigonian a nota final *9,0*, da Professora Liane Maria Nagel a nota final *9,0*, e do Mestrando Jaime José Santos Silva a nota final *9,0*, sendo aprovado com a nota final *9,0*. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, impresso de acordo com as normas da Biblioteca Universitária e em formato digital, ao Departamento de História, até o dia seis de dezembro de dois mil e treze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo Candidato.

Florianópolis, 29 de novembro de 2013.

Banca Examinadora:

Prof.a Beatriz Gallotti Mamigonian..... *Beatriz Gallotti Mamigonian*

Prof.a Liane Maria Nagel..... *Liane Maria Nagel*

Mestrando Jaime José Santos Silva..... *Jaime José Santos Silva*

Candidato Terence Burchert Miranda..... *Terence Burchert Miranda*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a vocês, entrevistados, que gentilmente nos receberam em suas casas e compartilharam conosco algumas de suas histórias de vida: Alaíde, Natália, Alfredo, Jandira, Jussara e Tupinambá. Este trabalho é dedicado a vocês e a toda comunidade negra.

O meu muito obrigado a ti, Professora Beatriz, por proporcionares a realização deste trabalho; obrigado a vocês, colegas do laboratório de pesquisa no semestre 2013/1, que participaram do processo de realização das entrevistas, em especial a ti, Jaime, que realizavas na ocasião estágio de docência e aceitaste compor a banca deste TCC; obrigado também Professora Liane, por coordenares inicialmente a elaboração do projeto desta pesquisa e por também vires a participar da banca examinadora; obrigado Pierre, por nos apresentar os entrevistados residentes em Biguaçu; e obrigado Ozias Jr., por disponibilizares o relatório de entrevistas realizadas com os moradores do Prado, fonte de pesquisa riquíssima da qual este trabalho se valeu.

Agradeço a vocês, Pai e Mãe, pela confiança e apoio incondicionais; a ti, Teteca, pelo carinho que tens pelos guris e por topar percorrer todos os quilômetros que nos separam sempre que eles não podem contar com os nossos cuidados; e não poderia me esquecer de ti, Marina, que também é uma importante colaboradora da nossa “logística” familiar. Obrigado pelo amparo nos momentos em que mais precisamos.

Agradeço a vocês, amigos e amigas desta vida. A distância não foi suficiente para nos afastar e nossos encontros esporádicos são sempre momentos repletos de felicidade.

Suélen, sem o teu amor e companheirismo este trabalho não teria sido concluído a tempo. Obrigado por estar junto a mim neste momento.

RESUMO

Este trabalho analisa as trajetórias de algumas famílias de negros oriundas de áreas rurais do município de Biguaçu, com ênfase nas condições que envolveram a formação de um campesinato negro nessa região desde os últimos anos da escravidão, e nas circunstâncias relacionadas à lenta desestabilização desses modos de vida durante a primeira metade do século XX, mediante a eclosão de um processo migratório em direção às áreas urbanas próximas. Abordamos também alguns aspectos relacionados ao estabelecimento destas famílias nas cidades, às experiências de sociabilidade nesse novo ambiente e às inúmeras estratégias elaboradas em torno do trabalho. Optamos pela história oral como metodologia de pesquisa, mediante a utilização de seis entrevistas realizadas com moradores negros dos municípios de Biguaçu e Florianópolis, assim como de um relatório de pesquisa de entrevistas realizadas com moradores dos bairros Prado e Saudade, em Biguaçu.

Palavras-chave: migração – trabalho – negros – pós-abolição – Biguaçu.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 AS MEMÓRIAS DO PÓS-EMANCIPAÇÃO E OS NEGROS EM SANTA CATARINA	23
1.1 AS EXPERIÊNCIAS DE LIBERDADE NARRADAS PELOS NEGROS.....	23
1.2 A PRESENÇA NEGRA EM SANTA CATARINA.....	32
2 NEGROS DE BIGUAÇU: TERRA E TRABALHO NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX	39
2.1 A OPÇÃO DA MOBILIDADE E A GRADUAL DESESTABILIZAÇÃO DO MODO DE VIDA CAMPESINO: ALGUMAS TRAJETÓRIAS POSSÍVEIS.....	55
3 FAMÍLIA, MORADIA E TRABALHO NO ESPAÇO URBANO	71
3.1 EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO E ESTRATÉGIAS FAMILIARES DE SOBREVIVÊNCIA.....	83
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
FONTES	107
BIBLIOGRAFIA	109
ANEXO	117

INTRODUÇÃO

A realização deste trabalho foi possível graças às atividades desenvolvidas na disciplina Laboratório de Pesquisa em História Social do Trabalho e da Cultura durante o primeiro semestre letivo de 2013, ministrada pela Professora Beatriz Gallotti Mamigonian, experiência que possibilitou ao acadêmico em vias de conclusão de curso a inserção em um campo de estudos de inquestionável relevância e ainda muito pouco explorado: o pós-emancipação. A disciplina oportunizou aos alunos o conhecimento de uma bibliografia básica sobre a temática e proporcionou a realização da discussão de textos sobre história social e metodologia da história oral, possibilitando posteriormente aventurarmos-nos na tarefa de constituição de fontes primárias sobre o período, mediante a realização de entrevistas com negros e negras moradores dos municípios de Biguaçu, Florianópolis e Paulo Lopes.

Os resultados das entrevistas foram socializados em sala de aula e muitos pontos em comum foram constatados nessas diferentes trajetórias de vida: a origem rural das famílias, a memória de antepassados escravos presente na tradição oral familiar, a migração para áreas urbanas em períodos muito próximos, as atividades de trabalho que os depoentes ou seus antepassados iriam desenvolver nesse novo ambiente, entre outras questões que procuramos problematizar neste pequeno trabalho.

Apesar de serem relativamente recentes na historiografia brasileira os estudos sobre o destino e a trajetória dos ex-escravos e seus descendentes no pós-emancipação, há muito tempo os pesquisadores têm se dedicado à análise da presença dessas populações na sociedade contemporânea. Obra precursora desses estudos foi *Casa grande e senzala*, de Gilberto Freire, de 1933. Ao relacionar as questões de seu tempo ao passado recente do país, o autor conclui que o ordenamento racial da sociedade escravista persistiu após a abolição e que a situação social dos negros em sua época consistia, acima de tudo, numa herança das relações sociais típicas daquele período. Freire interpretou como pouco conflituosa a relação entre senhores e escravos em decorrência da proximidade dos espaços de convivência no âmbito familiar, e defendeu que a tendência à harmonia entre negros e brancos permanecia no pós-

abolição como uma continuidade do período anterior.¹ Essa visão exerceu grande influência nas pesquisas posteriores e consolidou-se na academia brasileira nas décadas seguintes.

Somente nos anos 1950 surgiram estudos que questionaram essa tese. Seu crítico mais importante foi Florestan Fernandes, que preocupou-se em denunciar a existência do racismo na sociedade brasileira e criticar a noção de democracia racial, vinculada à tese de Freire. Apesar do avanço, que promoveu em certa medida a quebra do paradigma anterior, Fernandes manteve o entendimento de que as condições sociais do negro encontravam sua origem sobretudo nas relações escravistas, defendendo a ideia de que a ordenação das relações raciais no Brasil nada mais era do que uma herança do “antigo regime.”²

A intensificação das pesquisas em arquivos pelos historiadores a partir de meados da década de 1970 foi responsável pela introdução de novas problemáticas no debate sobre escravidão. A realização de investigações de cunho histórico, em fontes primárias sobre o período, fez com que novas informações fossem acessadas, possibilitando assim o surgimento de inúmeras novas questões. A importância da vida familiar e comunitária dos escravos, a possibilidade de barganha junto ao senhor e a existência de espaços autônomos de produção foram algumas dessas inovações. Os estudos sobre pós-emancipação sofreram grande influência dessa mudança de perspectiva em decorrência de seu impacto e dimensão.

O estudo do historiador norte-americano Eric Foner intitulado *Nada além da liberdade* foi responsável por inaugurar um novo ponto de vista nas pesquisas sobre pós-emancipação: o enfoque na atuação política dos libertos. Foner analisa os conflitos envolvendo terra, trabalho e Estado no pós-abolição no sul dos Estados Unidos, comparando-os às experiências da emancipação no Caribe e na África. O autor conclui que a atuação e a influência dos ex-escravos na esfera política foi fundamental para as mudanças sociais e econômicas que ocorreram no período. Além disso, aponta para a natureza ambígua da liberdade e seus inúmeros significados. Ele demonstra que a interpretação das implicações da emancipação pelos ex-escravos era bastante diferente do entendimento que tinham os

¹ FREIRE, 2003, cap. IV e V.

² FERNANDES, 1978, p. 7.

antigos senhores. Os grandes proprietários pretendiam a manutenção do sistema da grande lavoura e preocupavam-se sobretudo com o modo como deveria ser organizado o trabalho dos libertos. Estes, por sua vez, almejavam o acesso à terra. Para Foner, esse desejo “refletia o reconhecimento de que, quaisquer que fossem suas limitações, a propriedade da terra assegurava ao liberto um grau de controle sobre o tempo e o trabalho seu e de sua família.”³

Sob essa nova perspectiva surgiu e consolidou-se na década de 1980 um novo campo de estudos sobre o período pós-emancipação, ancorado, como o trabalho de Foner, nos estudos comparativos e na concepção de que o liberto e seus descendentes foram sujeitos históricos atuantes no novo cenário, pois sua ação política exerceu fundamental influência no jogo das relações sociais. Os autores passam a defender também a importância da compreensão do que “havia entre o fim da escravidão e os dias atuais”⁴, ao procurar as explicações para o destino dos libertos mais nos problemas advindos da liberdade do que nos problemas da escravidão.

Historiadores de destaque dessa vertente são Thomas Holt, que examinou na Jamaica as aspirações dos libertos, suas manifestações de inconformidade em relação à condução do processo de emancipação pela administração colonial e a maneira como esse conflito influenciou na elaboração das noções de cidadania; Rebecca Scott, que investigou as mobilizações de libertos em Cuba e na Louisiana, chamando a atenção para o caráter histórico da noção de raça, que ganhará espaço no debate público visando cercar, em muitas sociedades, a participação política dos negros; e Frederick Cooper, que estudou as tensões em torno do trabalho forçado nas colônias africanas inglesas e francesas, associando-as às diferentes noções de cidadania. Os autores defendem que “os significados da liberdade devem ser buscados em toda uma sequência de contextos históricos e sociais específicos”, sendo necessário considerar “tanto o entendimento das pessoas envolvidas no processo de emancipação quanto os princípios universais inventados para justificá-los.”⁵

Os novos estudos sobre pós-emancipação exerceram grande influência na historiografia brasileira. O primeiro trabalho de

³ FONER, 1988a, p. 80.

⁴ COOPER; HOLT; SCOTT, 2005, p. 40.

⁵ *Ibidem*, p. 52.

destaque nessa perspectiva foi *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*, de Hebe Maria Mattos, publicado em 1995. Nele a autora analisa as mudanças nas relações de dominação entre senhores e escravos nos últimos anos da escravidão, assim como as tensões geradas pelos diferentes significados de liberdade, antes e depois da abolição, na província do Rio de Janeiro. Mattos demonstra, por exemplo, a importância atribuída pelos libertos à autonomia e à mobilidade, fatores que foram grande fonte de tensões e conflitos e levaram os antigos senhores a terem que considerá-los na elaboração das novas estratégias de dominação.⁶

Uma importante implicação dessas inovações no modo de conduzir a pesquisa histórica foi a compreensão de que a constituição da identidade negra não existe apenas como resultado da resistência que essas populações promoveram à sociedade escravista e ao preconceito racial a que estiveram submetidas durante toda a nossa história. Ela é elaborada cotidianamente na experiência comum, na luta por conquista de direitos e acesso pleno à cidadania. Há desde então a compreensão de que o caráter histórico das identidades é elemento fundamental para o conhecimento do processo de emancipação dos escravos, da memória que se construirá acerca da experiência do cativo e das estratégias que foram adotadas visando a inserção social no pós-abolição.⁷ Para tanto, torna-se indispensável aos pesquisadores considerarem o entendimento que os próprios negros possuem dos processos que vivenciaram. É necessário retomar a sua percepção e valorizar as suas vivências, ou seja, suas expectativas e atitudes frente aos novos desafios gerados pelo processo de emancipação. Suas iniciativas devem ser vinculadas a projetos próprios e suas ações entendidas como fonte de influência direta na configuração das relações sociais. Essa postura possibilitará ao pesquisador o entendimento de como essas pessoas percebiam a cidadania e que tipos de estratégias traçavam para acessá-la e garantirem conquistas sociais.

Vivemos atualmente um momento em que os movimentos sociais têm garantido algumas conquistas, sobretudo relacionadas à execução de políticas de inclusão. O movimento negro, em especial,

⁶ MATTOS, 1998.

⁷ MATTOS; RIOS, 2005, p. 29.

tem apontado constantemente para a necessidade de reparo às injustiças sociais que essa parcela da população vem sofrendo ao longo de toda a nossa história. Porém, esse reparo muitas vezes tem sido associado diretamente à experiência da escravidão a que seus antepassados estiveram submetidos há mais de um século, sendo menos frequentes as referências a outros períodos mais recentes da história. Um maior conhecimento sobre o período pós-abolição sem dúvida pode contribuir para que muitas questões atuais acerca da condição social dos negros possam ser esclarecidas. Desse modo pretendemos com este estudo, conforme as dimensões adequadas a um trabalho de conclusão de curso, a realização de um exercício de pesquisa que, amparado pela metodologia da história oral, possibilite a discussão de uma temática ainda não suficientemente explorada. É nosso objetivo também somar esforços aos trabalhos que visam proporcionar maior visibilidade às populações de origem africana no Brasil e que têm se dedicado a demonstrar o quanto as suas experiências estão integradas à história de nossa sociedade. Orientamos esta pesquisa mediante a perspectiva de que os negros foram protagonistas de suas histórias e elaboraram estratégias de sobrevivência adaptadas às circunstâncias próprias de cada época.

No princípio da elaboração deste trabalho, após definida a temática, encontramos algumas dificuldades na constituição das fontes orais. Inicialmente pretendíamos realizar a análise pormenorizada das experiências de uma única família de negros de Florianópolis. Mas como não foi possível a realização de todas as entrevistas em tempo hábil, decidimos ceder espaço a um estudo mais amplo, acolhendo a contribuição da vivência de outras três famílias que haviam sido entrevistadas pelos colegas que participaram da disciplina de laboratório de pesquisa.

Definidas as fontes, elaboramos uma nova proposta de pesquisa que se deteve na análise das trajetórias de quatro famílias negras que vivenciaram um processo de emigração de áreas rurais do Município de Biguaçu e se estabeleceram próximas às áreas urbanas desse município e Florianópolis, entre as décadas de 1930 e 1940, aproximadamente. Duas delas fixaram-se no Distrito Sede de Biguaçu, e outras duas em Florianópolis: uma no Morro da Caixa d'Água, na parte continental da cidade, e outra na localidade da Serrinha, na região central da Ilha. Aspectos relacionados aos modos de vida no campo, aos possíveis fatores que levaram essas pessoas a

partirem definitivamente para a cidade, às circunstâncias em que ocorreu o seu estabelecimento e os arranjos de trabalho elaborados no novo ambiente configuram os eixos de discussão deste trabalho.

Não pretendemos realizar a apresentação e a análise de dados demográficos e estatísticos acerca do processo migratório que representou o deslocamento de inúmeras famílias negras das áreas rurais dos municípios próximos a Florianópolis para as áreas urbanas em um período de meio século. A bibliografia consultada aponta para existência de um movimento que teve início em fins da década de 1920 e teve seu auge nos anos 1950 e 1960.⁸ Nossas fontes demonstram que as famílias dos entrevistados empreenderam suas mudanças entre o fim dos anos 1920 e o início da década de 1940. Portanto trabalhamos com a perspectiva de que os casos estudados situam-se na gênese desse fenômeno, pois as fontes apontam ainda para o pioneirismo dos entrevistados ou de seus antepassados em âmbito familiar e permitem a análise de alguns possíveis fatores que levaram à eclosão do processo. Analisamos um total de seis entrevistas realizadas com sete pessoas integrantes das quatro famílias, e um relatório de pesquisa de entrevistas realizadas com moradores dos bairros Prado e Saudade, em Biguaçu, no ano 2000.

As primeiras quatro entrevistas foram realizadas durante a disciplina de Laboratório de Pesquisa, entre os meses de junho e julho de 2013. Professora e alunos elaboraram um questionário padrão, dividido em eixos temáticos que procuravam investigar aspectos relacionados à composição da família, genealogia, migração, trabalho, escolarização, discriminação e práticas religiosas e culturais, basicamente. Após, o questionário serviu de subsídio para a turma entrevistar cinco pessoas: duas moradoras de Florianópolis, duas de Biguaçu e uma de Paulo Lopes, todas elas hoje residentes nas zonas urbanas das cidades citadas.

Chamou a atenção do grupo o fato de quatro das cinco famílias possuírem a mesma região de origem: a zona rural do Município de Biguaçu. Por isso, para realização deste trabalho, selecionamos apenas essas quatro entrevistas, às quais veio se somar outra, realizada posteriormente com dois membros da família residente no Morro da Caixa d'Água, guiada pelo mesmo roteiro. Houve ainda a utilização de uma sexta entrevista, realizada com uma pessoa dessa

⁸ MARIA, 1997; ARAUJO, 2006.

mesma família no ano de 1978, e depositada atualmente no Laboratório de Historia Oral da UFSC (LABHORAL).

A primeira entrevistada chama-se Jandira Costa Gonzaga, 54 anos, nascida na comunidade do Morro da Caixa d'Água, na parte continental do Município de Florianópolis, lugar onde reside até hoje. Seu pai, Evaristo Francisco de Assis, nascido em 1918, e seu tio, Amaro Francisco Campos, nascido em 1907, migraram da região do Alto Biguaçu em meados da década de 1930 e se estabeleceram na periferia semirrural de Florianópolis. Segundo contavam o pai e o tio, viviam em Biguaçu em um "quilombo" chamado "Bissínia".⁹ Foram entrevistados também os irmãos de Jandira, chamados Tupinambá Costa de Assis e Jussara de Assis Santos, 57 e 52 anos, respectivamente. E a entrevista de 1978 a que antes nos referimos foi realizada por Telma Piacentini com o próprio Amaro – é a única das entrevistas que não segue o questionário padrão. Apesar de priorizar questões sobre manifestações culturais e a prática do Cacumbi¹⁰, pudemos extrair dela algumas informações riquíssimas sobre trabalho, migração e família.

Outro entrevistado foi Alfredo Silva, 85 anos, morador do bairro Serrinha, em Florianópolis. Alfredo é natural desta cidade e veio com o pai ainda criança para a Serrinha, quando a localidade ainda era pouco povoada. De acordo com o relato de Alfredo, Rafael, seu avô, era natural de Biguaçu, lugar onde "vivia da terra". Não temos a informação de quando Rafael, ou Alfredo Rafael, pai de Alfredo, deixaram o campo e se estabeleceram na cidade, mas

⁹ GONZAGA, Jandira C., 2013; ASSIS, Tupinambá C. de; SANTOS, Jussara de A., 2013. A região do Alto Biguaçu corresponde atualmente ao município de Antônio Carlos, fundado em 1963.

¹⁰ As festas denominadas Cacumbi, que homenageavam Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, foram muito comuns em Santa Catarina. Envolviam instrumentos musicais, danças e roupagens características. Exibiam estandartes, coroavam reis e rainhas e, com trovas e procissões, percorriam as ruas das cidades homenageando os oragos de devoção. O período em que geralmente aconteciam os festejos coincidia com as comemorações do Natal e Ano Novo. Durante o século XX a prática do cacumbi quase desapareceu no estado, em razão de um contexto de mudanças sociais marcado por forte racialização e preconceito para com os ex-escravos e seus descendentes, quando muitas de suas práticas foram reprimidas. Conf. SILVA, Jaime J. dos Santos, 2013, p. 1-3.

sabemos que família já vivia em Florianópolis em fins da década de 1920.¹¹

Concedeu-nos também seu relato Natália Nicolina da Silva. Moradora do bairro Saudade, em Biguaçu, tem hoje 92 anos. Aí chegou ainda criança junto aos pais, que deixaram a localidade de Sítio Velho, no interior do município, para viverem mais próximos à cidade. Antes de migrar, a família se dedicava ao trabalho agrícola e era proprietária das terras em que viviam.¹²

E por fim, Alaíde Matilde Nascimento, também com 92 e moradora da Saudade, nossa última entrevistada. Alaíde nasceu em uma localidade rural chamada Fazenda de Dentro, em Biguaçu, e mudou-se para próximo da área urbana da cidade após casar-se com seu primo, Diamantino Nascimento, em meados de 1943. Segundo nos conta, morava com os pais e os irmãos “de favor” na Fazenda de Dentro e viviam do que plantavam. Seus pais permaneceram no mesmo lugar até o fim da vida.¹³

Complementamos nossas fontes com o relatório de pesquisa do jornalista biguaçuense Ozias Alves Júnior, que investigou no ano 2000 alguns aspectos acerca da formação das comunidades do Prado e da Saudade, que comemoravam 100 anos naquela ocasião. Alves Jr. entrevistou inúmeros moradores da região, entre eles Natália e seu irmão, Miguel Manoel dos Passos. O relatório é composto por uma matéria publicada no jornal *Biguaçu De Fato* – edição de dezembro de 2000 – seguida da descrição das informações obtidas com cada um dos entrevistados, assim como de alguns trechos transcritos dos relatos, vindo a contribuir sobremaneira para o enriquecimento deste trabalho.¹⁴

Para escolha do procedimento de análise das entrevistas nos espelhamos na metodologia utilizada por Ana Maria Lugão Rios e Hebe Mattos no trabalho *Memórias do cativoiro*. Nos depoimentos, as autoras buscaram vestígios de regularidades nas situações vivenciadas, experiências partilhadas, modos de vidas semelhantes e a sua localização no tempo.¹⁵ Verena Alberti diz que a presença de

¹¹ SILVA, Alfredo, 2013

¹² SILVA, Natália N. da, 2013.

¹³ NASCIMENTO, Alaíde M. do, 2013.

¹⁴ ALVES Jr., Ozias, 2000.

¹⁵ MATTOS; RIOS, *Op. Cit.*, p. 139.

eventos em comum nas narrativas lhes confere veracidade. De acordo com a autora, o entendimento de como as pessoas e grupos experimentaram o passado possibilita um estudo eficaz dos padrões de socialização e das trajetórias associadas a essas experiências.¹⁶ A história oral privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem o viveu, valorizando “o movimento de se colocar no lugar do outro para compreendê-lo” e acreditando que “as coisas (o passado, os sonhos, os textos, por exemplo) têm um sentido latente, ou profundo, a que se chega pela interpretação”.¹⁷

A escolha da abordagem por meio das memórias de família não se dá ao acaso. É na família que se encontra uma grande solidez dos laços entre as pessoas e nela a transmissão dos saberes orais possui papel especial no fortalecimento dos vínculos e na constituição da identidade, mediante a formação de uma unidade. Ela constitui um espaço em que o indivíduo encontra-se imerso em relações fixas de parentesco e onde as lembranças sustentadas pelo grupo subsistem muitas vezes por longo período após desagregação de seu núcleo original. Os vínculos nesse meio são tão sólidos que em nenhum outro grupo é tão forte o processo que transforma lembranças pessoais em memória coletiva.¹⁸

Além disso, a família, desde o tempo do cativeiro, foi um importante instrumento de resistência. A possibilidade de formação de família pelos escravos foi uma conquista, na medida em que esses asseguravam espaços de negociação que tornavam a aceitação de suas demandas por partes dos senhores uma importante condição para manutenção do sistema. A história dos negros no pós-abolição envolveu, em muitos casos, deslocamentos espaciais, continuidades e mudanças e a inserção em novos ambientes sociais, e essas situações implicaram na elaboração de novos mecanismos de socialização. A família, nesse contexto, pode ter permanecido como um meio aglutinador, fortalecendo-os e possibilitando o protagonismo na condução de suas vidas.

No primeiro capítulo, intitulado *As memórias do pós-emancipação e os negros em Santa Catarina*, tratamos de algumas questões acerca das implicações do uso da memória como

¹⁶ ALBERTI, 2005a, p 25.

¹⁷ *Ibidem*, p 18.

¹⁸ JANOTTI; QUEIROZ, 1988, p. 79.

instrumento de elaboração de fontes históricas, da importância desse tipo de fonte para o acesso a informações do período pós-abolição e apresentamos alguns trabalhos sobre o período, a maioria fortemente ancorado na metodologia da história oral. Em seguida, analisamos alguns trabalhos que se ocuparam com o estudo dos negros em Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX, com ênfase em Desterro e São Miguel, visando situar melhor o leitor no ambiente de nossa pesquisa.

No segundo capítulo do trabalho, *Negros de Biguaçu: terra e trabalho no último quartel do século XIX e primeiras décadas do século XX*, pretendemos analisar as circunstâncias em que algumas famílias negras viviam em Biguaçu em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. As fontes permitiram revelar possíveis formas de acesso e ocupação da terra e aspectos relacionados ao trabalho. Comparamos e complementamos os resultados com as experiências de outras famílias negras da região, que puderam ser conhecidas por meio da bibliografia. Num segundo momento, no subcapítulo *A opção da mobilidade e a gradual desestabilização do modo de vida campesino: algumas trajetórias possíveis*, analisamos alguns elementos relacionados à mobilidade espacial e a seus possíveis motivos pelas famílias estudadas, entre os anos 1930 e 1940. O amparo na bibliografia existente sobre a temática também nos auxiliou na comparação e complementação das informações obtidas nas fontes.

E no terceiro e último capítulo, *Família, moradia e trabalho no espaço urbano*, nos detivemos na análise das trajetórias dessas famílias após a migração para as áreas urbanas. Tratamos dos modos de estabelecimento e acesso à moradia, de questões relacionadas à inserção social e modos de convívio no ambiente urbano, das transformações nas formas de trabalho e da elaboração de estratégias de sobrevivência no novo ambiente.

Considerações acerca de algumas definições e denominações utilizadas na redação do trabalho ainda são necessárias. Primeiramente, utilizaremos a definição *negro* quando nos referirmos aos pretos e pardos. Mesmo conscientes de que *preto* e *pardo* designam cor, e que *negro* está associado à identidade étnica, optamos pelo último em decorrência da sua popularização e por ser o modo como muitos dos próprios pretos – talvez nem sempre os pardos, em razão da identidade – preferem ser definidos. No

cotidiano dessas pessoas a definição *preto* caiu em desuso. É significativa a fala de Alaíde nesse sentido, ao ser questionada se seu pai era preto. Sua resposta é: “Bem negro... eu não gosto que chame de preto... [eu] também não, eu gosto que chame de negra...”.¹⁹ Assim, ao utilizarmos das definições *negro* e *negra*, não fazemos mais do simplesmente respeitar essa preferência. O segundo esclarecimento necessário é com relação à apresentação dos nomes: quando tratar-se de personagens históricos, mesmo os entrevistados, na primeira vez que aparecerem – a partir do segundo capítulo – apresentaremos seu nome completo. Nas demais vezes utilizaremos apenas o primeiro nome. De modo diferente procederemos aos autores: esses apresentaremos o nome completo da primeira vez e nas demais apenas o último sobrenome. É necessário atenção especial ao nome *Maria*, pois pode aparecer como uma autora da bibliografia consultada ou como outras duas personagens. Por último, há que se esclarecer sobre a existência de duas comunidades denominadas *Morro da Caixa d'Água* em Florianópolis, uma localizada na região central da Ilha e outra na península do continente fronteiriço. Para que não haja confusão, utilizaremos o atual nome da comunidade localizada na Ilha, *Mont Serrat*, independentemente da época a que estivermos nos referindo a ela, e manteremos a designação original para a comunidade localizada no continente.

¹⁹ NASCIMENTO, Alaíde M. do, *Op. Cit.*

1 AS MEMÓRIAS DO PÓS-EMANCIPAÇÃO E OS NEGROS EM SANTA CATARINA

1.1 AS EXPERIÊNCIAS DE LIBERDADE NARRADAS PELOS NEGROS

Uma grande dificuldade enfrentada nas pesquisas sobre o negro no pós-emancipação, e que durante muito tempo contribuiu para o afastamento dos estudiosos da temática, diz respeito à disponibilidade de fontes. A identificação dos sujeitos escravizados é possível nos mais variados tipos de documentos. Em decorrência, abundam os estudos sobre o período da escravidão. Porém há uma maior dificuldade de identificação dos diferentes segmentos étnicos da população nas fontes escritas desde o final do século XIX. Os relatos de ex-escravos e descendentes passaram a se constituir em fontes privilegiadas de acesso a informações e se tornaram fontes fundamentais para os estudos do pós-emancipação. Recentemente, a valorização e o uso da metodologia da história oral vem permitindo que sejam acessados conhecimentos preciosos. Mas no Brasil somente muito recentemente constituíram-se acervos capazes de possibilitar uma abordagem histórica da inserção social do liberto e seus descendentes após a abolição da escravidão. Durante muito tempo esse tipo de fonte foi negligenciada devido à crença na falta de eficácia e na falibilidade da memória como recurso de acesso a informações do passado.

Mas essa questão já foi superada. A acusação de que a fonte oral é pouco objetiva pode ser estendida também às fontes escritas, pois ambas são documentos que precedem de interações humanas.²⁰ Paul Thompson nos diz sobre os documentos escritos que,

Do mesmo modo que o material das entrevistas gravadas, todos eles representam, quer a partir de posições pessoais ou de agregados, a *percepção social* dos fatos; além disso, estão todos sujeitos às pressões sociais do contexto

²⁰ THOMPSON, 1992, p. 137.

em que são obtidos. Com essas formas de evidência, o que chega até nós é o *significado social*, e este é que dever se avaliado.²¹

Nesse sentido, Alessandro Portelli nos alerta que, ao trabalharmos com a memória, devemos estar cientes de que rememorar é um ato interpretativo. “A motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos”.²² A subjetividade é intrínseca aos seres humanos e cabe aos historiadores distingui-la e compreendê-la. A carga subjetiva da memória não nos permite a certeza dos fatos, mas sim a certeza do texto que foi produzido pelo narrador. Aquilo que aparece nas fontes pode não ser sempre verdadeiro, mas sabemos que está sendo contado de modo verdadeiro.²³

O autor nos diz que a representatividade das fontes orais está na capacidade de “[...] abrir e delinear o campo de possibilidades expressivas”.²⁴ Podem ser limitadas quando se pretende a reconstrução das experiências concretas, mas eficazes para apuração do que as pessoas sabem ou imaginam que possa ter acontecido. E daí podemos extrair um horizonte de expectativas, aquilo que era possível ou provável a um determinado grupo de pessoas em um contexto histórico específico, pois a experiência poderá expressar as possibilidades para todos os demais²⁵. Os relatos situam-se em algum ponto entre o comportamento social concreto e as expectativas ou normas sociais de uma determinada época.²⁶

A memória reflete muito do que foi relevante na vida de uma pessoa e a organização das lembranças que foram seletivamente guardadas constituem a sua história pessoal. Da mesma maneira, a história que um grupo elabora sobre si também está relacionada à organização do que foi demarcado como significativo na memória social.²⁷ Portanto, além do fenômeno individual da memória, há que se considerar a existência de uma memória coletiva, como um

²¹ *Ibidem*, p. 145.

²² PORTELLI, 1996, p. 60.

²³ *Ibidem*, p. 62.

²⁴ *Ibidem*, p. 65.

²⁵ KOSELLECK, 2006, Cap. 14.

²⁶ THOMPSON, *Op. Cit.*, p. 149.

²⁷ WOECMAN; PEREIRA, 2006, p. 203-204.

fenômeno social, construída coletivamente e submetida a flutuações, transformações e mudanças constantes.²⁸

A constituição da memória coletiva ocorre mediante os acontecimentos vividos pelas pessoas, individualmente, e pelo grupo com o qual se identificam. “No primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos eventos e das experiências que dizem respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida ou de sua relação com grupos mais próximos”.²⁹ Portanto, é um elemento que constitui sentimento de identidade, conferindo sentido de continuidade e coerência ao grupo em sua reconstrução de si.³⁰ A força e duração da memória coletiva tem sua base nas pessoas que compõem o grupo. Mas essas lembranças comuns aparecerão com maior ou menor intensidade em cada uma dessas pessoas, pois cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva.³¹

Um importante elemento que compõe a memória coletiva e influencia na história que um grupo elabora sobre si é a tradição oral. São narrativas de eventos, reais ou imaginários, geralmente não vividos pelas gerações atuais. Sua transmissão ocorre por meio da narração e os objetos transmitidos não são imutáveis. É o momento que, em grande parte, irá determinar como algo será narrado. Há que se estar atento então para não confundir tradição oral com história oral. A primeira trata-se de um patrimônio comum calcado na repetição, e por isso depende da ação permanente daqueles que a repetem e a transformam, num processo permanente de negociação, sendo continuamente atualizada. A história oral pode valer-se das tradições orais, mas nem por isso pode pretender suplantá-las e substituí-las, pois a preservação dos diferentes níveis de narrativas contribui para a manutenção da pluralidade de vozes.³² A tradição oral por si só é plural, e a presença de semelhanças e coincidências que as diferentes narrativas guardam entre si constituem-se o elemento central de análise da história oral.

²⁸ POLLAK, 1992, p. 201.

²⁹ HALBWACHS, 2006, p. 51.

³⁰ POLLAK, *Op Cit.*, p 201.

³¹ HALBWACHS, *Op Cit.*, p. 69.

³² ALBERTI, 2005b, p. 11-28.

Os estudos sobre escravidão e pós-emancipação mediante a coleta e análise de memórias de descendentes de escravos tiveram início no Brasil somente a partir do final da década de 1980. Maria de Lourdes Janotti e Sueli Robles R. de Queiroz conduziram um projeto inédito em São Paulo no ano do primeiro centenário da abolição, intitulado *Memória da Escravidão em famílias negras de São Paulo*. O projeto consistiu na coleta de testemunhos de membros de famílias negras, geralmente de pessoas pertencentes a três gerações de uma mesma família, versando sobre condição social e lembranças sobre a escravidão.³³ Ao todo, foram 114 pessoas entrevistadas, pertencentes a 45 diferentes famílias.³⁴ Também em 1988, Mário Maestri Filho publicou uma obra com 66 depoimentos de ex-escravos de diferentes regiões do Brasil.³⁵

Durante a década de 1990 continuou de modo ainda meio tímido a realização de trabalhos de história oral relacionados à temática. No Rio Grande do Sul, Agostinho Mario Dalla Vecchia defendeu no ano de 1993 sua tese intitulada *Os filhos da escravidão: memórias de descendentes de escravos da região meridional do Rio Grande do Sul*, publicada no ano de 1993.³⁶ Para a pesquisa, o autor realizou 32 entrevistas com descendentes de ex-escravos da região sul do estado, com ênfase voltada à investigação de aspectos relacionados à violência vivenciada na escravidão.

Entre os anos de 1994 e 2000, Robson Luís Machado Martins desenvolveu uma pesquisa em comunidades rurais do estado do Espírito Santo, nos municípios de Alegre, Cachoeira do Itapemirim e, principalmente, na zona rural de Tabapuana e Muniz Freire,

³³ JANOTTI; QUEIROZ, *Op Cit.*, p. 77.

³⁴ Os depoimentos foram utilizados na realização de algumas dissertações, e as transcrições encontram-se arquivadas no Centro de Apoio à Pesquisa em História Sérgio Buarque de Holanda – FFLCH-USP. Uma das dissertações que fez uso da documentação é a seguinte: BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. **Negrinhos que por ahí andão**: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920). Dissertação de Mestrado. São Paulo: Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo/USP, 2005. Disponível em: <http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/_disserta%C3%A7%C3%A3o-em-pdf.pdf>. Acesso em 17/6/2013.

³⁵ MASTRI F.º, 1988.

³⁶ DALLA VECCHIA, 1993.

formadas por descendentes de antigos escravos da região. Foram ouvidas mais de 50 pessoas, nascidas ou residentes na região. Os dados provindos dos depoimentos orais serviram de base para o acesso de documentos textuais com os quais concluiu sua dissertação de mestrado no ano de 1997: *Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na província do Espírito Santo (1884-1888)*. O trabalho, com ênfase nas lutas do pré-abolição, enfoca a ação de abolicionistas, senhores e escravos nos últimos quatro anos da escravidão.³⁷ Na metodologia de aplicação das entrevistas o autor priorizou as memórias de familiares dos depoentes, deixando-os livres ao máximo para que relatassem as narrativas contadas pelos pais e pelos avós.

Ana Maria Lugão Rios, no ano de 2001, defendeu sua tese de doutorado na Universidade de Minnesota intitulada *My mother was a slave, not me: Black peasantry and local politics in Southeast Brazil*, onde procurou analisar a história da experiência familiar de descendentes de libertos em antigas áreas cafeeiras do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, após a abolição. Ao contrário de Robson Martins, Ana Lugão Rios trabalhou com um roteiro genealógico, de tipo biográfico, com ênfase na infância e na convivência com pais e avós³⁸.

As entrevistas realizadas por Robson Martins e Ana Lugão Rios foram desenvolvidas por meio do projeto de produção de fontes orais *Memórias do cativo*, do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (LABHOI). O projeto prosseguiu com a realização de entrevistas após a publicação das obras anteriormente citadas e em 2005 deu origem ao trabalho intitulado *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*, de autoria de Ana Lugão Rios e Hebe Mattos. Na obra, que retomou em parte o trabalho anterior de Ana Lugão Rios, as autoras abordaram a experiência e a memória coletiva produzida pelos últimos libertos do Sudeste cafeeiro. Elas procuraram

³⁷ MARTINS, Robson Luís Machado. **Os caminhos da liberdade: abolicionistas, escravos e senhores na província do Espírito Santo (1884-1888)**. Dissertação e depoimentos posteriormente deram origem à publicação homônima em 2005. Conf. <www.centrodememoria.unicamp.br/sarao/revista41/sarao_re_texto1.htm>. Acesso em 18/10/2013.

³⁸ MATTOS; RIOS, *Op Cit.*, p. 121.

evidenciar a existência de uma memória coletiva na fala dos depoentes com o objetivo de explorar a construção dessa memória e suas transformações e ressignificações ao longo do século XX. Também acompanharam a experiência do campesinato negro que produziu aquelas narrativas: as trajetórias de diferenciação social da última geração dos libertos e como essa diferenciação afetou a formação de um campesinato após a abolição, as trajetórias e condições de vida, moradia e trabalho de seus filhos e netos e os desdobramentos na vida social e política nas primeiras décadas do século XX.³⁹

Walter Fraga Filho, em 2004, apresentou tese de doutorado à Universidade Estadual de Campinas intitulada *Encruzilhadas da Liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. Na pesquisa, analisou trajetórias de escravos e libertos e o modo como as experiências da escravidão influenciaram nas condutas e nos projetos de liberdade dos escravos. De acordo com o autor, elas foram fundamentais para a concepção de estratégias de sobrevivência após o fim do cativeiro.⁴⁰

No ano de 2008 Carlos Araújo Costa concluiu sua dissertação de mestrado intitulada *Campesinato negro no pós-abolição: migração, estabilização e os registros civis de nascimento. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ (1888-1940)*. No trabalho, o autor analisou o processo de migração de pretos e pardos do Vale do Paraíba para a Baixada Fluminense, mediante o uso das entrevistas depositadas no LABHOI, entrevistas do acervo UFF Petrobrás Cultural da Memória e Música Negra, e ainda entrevistas realizadas por ele próprio, no Vale do Paraíba e na Baixada Fluminense. Outra fonte explorada por Costa foram os registros de nascimento civil do Município de Nova Iguaçu entre os anos de 1889 e 1939. O autor conclui que as décadas de 1920 e 1930 foram marcadas por mudanças econômicas em ambas as regiões, com a crise da produção de café no Vale do Paraíba e a urbanização e o desenvolvimento da produção de laranjas na Baixada Fluminense, que levaram inúmeros trabalhadores a migrar em buscas de novos arranjos de trabalho. Os registros de nascimento, além de confirmar informações das entrevistas, possibilitou o estudo da estrutura das famílias migrantes

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ Fraga F.º, 2004.

e a tendência ao seu estabelecimento definitivo em municípios como Iguaçú e Estrella (atualmente Nova Iguaçú).⁴¹

Rodrigo de Azevedo Weimer, em 2013, concluiu tese de Doutorado intitulada *A gente da Felisberta: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847 – tempo presente)*. No trabalho investigou, pela perspectiva da história da memória, como o passado escravista e o pós-abolição imediato vem sendo lembrado ao longo do século XX na região do litoral norte do Rio Grande do Sul. Analisou aspectos da relação entre oralidade e cultura escrita, experiências de gênero e racialização, a memória do cativo presente nas disputas contemporâneas e as práticas de nomeação de uma “consciência histórica”. Weimer identificou a formação de um campesinato negro nos anos finais da abolição na Região de Morro Alto, em Conceição do Arroio, atual Município de Osório, e analisou as diferentes experiências dessa população ao longo do século XX, entre elas, o processo de migração dos negros para as cidades próximas e Porto Alegre iniciado a partir dos anos 1930.⁴²

Outras duas produções importantes que tratam do pós-emancipação são as coletâneas de artigos *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*, organizada por Olivia Maria Gomes da Cunha e Flavio dos Santos Gomes, de 2007, e *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*, organizada por Martha Abreu e Matheus Serva Pereira, de 2011. A primeira conta com textos que abordam, entre outras temáticas, as possibilidades de liberdade existentes no período da escravidão e os seus limites no período pós-abolição, em diversas regiões do Brasil.⁴³ A segunda, traz trabalhos que discutem noções de escravidão, raça, cidadania e liberdade e abordam temas como campesinato negro, trabalho, família e sociedades recreativas, propondo o questionando da estrita oposição entre escravidão e liberdade, na período da escravidão e no pós-abolição, valorizando as inúmeras categorias sociais e os diferentes percursos e experiências de liberdade.⁴⁴

⁴¹ COSTA, 2008.

⁴² WEIMER, 2013.

⁴³ CUNHA; GOMES, 2007.

⁴⁴ ABREU; PEREIRA, 2011.

Em Santa Catarina ainda são poucos os estudos detalhados acerca da trajetória dos negros no pós-emancipação. Foi precursor o trabalho de Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, publicado no ano de 1960 sob o título *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, onde além de tratarem da economia da província nos séculos XVIII e XIX, examinam a relação entre negros e brancos na capital catarinense na primeira metade do século XX.⁴⁵

Alguns trabalhos que utilizaram a metodologia da história oral, mesmo com ênfase em questões como o cotidiano e sociabilidade das comunidades negras em Florianópolis, tornam-se muito importantes para um estudo que pretenda analisar aspectos das trajetórias dessas populações. Nos trabalhos que encontramos há a preocupação em apresentar a origem de muitas famílias, antes do seu estabelecimento em Florianópolis, possibilitando a discussão de aspectos relacionados à migração, sociabilidade e trabalho, assim como a realização de comparação e complementação de muitas informações de nossas fontes.

Em 1997, Maria das Graças Maria realizou uma pesquisa de mestrado sobre a população negra de Florianópolis no período de 1930-1940: *Imagens invisíveis de Áfricas presentes: experiências da população negra no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940)*. Sua dissertação abordou aspectos sociais, culturais, religiosos e recreativos, com ênfase no cotidiano e na “multiplicidade de experiências dos negros em Florianópolis”. O primeiro capítulo do texto aborda o processo de chegada a Florianópolis de populações negras do interior do estado a partir do início do século XX. Os depoimentos de migrantes permitiram explorar aspectos sobre o modo de vida nas áreas rurais e a relação dos negros com a terra antes da mudança, os motivos que levaram à migração, o contexto social em que se estabeleceriam e as atividades que seriam desenvolvidas em Florianópolis. A autora explora ainda, no segundo capítulo, o modo como ocorreu a formação de espaços de sociabilidade entre negros na cidade, como formas de resistência às medidas de modernização e ao controle que as autoridades passaram a impor às pessoas de origem africana. Assim, relata espaços de sociabilidade de negros, como bairros, clubes, ruas, irmandades, atividades laborais – como na marinha, no trabalho de estiva no

⁴⁵ CARDOSO; IANNI, 1960.

porto, nos lavadouros públicos, entre outros – com enfoque na identidade étnica e na resistência cultural.⁴⁶

A dissertação de mestrado de Camilo Buss Araújo, de 2006, *Os pobres em disputa: urbanização, políticas e classes populares no morro da Caixa d'Água, Florianópolis – anos 1950 a 1960*, também constitui-se num trabalho importante para amparar a investigação da temática que propomos. O autor analisa os espaços de sociabilidade elaborados pelos moradores do Morro da Caixa d'Água – atual comunidade do Mont Serrat, centro de Florianópolis – nos campos do trabalho e das relações cotidianas, sobretudo políticas, entre as décadas de 1950 e 1960. O estudo não prioriza as pessoas de origem africana, mas elas acabam figurando como principais sujeitos do trabalho devido à origem dos moradores da localidade. O recorte ocorre em um período em que a cidade vivia um processo de urbanização acelerado em relação às décadas anteriores. Nesse ambiente, muitos eram os migrantes que chegavam à cidade, sobretudo negros oriundos do interior do estado e dos municípios vizinhos. Araujo constata, assim como Maria, que um movimento de pessoas que deixavam o campo em direção à Florianópolis teve início nas primeiras décadas do século XX, culminando nas décadas de 50 e 60. Araujo utiliza documentos diversos como fontes, tais como jornais, documentos públicos e eclesiásticos, mas também fontes orais, mediante as quais abordou a origem dos moradores e seus modos de vida antes de deixarem o campo.

Por último, é importante considerar o trabalho de conclusão de curso de graduação em História de Priscila Catarina Hoffmann, *Negros de São Pedro: experiências das populações de origem africana no pós-abolição em São Pedro de Alcântara*, de 2009. Mediante a realização de inúmeras entrevistas no Município de São Pedro de Alcântara, a autora procurou “apreender aspectos do cotidiano de africanos e afrodescendentes, reconstituir suas experiências e sua presença na memória de outros habitantes da cidade”. Com a atenção voltada principalmente para a Vila Abissínia, uma comunidade de negros da região que se dissolveu em meados do século XX, quando os moradores emigraram para as cidades, Hoffmann tenta identificar a inserção no mercado de trabalho de ex-escravos, as atividades desenvolvidas por eles e por

⁴⁶ MARIA, *Op. Cit.*

seus descendentes, além de questões ligadas ao cotidiano e à sociabilidade nos espaços públicos.⁴⁷ Nosso interesse neste trabalho recai sobretudo no subcapítulo 1.2: *A inserção de africanos e afrodescendentes no mercado de trabalho*. São Pedro de Alcântara, Alto Biguaçu – hoje Antônio Carlos – e Biguaçu são territórios contíguos, e sua proximidade nos permite a complementaridade das informações, assim como a comparação entre alguns resultados.

1.2 A PRESENÇA NEGRA EM SANTA CATARINA

Santa Catarina durante muito tempo se apresentou ao restante do país como um estado de população branca e como lugar onde um suposto desenvolvimento econômico foi resultado das atividades desenvolvidas pelos descendentes dos milhares de imigrantes europeus que aqui se estabeleceram a partir da segunda metade do século XIX. Os negros, nesse contexto, foram considerados quantitativamente inexpressivos. Mas além da questão numérica, muitos mitos se criaram em razão da especificidade econômica do estado em relação ao restante do Brasil. Um deles seria o de que aqui a escravidão havia sido branda e de menor importância para a economia, pois os planteis das lavouras tendiam a ser menores e maior a proximidade entre senhor e escravo.

Autores como Oswaldo Rodrigues Cabral, Fernando Henrique Cardoso e Walter Piazza descreveram em suas obras a economia de Santa Catarina como sendo pouco dinâmica e sem muita importância no contexto agroexportador nacional. Segundo os autores, a agricultura no estado se caracterizava pela pequena e média propriedade, com produção de alimentos voltada apenas para subsistência e abastecimento do mercado interno.⁴⁸ Piazza afirma que em razão das “pequenas e fracas condições da economia catarinense” foi diminuta a utilização de mão de obra escrava, ocorrendo de modo um pouco mais acentuada apenas nas áreas urbanas e nas áreas de pecuária.⁴⁹ Outro fator seria a falta de recursos

⁴⁷ HOFFMANN, 2009.

⁴⁸ CARDOSO, IANNI, *Op. Cit.*; CABRAL, 1968; PIAZZA, 1975.

⁴⁹ PIAZZA, *Op. Cit.*, p. 215.

financeiros pelo “elemento povoador”, os luso-brasileiros, sem condições de adquirir expressiva escravaria.⁵⁰ Posteriormente, a chegada de grande quantidade de imigrantes europeus ao estado viria consolidar uma sociedade agrícola com base em trabalhadores livres, provocando no estado uma acentuação do “bloqueio à escravidão”.⁵¹

Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, no estudo realizado na capital do estado em 1955, reconhecem a existência de um setor agrícola com uso de mão de obra escrava em Santa Catarina nos séculos XVIII e XIX, mas descreveram a economia colonial catarinense como desorganizada e pouco desenvolvida. Os autores justificaram a especificidade da economia da província em razão da sua colonização, marcada pelo caráter militar estratégico de uma política expansionista da Coroa e pela necessidade de subsídio à economia colonial – primeiramente mediante a captura de gado, e após com a produção de alimentos. Ocorre assim o estabelecimento de colonos açorianos no litoral e a fortificação da Ilha de Santa Catarina durante o século XVIII. Portanto, apesar de ser uma área estrategicamente importante para a defesa do “sistema colonial”, não teria se organizado economicamente visando à produção colonial. Afirmam os autores que a farinha de mandioca, principal produto da província, só tinha poder de penetração no mercado nacional em períodos de escassez de produção nos grandes centros. Dizem que a desorganização econômica resultou em pequena rentabilidade dos capitais investidos, sobretudo sob a forma de mão de obra escrava. Os poucos escravos teriam sido empregados apenas na produção de alimentos, onde prevalecia a mão de obra familiar, e também utilizados como elemento de distinção social e para realização de serviços domésticos no meio urbano. A pouca importância da escravidão seria agravada pelos efeitos do fim do tráfico e pela conseqüente demanda nas províncias agroexportadoras, e a economia catarinense só pôde desenvolver-se depois da introdução do imigrante.⁵²

Esses estudos tiveram grande influência na consolidação do imaginário de uma Santa Catarina construída sobre o trabalho livre do imigrante branco, onde os negros tiveram pouca ou nenhuma

⁵⁰ *Ibidem*, p. 219.

⁵¹ *Ibidem*.

⁵² CARDOSO; IANNI, *Op. Cit.*, p. 3-118.

importância. No final do século XIX, em um período em que as teorias raciais se desenvolviam e gozavam de *status* científico, a imigração em massa de europeus foi de fato uma medida que, dentre outros objetivos, visava promover o branqueamento da população.⁵³ Florianópolis, nas primeiras décadas do século XX, pôs em prática um projeto de modernização em que o branqueamento da população era desejado, pois o cidadão branco passou a ser associado ao progresso e à civilização. As lembranças da escravidão aos poucos foram sendo apagadas da paisagem da capital, mediante a realização de obras viárias e de saneamento que resultaram na construção de aterros e demolições, extinguindo assim muitos territórios populares do centro da cidade.⁵⁴

Em 1948, em meio às comemorações do segundo centenário da colonização açoriana, autoridades e intelectuais locais passaram a pregar uma nova definição para o homem do litoral catarinense, pois esta região estava começando a perder o papel de portadora da história do estado, e justamente para as de colonização germânica. De certa maneira, valeram-se da situação de fragilidade e perseguição por qual passaram os descendentes de alemães durante o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial. Em meio a esse debate surge a açorianidade. A colonização lusa, antes considerada o fator que resultara em uma sociedade não afeita ao trabalho, passa a gozar de prestígio de uma hora para outra. Lugares de memória foram demarcados, arquivos foram abertos, tradições foram inventadas, e uma visão seletiva do passado foi resgatada.⁵⁵ Criou-se desde então um imaginário que nega a presença histórica dos descendentes de africanos e no qual os descendentes de açorianos, simples e humildes, com suas crenças e histórias fantásticas, passaram a ser os legítimos herdeiros culturais do estado. A imigração europeia do século XIX ficou associada ao desenvolvimento econômico do estado, justificado pela capacidade e empenho do braço imigrante.

Pesquisas recentes propuseram uma releitura desse quadro. Nas últimas décadas historiadores e outros estudiosos têm reunido esforços na tentativa de desconstrução desses mitos e de revelar a presença do negro naquela sociedade, assim como a relevância de

⁵³ PEDRO, 1988, p. 60.

⁵⁴ DOMINGUES, 2011, p. 131.

⁵⁵ FLORES, 1997, p. 133; MORTARI; CARDOSO, 2004, p. 84-86.

seu trabalho na economia de Santa Catarina. De fato, a ocupação do litoral catarinense foi caracterizada pela formação de propriedades de pequeno e médio porte, mas nem por isso podem ser desprezadas as atividades que exploravam a mão de obra escrava. Em números absolutos, a população escrava foi consideravelmente menor que a das regiões agroexportadoras, mas sua proporção no conjunto da população era muito expressiva.

Na Freguesia de São Miguel da Terra Firme, como nas demais freguesias do litoral da província, a população escrava foi muito significativa. No ano de 1796, perfazia 28,5% do total da população – 788 de um total de 2758 habitantes. Em 1814 essa proporção se manteve, com 28,6% da população total – 1173 de 4091 habitantes.⁵⁶ Essa proporção não diferia muito das regiões em que a economia agroexportadora se fazia presente. Podemos citar o Recôncavo Baiano, por exemplo, onde pequenas e médias propriedades voltadas principalmente para o cultivo de mandioca e fumo se misturavam a grandes fazendas de produção de açúcar. Na Freguesia de Nazaré, onde havia destaque da produção de farinha de mandioca, 40,8% do total da população era formada por escravos em 1779. No Arraial de Belém da Cachoeira e distritos rurais próximos, mais voltados para produção de fumo, 27,4% da população era escrava de acordo com um censo parcial do ano de 1826.⁵⁷

Quanto à importância da economia, não pode ser compreendida em termos comparativos, mas sim quando considerada sua própria dinâmica e a relação que estabelece com o mercado interno. Bert Barickman, em *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, demonstrou como foi possível na região do Recôncavo Baiano o desenvolvimento da agricultura para abastecimento do mercado interno em pequenas e médias propriedades juntamente com a produção das *plantations* voltadas para a exportação; destacou ainda o modo como os dois setores estavam relacionados ao comércio atlântico de escravos.⁵⁸ Em Santa Catarina durante o século XIX, a farinha de mandioca foi o principal produto de exportação para outras províncias, conferindo-lhe destaque no cenário nacional de produção de alimentos e

⁵⁶ ZIMMERMANN, 2011, p. 41 e 108.

⁵⁷ BARICKMAN, 2003, p. 214-215.

⁵⁸ *Ibidem*.

integrando a economia da província ao comércio transatlântico de escravos.⁵⁹

Fernanda Zimmermann, em pesquisa onde procurou investigar aspectos econômicos e sociais de São Miguel entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX, demonstra como foi possível pequenos e médios proprietários constituírem pequenas fortunas mediante a exploração de mão de obra escrava na produção de alimentos, principalmente com o fabrico de produtos como farinha de mandioca e açúcar.⁶⁰ A atividade agrícola de produção de alimentos teria se estabelecido em paralelo ao desenvolvimento da caça à baleia, monopólio real que contou com seis grandes armações baleeiras no litoral catarinense, e que entrou em decadência no início do século XIX. Em 1801, as armações somavam uma quantidade impressionante de 525 escravos, número que certamente foi maior em anos anteriores, no auge da atividade.⁶¹ A produção de alimentos em pequenas propriedades, muitas delas contando com trabalhadores escravizados, foi a base da economia do litoral catarinense no século XIX.

Seguindo a tendência de renovação dos estudos sobre escravidão, as pesquisas em Santa Catarina também diversificaram as temáticas abordadas. Documentos eclesiásticos que possibilitam o conhecimento de parte importante dessa história existem pelo menos desde meados do século XVIII. Estudos com a utilização dessa documentação demonstram que no auge da escravidão no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX, os escravos se faziam presentes em grande número em Desterro, a ponto de possuírem uma irmandade própria, Nossa Senhora do Rosário e Benedito dos homens Pretos. Ao analisar a crise eclodida em 1837 entre os membros da Irmandade do Rosário e da Irmandade de Nossa Senhora do Parto de Irmãos Crioulos, Beatriz Gallotti Mamigonian demonstrou a complexa divisão social e política envolvendo africanos e crioulos, em um período marcado por uma fase de transição entre a população escrava na Ilha de Santa Catarina,

⁵⁹ MAMIGONIAN, 2006.

⁶⁰ ZIMMERMANN, *Op. Cit.*

⁶¹ MAMIGONIAN, *Op. Cit.*, p. 616-619.

composta em grande parte ainda por africanos, mas gradualmente mais crioula. Em um momento de perseguição aos africanos e a suas práticas em todo o Brasil, foi possível notar um reforço da posição política e simbólica dos pardos e crioulos diante do conjunto da população local.⁶²

Em inúmeros outros documentos, além dos eclesiásticos, é possível constatar a presença e a atuação dos escravos em Santa Catarina: em registros de impostos pagos pelos senhores, de quando eram vendidos, trocados ou alugados, em cartas de alforria, etc. Henrique Espada Lima investigou os muitos modos de ser escravo em Desterro. As condições de vida no cativo variavam bastante. Elementos como a relação entre escravos e senhores, os mecanismos de controle do trabalho e as atividades exercidas definiriam as diferentes experiências da escravidão. Profissões urbanas permitiam acesso a recursos diferentes daqueles obtidos com o exercício de atividades rurais. A possibilidade de o escravo possuir uma roça, por exemplo, influenciaria bastante nas suas condições de vida, que seriam bastantes distintas dos que desempenhavam ofícios tipicamente urbanos. Mesmo nas cidades, elas poderiam variar bastante. Havia, por exemplo, escravos de aluguel, que geravam renda para seus senhores, e outros que, mediante o desempenho de alguns ofícios, estavam obrigados a repassar apenas parte dos rendimentos aos senhores. Em muitos casos, havia a possibilidade de acúmulo de algum pecúlio, e os ganhos obtidos poderiam ser utilizados para a compra da alforria. Também foram inúmeras as experiências de liberdade, mostrando-se muito comum a existência de situações em que a concessão da alforria mantinha o liberto atrelado ao antigo senhor, até o fim da vida deste.⁶³

Infelizmente contrapõe-se aos inúmeros trabalhos sobre escravidão a escassez de pesquisas sobre a trajetória dos negros no período pós-abolição. Ainda não há trabalhos recentes, sob a perspectiva da história social, com a preocupação do estudo de problemas já abordados pela nova historiografia do pós-emancipação em outras regiões do país. Além do já alegado problema da disponibilidade de fontes, outros fatores, dentro e fora da academia, contribuíram para o pouco interesse pela história dos africanos e seus

⁶² *Ibidem*, 610-614.

⁶³ LIMA, 2003.

descendentes em Santa Catarina. Para Ilka Boaventura Leite, a invisibilidade do negro tem sido um dos suportes da ideologia do branqueamento⁶⁴. Em diálogo com Ralph Ellison, escritor norte-americano, afirma que “o mecanismo da invisibilidade se processa pela produção de um certo olhar que nega a sua existência como forma de resolver a impossibilidade de bani-lo totalmente da sociedade.”⁶⁵.

Ascensão e conquista de prestígio social foi possível a alguns negros, mesmo antes da abolição. Maria das Graças e Cláudia Mortari nos apresentam em seus textos, como veremos, negros que frequentaram a alta sociedade florianopolitana durante a primeira metade do século XX.⁶⁶ Mas geralmente essa não foi a realidade vivenciada pelas muitas famílias que deixaram as áreas rurais em busca de melhores condições de vida nas cidades. Nos próximos capítulos conheceremos um pouco melhor as histórias de vida de cada uma das famílias que compartilharam conosco algumas de suas experiências.

⁶⁴ LEITE, 1996, p. 41.

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ MARIA, *Op. Cit.*

2 NEGROS DE BIGUAÇU: TERRA E TRABALHO NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XIX E PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

[...] tinham terreno. [...] engenho não tinham, mas tinham muito terreno. Meu avô deixou bastante terreno.⁶⁷

Os novos estudos sobre pós-emancipação, na sua maior parte, têm focado áreas de grande lavoura caracterizadas pela numerosa presença de escravos às vésperas da abolição. Nas pesquisas tem sido frequente a constatação de que a mobilidade espacial e o acesso à terra foram alguns dos principais significados atribuídos à liberdade pelos ex-escravos que acabavam de conquistá-la. Foner diz que nos Estados Unidos, para muitos ex-escravos, migrar foi um dos mais importantes significados atribuídos à liberdade:

Com a emancipação, parecia que metade da população negra sulista havia saído pelas estradas. “as pessoas começaram a se mover imediatamente”, recordou-se mais tarde um escravo do Texas. “Parecia que eles queriam chegar mais perto da liberdade, para então saber o que era isso – como se isso fosse um lugar ou uma cidade.”⁶⁸

Na Jamaica, Thomas Holt diz que a procura por terras mostrou-se um dos significados atribuídos à liberdade pela população liberta. Muitos procuraram se estabelecer próximos aos grandes centros produtores de açúcar, de modo a poderem aliar o trabalho assalariado à pequena produção agrícola para subsistência e comércio no mercado local.⁶⁹

No Brasil, no sudeste cafeeiro, em razão da redefinição dos padrões de dominação nos últimos anos da escravidão, a mobilidade, o acesso à terra e a formação de laços de família já eram realidade

⁶⁷ SILVA, Natália N. da, *Op. Cit.*

⁶⁸ FONER, 1988b, p. 14.

⁶⁹ HOLT, *Apud* Costa, *Op. Cit.*, p. 120.

para muitos escravos.⁷⁰ Os diferentes significados de liberdade para senhores, escravos e libertos compuseram a formação dos arranjos de trabalho em um contexto de crescente perda da legitimidade do sistema. Eles necessariamente deveriam ser considerados pelos senhores e ex-senhores na reformulação das estratégias que visassem a manutenção de um poder senhorial cada vez mais precário. Desse modo, foi possível a muitos escravos experimentarem situações próximas da liberdade durante o cativeiro.

Sidney Chalhoub demonstrou como foi comum no período a concessão de alforrias condicionais a escravos mais estimados com o intuito de garantir sua fidelidade e continuidade da prestação de bons serviços.⁷¹ Na segunda metade da década de 1880, estando anunciado o fim da escravidão, foi recorrente os senhores buscarem por modos que visassem garantir a execução dos trabalhos, mediante negociações que podiam resultar em algumas vantagens aos escravos - ou ex-escravos, quando os arranjos envolviam alforria. Outra estratégia frequentemente praticada era a da benevolência senhorial, característica das formas paternalistas de dominação que se desenvolveram no sistema escravista brasileiro, que visava um controle mais efetivo do escravo, mediante a prolongação das relações de dependência. Era prática comum no auge da escravidão no Brasil e em muitas sociedades escravocratas. A figura do “bom senhor” tinha por objetivo a manutenção dos laços mediante a concessão de alguns benefícios – como permissão de realização de trabalho pago, formação de família ou ainda de espaço para manutenção de roça própria e comércio de pequeno excedente. Em áreas rurais, essa “brecha camponesa” poderia representar uma significativa melhoria nas condições de vida do cativeiro.⁷²

No Vale do Paraíba, em meio à crise do café, a doação de terras fez parte dessas estratégias e permitiu ao longo dos anos a estabilização de algumas famílias. Por ter recebido pouca imigração estrangeira, ao contrário das novas regiões cafeicultoras do Oeste Paulista, a falta de mão de obra era sentida no Vale desde a época da escravidão. A doação de terras seria então uma importante estratégia adotada pelos fazendeiros para favorecer a fixação dos trabalhadores

⁷⁰ MATTOS, *Op Cit.*, p. 89.

⁷¹ CHALHOUB, 1990, Cap. 2.

⁷² SCHWARTZ, 2001.

nas proximidades e fortalecer os laços pela gratidão, o que possibilitou na região a formação de um campesinato negro.⁷³ O relativo sucesso de algumas dessas medidas só foi possível por ela encontrar respaldo nos objetivos de vida dos negros. Como tratava-se de uma área explorada havia muitas décadas, a região possuía uma população cujas raízes familiares remontavam a duas ou três gerações naquela região.

Em áreas de pequenas e médias propriedades, e caracterizadas pela existência de uma economia principalmente voltada para o mercado interno, como no caso de Santa Catarina, algumas características do período anterior à abolição levaram a um agravamento do quadro observado nas áreas de grande lavoura. As mudanças ocorridas no sistema escravista em suas últimas décadas provocaram a intensificação do tráfico interno e geraram uma forte tendência ao afluxo de cativos para as regiões agroexportadoras. A valorização do preço dos escravos acabara por dificultar a compra e a manutenção dessa mão de obra pelos grandes e médios proprietários. Em Santa Catarina esse impacto será sentido já na década de 1850⁷⁴, sendo a província uma das que contribuiu no fornecimento de cativos para o mercado interno de escravos. Nos últimos anos da escravidão, Santa Catarina já contava com uma redução significativa dos planteis de grande e médio porte e com um percentual bastante reduzido de escravos no conjunto total da população, situação agravada não só pela chegada de imigrantes europeus, mas também pelas transformações nas relações entre escravos e senhores.

⁷³ COSTA, *Op. Cit.*, p. 52-53.

⁷⁴ Fernanda Zimmermann observou na Freguesia de São Miguel uma redução em 50% dos médios e grandes planteis de escravos nos inventários da década de 1850 em relação às décadas de 1830 e 1840 (considerados médios planteis os que eram formados de 6 a 10 escravos e os grandes com mais de 11 escravos). Já os pequenos planteis (de 1 a 5 escravos) mantiveram-se estáveis, havendo um pequeno aumento percentual em decorrência da redução dos demais. Nas décadas de 1830 e 1840 os pequenos planteis perfaziam 60% dos inventários e na década de 1850 serão 77,8%. O número absoluto de cativos sofrerá, nos inventários, uma redução de 15% entre um período e outro, ocorrendo também um maior equilíbrio da proporção entre homens e mulheres, reflexos do fim do tráfico. ZIMMERMANN, *Op Cit*, p. 104-106.

Em Desterro, a escravidão possuía um papel central e convivia largamente com formas diversas de trabalho livre, tanto nas freguesias rurais quanto em seu pequeno núcleo urbano. Muitos foram os modos de ser escravo, como vimos, que variavam de acordo com as condições do cativo.⁷⁵ Na Freguesia de São Miguel é provável que houvesse, às vésperas da abolição, muitos negros livres ou libertos envolvidos nos mais diferentes arranjos de trabalho. Os proprietários, por sua vez, além da mão de obra escrava, poderiam fazer largo uso de trabalhadores jornaleiros, de escravos prestadores de serviços, de agregados, assim como da mão de obra familiar.

A citação do início deste capítulo é de Natália Nicolina da Silva, 92 anos, moradora do bairro Saudade, em Biguaçu, como já sabemos. Seu irmão, Miguel Manoel dos Passos, contou que as terras em que a família vivia no Sítio Velho, interior de Biguaçu, foram doadas a seu bisavô, Henrique, por seu antigo senhor quando da sua alforria. Também de acordo com o relato de Miguel, Silvano Henrique da Silva, seu avô materno, filho de Henrique, morreu na década de 1930 com 80 anos⁷⁶. Assim, só é possível que Silvano tenha morrido até o ano de 1939, e então sua data de nascimento é anterior a 1860. Como não consta na tradição oral de família que Silvano tenha sido escravo, é possível que seu pai já tivesse recebido a alforria – e assim, a propriedade das terras – até a data de seu nascimento, ou então que sua mãe fosse livre ou liberta – ou, em último caso, tenha sido alforriado na pia batismal. Dado o espaço de tempo de cerca de três décadas entre a possível data de nascimento de Silvano e a abolição da escravidão, e o fato de que foi seu pai quem recebeu as terras, e não ele próprio, é muito provável que a família já estivesse de posse da propriedade muito antes de 1888. Natália nos diz ainda que os bisavós Henrique e Libânia nasceram “pra lá pro Sítio Velho também”, o que pode indicar a formação da família nesse local ainda no tempo do cativo.

Consta nos relatos que antes de parte da família migrar, eles viviam no Sítio Velho do trabalho agrícola e que havia produção de açúcar em engenho do qual não eram proprietários. A experiência

⁷⁵ LIMA, *Op. Cit.*, p. 200.

⁷⁶ SILVA, Natália N. da, *Op. Cit.*; ALVES Jr., *Op. Cit.*

dos antepassados de Natália nos mostra que, após a conquista da liberdade, foi possível à família ter acesso a propriedade fundiária – não sabemos quais os arranjos que culminaram com a sua doação – e permanecer na região onde haviam sido escravos por pelo menos duas gerações: de Henrique e Libânia, e de seu filho e nora, Silvano e Maria, que viveram até a morte no Sítio Velho. Do mesmo modo, os filhos de Silvano e Maria permaneceriam no local, à exceção de Nicolina Maria da Silva, que deixou as terras em meados da década de 1930 junto ao marido, Manoel dos Passos, e às filhas Natália e Maria.⁷⁷

A doação de terras a ex-escravos mostrou-se uma das formas que possibilitou a permanência de algumas famílias, na condição de camponesas, próximas às áreas aonde haviam sido escravas também em São Miguel.⁷⁸ Encontramos exemplos semelhantes em regiões de economia subsidiária, que permitiram a estabilidade e a reprodução de famílias durante muito tempo. Em Conceição do Arroio, no Rio Grande do Sul, na década de 1880, Rosa Osório Marques, que não teve filhos, nomeou herdeiros em seu inventário 24 negros que eram seus ex-escravos, a quem deixou 184 braças de terras na fazenda Morro Alto, local onde as famílias já viviam em liberdade.⁷⁹ Weimer reconhece, durante o período pós-abolição, a formação de um campesinato negro na região.⁸⁰ Na região do planalto médio do Rio Grande do Sul, no atual município de Jacuizinho, enquanto milhares de libertos circulavam trabalhando nas propriedades em condições bastante precárias, os ex-escravos João Leocádio e Josefina decidem permanecer nas terras de seu antigo senhor, Pedro Simão. Essa decisão lhes valeu, mais tarde, a doação de parte das terras pelo proprietário, com elevado potencial produtivo, de acordo com o relato de seus descendentes. Sucessivas gerações permaneceram no local sobrevivendo da agricultura.⁸¹

A presença de libertos circulando nessas regiões, trabalhando nas propriedades em condições geralmente muito precárias,

⁷⁷ SILVA, Natália N. da, *Op. Cit.*

⁷⁸ De acordo com Natália, a comunidade negra do Sítio Velho era formada por dez famílias. ALVES Jr., *Op. Cit.*

⁷⁹ WEIMER, *Op. Cit.*, p. 127.

⁸⁰ *Ibidem*, Cap. 3.

⁸¹ AGUILAR, 2012, p. 64.

demonstra o quanto as experiências no pós-emancipação seriam diversas para os negros. No Sudeste cafeeiro, Rios constatou que, mesmo com a formação de um campesinato estabelecido nas terras, a mobilidade e o trabalho familiar foram os principais marcos definidores da nova experiência de liberdade.⁸² Três foram as principais alternativas de trajetórias possíveis para a permanência dos negros recém libertos na região, e que resultariam na diferenciação social dessa última geração de cativos. A primeira delas foi deixar as terras em que foram escravos e partir em busca de trabalho em outras propriedades, vindo a compor um “campesinato itinerante”, em condições bastante precárias de sobrevivência, geradas pelos constantes deslocamentos. A estabilização em um mesmo lugar, mediante a realização de um “pacto paternalista”, que poderia resultar da permanência na terra dos antigos senhores ou então do estabelecimento em uma nova fazenda após um período de itinerância, foi a segunda alternativa. Essa opção geralmente resultou em estabilidade e segurança às famílias, com realização de arranjos de trabalho duradouros. Por último, aconteceu também a busca de estabilidade em terras afastadas, muitas vezes sem o estabelecimento de laços de dependência com fazendeiros. O acesso a essas áreas poderia ser mediante a doação de terras improdutivas e periféricas pelos ex-senhores, a compra ou a simples ocupação de terras de difícil acesso.⁸³

O acesso à propriedade fundiária ou a possibilidade de permanecerem nas terras da família da qual haviam sido escravos, mediante novos arranjos de trabalho, parecem ter sido importantes fatores que permitiram a alguma famílias negras a opção pela não migração no pós-emancipação. Assim parece ter ocorrido também com os antepassados de Alaíde Matilde do Nascimento, nascida em 1921 na localidade Fazenda de Dentro, interior de Biguaçu. Ela relatou que seu pai, Francisco Nascimento, era africano e foi escravo de uma das famílias da região, onde “se criou”, vindo a falecer aos 113 anos de idade.⁸⁴ A descrição das relações envolvendo trabalho e moradia que foram transmitidas a Alaíde demonstram algumas

⁸² MATTO; RIOS, *Op cit.*, p. 121.

⁸³ *Ibidem*, p. 195-222.

⁸⁴ NASCIMENTO, Alaíde M. do, *Op. Cit.*

possibilidades de arranjos de trabalho antes e depois da abolição. Francisco vivia com a família

No terreno de uma senhora lá que era muito rica naquela época, né? Ela dava o terreno pra gente criar gado, pra criar galinha, tal, pra plantar... [...] família branca. Então meu pai teve até muita sorte porque ele foi trabalhar [quando chegou da África] na casa de uma pessoa, uma família muito boa entende? [...] Respeitava muito ele, gostavam muito dele; então ele trabalhou lá muito tempo, naquele tempo não tinha salário, pessoal dava um trocadinho. Naquele tempo não existia grande coisa né, e dava comida até que ele casou... [...] A gente vivia daquilo que a gente fazia, plantava, entende? Como eu falei pra você: farinha, feijão, arroz, essas coisas a gente não comprava. Tinha de tudo, entende? [...] Ai tinha o engenho pra fazer farinha e pra fazer açúcar também, a gente não comprava açúcar também. [...] A gente podia criar galinha, criar porco, criar gado, tudo, vendia um boizinho, se a gente tivesse um gadinho a mais podia vender, entende? Mas o resto era tudo pra casa.⁸⁵

Francisco trabalhava para uma família residente na localidade da Fazenda de Dentro, vizinha ao Sítio Velho. As duas localidades são separadas pela *Estrada de Três Riachos*, ligação entre a Vila de Biguaçu e essa localidade, e que dá acesso à *Estrada de Sorocaba*, ligação entre a Vila de Biguaçu e a cidade de Tijucas, que era a principal via de acesso por terra ao norte de Santa Catarina à época – importante lembrar que a BR 101 foi inaugurada somente na década de 1950. A família de Francisco vivia “de favor”. Apesar de Alaíde dizer que a família para a qual seu pai trabalhava era muito rica, uma passagem da entrevista nos traz indícios de que podiam ser pequenos lavradores:

⁸⁵ *Ibidem.*

Inclusive tinha uma filha desse senhor que ele trabalhava, ela tinha um problema sério né? Ela dava uma crise, e ele confiava muito no meu pai então eles iam pra roça, e meu pai cuid... quando a guria via que tava dando aquela crise, ela corria pra perto dele pra ele guentar ela pra ela não se machucar. Que um dia ela se machucou muito assim, se bateu muito assim, tava trabalhando na roça né?⁸⁶

O fato de Francisco acompanhar os proprietários no trabalho de roça indica que ele os auxiliava em uma agricultura movida pela mão de obra familiar. Após sua libertação, teria permanecido ligado àquela família, vivendo em suas terras, da qual o trabalho rendia “um trocadinho” e uma pequena parte da produção, contando ainda com a possibilidade de produção própria para subsistência e eventual comércio, assim como a utilização da estrutura da fazenda – no caso, os engenhos, para produção de farinha e açúcar. Fica clara a existência de um contrato de trabalho, muito provavelmente verbal, no qual havia garantia de trabalho, alimentação, algum dinheiro, e permissão para produção autônoma. A permanência da família de Francisco nas terras de seus patrões pode ser um indício de que ele não optou pela mobilidade no contexto pós-emancipação ou, se optou, constituiu uma relação que lhe permitiu estabilidade e alguns benefícios. A família proprietária, por sua vez, que provavelmente não possuía muitos recursos, pôde contar com a mão de obra barata de um trabalhador pobre e de confiança.

O estreitamento dos laços entre proprietários e trabalhadores, ou mesmo entre senhores e escravos, podem ter favorecido a elaboração de alguns arranjos que culminaram com a permanência na fazenda. Para os trabalhadores que já haviam conquistado alguns benefícios, a saída das terras poderia ser entendida como o comprometimento dessas conquistas para todo o grupo familiar. No caso dos antepassados de Natália, notamos que lhes era permitido utilizar a estrutura da fazenda, como o engenho, uma demonstração de manutenção de certo grau de dependência mesmo para uma família que teve acesso à propriedade fundiária. Francisco, como não tinha terras, provavelmente possuía um grau de dependência maior

⁸⁶ *Ibidem.*

dos arranjos de trabalho. Weimer percebeu em sua pesquisa um importante elemento dessa estratégia em que algumas famílias de descendentes de escravos mantiveram-se sob a dependência de fazendeiros. O autor observa nessas relações cotidianas a importância da “proteção” aos primeiros, e conclui que essa condição poderia ser bastante relevante em algumas situações. Weimer notou a influência da reputação dos fazendeiros no desenrolar de conflitos e ações judiciais que envolviam seus protegidos.⁸⁷

É necessário então compreender a natureza da constituição desses arranjos como a busca de vantagens tanto por parte dos fazendeiros ou pequenos proprietários, quanto pelas famílias dos negros. Se por um lado a situação de permanência da pobreza destes proporcionaria aos primeiros a manutenção do acesso à mão de obra dependente e de confiança, para os negros, além do acesso à terra e da possibilidade de usufruto da infraestrutura da fazenda, em alguns casos estar sob a proteção de pessoas abastadas e influentes na sociedade local poderia se demonstrar muito vantajoso, ou mesmo necessário, para manutenção da estabilidade. A relação era extremamente desigual, mas resultaria em alguns benefícios para os negros que não seriam facilmente alcançados casos se lançassem à aventura da migração.

Não pretendemos nesse trabalho a análise do contexto econômico da virada do século XIX para o XX. Mas a revisão de algumas transformações em nível regional e local são importantes para que possamos pensar o ambiente destas relações, que influenciaria na permanência ou desestabilização do modo de vida campesino. As antigas zonas de produção agrícola do litoral catarinense passavam por uma crise desde o último quartel do século XIX, da qual alguns fatores foram o abalo sofrido pelo encarecimento e escassez da mão de obra escrava, a falta de investimentos em melhorias do processo produtivo – agravada pelo esgotamento do solo e pela diminuição da produtividade devido o uso inadequado da terra – e a concorrência sofrida pelas recém fundadas colônias alemãs e italianas na província. O capital comercial passaria a ser gradualmente controlado por negociantes de origem alemã, provocando a redução da influência dos antigos

⁸⁷ Nas palavras de Weimer, tratava-se da “influência tutelar dos antigos senhores”. WEIMER, Op. Cit., p. 189.

comerciantes locais e fluminenses.⁸⁸ Podemos pensar ainda que o término da Guerra do Paraguai, somado aos efeitos do fim do tráfico negreiro – e novamente a redução do capital investido pelos negociantes fluminenses ligados a ele – contribuiria para que a farinha de mandioca produzida na província deixasse de ter a importância econômica que possuía anteriormente no mercado interno brasileiro de gêneros. Sua demanda poderia ter caído já a partir de 1850, se considerarmos que abastecesse navios negreiros durante o período do tráfico.

As nascentes do Alto Biguaçu já eram ocupadas por colonos alemães desde 1830. Durante a segunda metade do século XIX ocorreu a ocupação mais intensa da foz do rio Biguaçu, principalmente na sua margem direita. Gradualmente se estabeleceu na região do vale do rio um forte comércio de madeira, farinha de mandioca e outros produtos destinados a abastecer o mercado interno brasileiro, escoados através do porto de Desterro. Em 1882, o povoado foi elevado à categoria de freguesia, sob o nome de São João Evangelista da Barra de Biguaçu. O rio Biguaçu passou a ser uma importante via de escoamento da produção local por meio de embarcações de pequeno calado, como canoas e chatas⁸⁹, resultando na dinamização econômica de todo o vale, em detrimento da Vila de São Miguel.⁹⁰ No ano de 1883 o Padre José Fortunato Pereira Maia, Vigário de São Miguel, escreveu ao Presidente da Província, Dantas Theodorito Carlos de Faria Souto:

Os rios que ha são: de Biguassú, de Tijuquinha e inferninho, que desembocam no mar, os Ribeirões Faria, Rachadel, Tres Riachos, que se lançam no rio Biguassú, sendo este o mais notável.... A viação mais notável no Município é a do Alto Biguassú, donde partem os Allemães com seus produtos para o mercado da Capital; o seu estado é mau em tempo de estação chuvosa: e é mister talvez despender quatro contos de reis para a dita, estrada. E ainda para a sua conservação e melhoramentos

⁸⁸ BASTOS, 2000, p. 130-133.

⁸⁹ Pequenas embarcações de fundo chato.

⁹⁰ SANTOS, 1996, p. 116.

por meio de Zeladores talvez quatro centos mil reis anualmente... As comunicações... fluviais são para Biguassú pelo rio do mesmo nome, estendendo-se ao Alto Biguassú por meio de canoas.⁹¹

Enquanto na Vila de São Miguel somente a lavoura de mandioca era rentável, pois o elevado preço do produto fez com que os lavradores abandonassem paulatinamente o plantio de demais produtos agrícolas, a produção no Vale do Biguaçu se caracterizava pela maior diversidade. O declínio da produção agrícola foi o primeiro sinal da decadência econômica de São Miguel.⁹² No fim do século XIX a margem direita do rio Biguaçu já gozava de maior importância econômica. Além do rio, era o ponto de confluência das principais estradas que ligavam o interior da Freguesia ao litoral – em péssimo estado, chegando algumas a ficarem intransitáveis em dias de chuva. É simples perceber a importância que ganha uma via de escoamento fluvial nesse contexto. Em 1894, após quase uma década de disputas, o líder local João Nicolau Born obteve sucesso ao articular junto ao governo do estado a transferência da sede do município para a Vila de Biguaçu.⁹³ A mudança de nome do município para Biguaçu ocorreria em 1910.

A capital da província, depois do estado, era o principal ponto de comércio dos produtos da região. Pessoas vinham das mais diversas localidades comprar e vender no mercado público central. O estudo realizado por Camilo Buss Araújo nos traz a experiência do negro Zeferino Cardoso, pequeno produtor de alimentos da região do Alto Biguaçu, que já desde os primeiros anos do século XX vinha a Florianópolis comercializar sua produção. Sabe-se que além da plantação de alimentos, Zeferino possuía uma modesta criação de gado e dedicava-se ao fabrico de farinha de mandioca e açúcar. Foi nas vindas a Florianópolis que Zeferino passou a se relacionar com a família Veloso, negros provenientes da região urbana de

⁹¹ Relatório do Vigário de São Miguel Pe. José Fortunato Pereira Maia ao Presidente da Província Dantas Theodorito Carlos de Faria Souto em 9 de abril de 1883. *Apud* REITZ, 1988, p. 256.

⁹² SANTOS, *Op. Cit.*, p. 116.

⁹³ *Ibidem*, p. 117-130.

Florianópolis.⁹⁴ A tradição oral das duas famílias diz que um Veloso, que auxiliava Zeferino no transporte das mercadorias, migrou junto a ele para trabalhar em suas terras. De acordo com Carlos Agostinho Cardoso, bisneto de Zeferino,

[...] a família Veloso, segundo meu pai falava, é de quando meu bisavô vinha fazer comércio aqui no mercado público. E mercados sempre têm aqueles carregadores, um vende, outro troca, aquela coisa toda. Ele, então, levou uma dessas pessoas para trabalhar com ele lá em Antônio Carlos, era o início da relação com os Veloso.⁹⁵

Araújo compara o relato com o conteúdo de um livreto produzido pelos moradores do Mont Serrat, local para onde descendentes das duas famílias migrariam posteriormente, que diz que Zeferino eventualmente levava pessoas para viver em suas terras: “Nessas andanças fez muitas amizades e as pessoas sem terra que encontrava costumava levar para sua propriedade.”⁹⁶

Não encontramos trabalhos específicos sobre o destino imediato dos negros no pós-emancipação em São Miguel e nem mesmo em Santa Catarina. Alguns estudos, como o de Araújo, apresentam alguns aspectos do cotidiano dessas populações naquele contexto.⁹⁷ Raulino Reitz chama a atenção para a grande quantidade de comunidades rurais negras formadas na região ao longo da segunda metade do século XIX, pelo fato de ter sido recorrente a permanência de escravos alforriados nas terras de seus antigos

⁹⁴ ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 33.

⁹⁵ CARDOSO, Carlos. Entrevista, *Apud* ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 34.

⁹⁶ Comunidade Mont Serrat, *apud* Araújo, p. 34.

⁹⁷ Um trabalho recorrentemente citado é a obra de Raulino Reitz, *Alto Biguaçu: narrativa cultural tetrarracial*, que apesar do título, valoriza a perspectiva da colonização alemã com o objetivo de promovê-la. O estudo contou com enorme esforço para reunir fontes que permitem acesso a uma abundância de dados sobre aspectos demográficos, político-administrativos e eclesiásticos, referentes aos séculos XIX e XX. As inferências acerca da presença de africanos e descendentes na região foram possíveis graças à realização de entrevistas com moradores pelo autor. REITZ, *Op. Cit.*

senhores, a exemplo dos redutos de Canudos e Morro do Bananal.⁹⁸ Sabemos pela entrevista de Jandira Costa Gonzaga que seu pai, Evaristo Francisco Assis, e seu tio, Amaro Francisco Campos, antes de migrarem para Florianópolis, viviam em uma comunidade rural na região do Alto Biguaçu a qual denominavam “Bissínia”.⁹⁹

Priscila Catarina Hoffmann em seu trabalho sobre os negros de São Pedro de Alcântara nos traz algumas experiências de trabalho nas primeiras décadas do século XX, especialmente dos moradores da Vila Abissínia, um conjunto de casas localizadas na zona rural do município, habitada na sua grande maioria por famílias negras. Essa pequena população não possuía acesso à roça própria e sobrevivia principalmente mediante a prestação de serviços como jornaleiros para famílias de agricultores da região, sendo frequentemente contratados para limpeza de terrenos e roças, a “capina”, além de trabalhos nas lavouras e serviços diversos nas fazendas.¹⁰⁰ Ervinio Stahelin conta que seu pai, João Stahelin, possuía uma olaria em que empregava homens e mulheres da Vila Abissínia, juntamente com outros trabalhadores brancos. Com início das atividades ocorrido nos anos 1920, contou com empregados fixos e o trabalho de jornaleiros para confecção de telhas e tijolos. De acordo com Ervinio, os negros realizavam os serviços mais pesados na olaria, como amassar o barro, cuidar dos fornos, colocar os tijolos e as telhas ao sol para secagem.¹⁰¹ Mário da Cunha, branco, conta que seu pai também trabalhou na olaria dos Stahelin, mas que o salário não era suficiente para o sustento da família. Alega que a roça que possuíam era fundamental para a sua sobrevivência. Mário diz que a impossibilidade dos negros da Abissínia cultivarem alimentos era a maior causa de sua miséria, pois tinham que sobreviver apenas com os parcos rendimentos advindos de seus serviços.

A possibilidade de trabalho como empregados em algumas propriedades também contribuía para a permanência dos negros na

⁹⁸ Reitz denomina essas comunidades de quilombos, mas sem o intuito de defini-las de acordo com os conceitos antropológico ou jurídico que o termo possui. Por isso, optamos por chamá-las de comunidades negras. *Ibidem*, p. 62.

⁹⁹ GONZAGA, Jandira C., *Op. Cit.*

¹⁰⁰ HOFFMANN, *Op. Cit.*, p. 44-48.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 46 e 48.

região. Foi o caso do negro Frederico Cunha, que trabalhou por cerca de 40 anos na propriedade de Quilino Kratzer. Começou a trabalhar ali desde meados da década de 1910, e depois da sua morte alguns de seus filhos permaneceram trabalhando com a família Kratzer. Como parte do pagamento, Frederico recebia diariamente porções de alimento para o consumo da família, como farinha, açúcar, arroz, café e carne. Seu trabalho consistia em cuidar do gado e realizar atividades agrícolas junto a outros trabalhadores, enquanto Quilino e seus filhos transportavam e comercializavam a produção em São José e Florianópolis.¹⁰²

O conjunto de experiências até agora apresentados nos permitem conhecer um pouco sobre a diversidade de estratégias adotadas pelos descendentes de africanos do interior de São Miguel e áreas adjacentes, algumas delas provavelmente já sendo constituídas desde antes da abolição, as quais possibilitaram a permanência de famílias na região na condição de campesinas em um momento marcado por transformações econômicas locais e regionais. Os arranjos de trabalho em um contexto de valorização e escassez da mão de obra, assim como de crise para os proprietários tradicionais estabelecidos à margem esquerda do rio Biguaçu, tornou possível o acesso à terra e a existência de espaços de produção para libertos e seus descendentes, assim como a permanência das famílias dos trabalhadores nas propriedades. As experiências dos negros de São Pedro nos dão uma mostra do quanto as condições de sobrevivência poderiam ser ainda mais precárias em caso da impossibilidade de acesso à terra, mas os arranjos de trabalho por eles elaborados junto aos proprietários locais garantiram a possibilidade de permanência na região e da reprodução de suas famílias.

A crescente conquista de direitos pelos escravos na segunda metade do século XIX e a tendência de migração forçada de trabalhadores cativos para as regiões de grande lavoura, resultando no encarecimento e na escassez da mão de obra e na prevalência dos pequenos planteis na região, levaram à realização de variados arranjos de trabalho que visassem a manutenção e controle mais eficaz dos trabalhadores. Essa conjuntura, associada às experiências que pudemos acessar por meio das fontes e da bibliografia nos levam a crer que a abolição não impactou significativamente na vida de

¹⁰² *Ibidem*, p. 52.

muitas famílias de negros em Biguaçu, que já se encontravam imersos nesses arranjos e haviam conquistado espaços de relativa autonomia, ainda que em condições materiais bastante precárias. Diferentemente das áreas do Sudeste, onde havia um grau de dependência maior do trabalho escravo às vésperas da abolição – e que contavam ainda com grandes escravarias, onde muitos desses escravos eram oriundos do tráfico interno e não possuíam com seus senhores os laços de proximidade típicos da escravaria mais antiga – a avaliação da opção pela mobilidade poderia resultar no entendimento de que sua escolha implicava em grandes riscos de perdas, pois a abolição nada assegurou aos negros além da liberdade. Não houve preocupação do Estado em proporcionar a essas populações meios que garantissem sua sobrevivência e reprodução, e seu destino a partir de então estaria somente sob sua responsabilidade. O pouco que haviam conquistado poderia significar muito em uma época de incertezas.

Porém é difícil imaginar que em uma conjuntura marcada por transformações sociais e econômicas não haveria mudanças significativas no modo de vida de muitas destas pessoas. Mas temos que considerar que as informações que nossas fontes permitem acessar e as experiências que já foram trabalhadas pela historiografia são bastante restritas. O processo migratório que deu origem à formação de comunidades negras urbanas em Florianópolis e Biguaçu – do qual propomos a análise de alguns aspectos mais a frente – se intensificou somente a partir do final dos anos 1920¹⁰³, e o acesso às informações sobre as famílias de Henrique, Francisco e Zeferino foram possíveis mediante o contato estabelecido por pesquisadores com seus descendentes após a migração. Temos assim somente a experiência de famílias que optaram pela mobilidade em determinado momento e que se estabeleceram em locais específicos – a exceção do estudo de Hoffmann, mas do qual também nos escapa o destino dos negros após sua saída rumo às cidades. Quantas não serão as histórias de pessoas que deixaram São Miguel na condição de escravos em direção ao Sudeste na segunda metade do século XIX? Quantos não foram os conflitos de terra envolvendo negros e colonos alemães ou proprietários miguelenses, e que podem ter resultado no desalojamento de algumas famílias? Quantas destas

¹⁰³ MARIA, *Op. Cit.*; ARAUJO, *Op. Cit.*

optaram pela mobilidade e migraram para outras regiões do estado que experimentavam maior crescimento econômico na época – ou mesmo para outras áreas no interior de São Miguel ou municípios vizinhos, em experiências semelhantes às observadas no Vale do Paraíba, que envolviam trabalho itinerante ou a fixação em comunidades isoladas?

São muitas as histórias que desconhecemos e as experiências que nos escapam, e não podemos desconsiderar a possibilidade de que elas tenham ocorrido. Com isso, há que se considerar a especificidade das experiências que estamos analisando e compreender que elas foram possíveis para uma determinada parcela população negra, de uma região específica e em um determinado período histórico. Nossa análise sugere que foi possível a um determinado grupo de famílias negras não optar pela mobilidade e permanecer em São Miguel no pós-abolição, e considera que suas noções de liberdade já se impusessem enquanto essa diversidade de arranjos era constituída, possibilitando assim a conquista de algumas vantagens, como a estabilidade das relações de trabalho e moradia, em condições que garantissem ao menos minimamente a sobrevivência e reprodução das famílias.

Além disso, a história de Zeferino nos faz pensar no equívoco que pode haver se tratarmos com estrita oposição a relação entre campo e cidade. As questões do campo até podem ser de total desconhecimento para o cidadão urbano – o que parece improvável para Florianópolis do início do século XX, rodeada de chácaras, sítios e freguesias rurais – mas para muitos camponeses a cidade é entendida como um espaço de seu cotidiano. Não há como estes contemplarem a produção de gêneros sem considerar o seu comércio, a não ser que a produção seja estritamente voltada para subsistência. Dessa maneira, importa para este estudo a maneira como a dinâmica de trabalho envolvendo campo e cidade pôde ter influenciado na decisão pela migração, ao colocar no leque de possibilidades das estratégias de sobrevivência para as pessoas do campo a mudança para as áreas urbanas. Vimos que Zeferino eventualmente levava consigo pessoas de Florianópolis para trabalhar em suas terras no Alto Biguaçu. Essa passagem demonstra que a migração rumo à cidade não era um “caminho natural”, mas provavelmente uma possibilidade que se tornou concreta para muitas pessoas em uma determinada conjuntura histórica.

2.1 A OPÇÃO DA MOBILIDADE E A GRADUAL DESESTABILIZAÇÃO DO MODO DE VIDA CAMPESINO: ALGUMAS TRAJETÓRIAS POSSÍVEIS

Carlos Eduardo Costa constatou que as transformações econômicas ocorridas no Vale do Paraíba e na Baixada Fluminense durante as décadas de 1920 e 1930 influenciaram na ocorrência de um expressivo movimento migratório de populações negras do Vale em direção à Baixada. De acordo com o autor, a decadência da economia do café e sua gradual substituição por atividades pecuárias e pelo plantio de eucalipto no Vale do Paraíba, que requeriam menos mão de obra que a lavoura de café, coincidiu com o momento que a produção de laranjas ganhou destaque nos municípios da Baixada. A facilidade de acesso a terras baratas levou grande número de pessoas à migração de uma região à outra.¹⁰⁴ De acordo com o autor, as transformações econômicas no Vale do Paraíba dificultaram o acesso à terra e ao trabalho, não permitindo a reprodução do modo de vida dos camponeses – a pequena roça e o emprego se tornaram insuficientes para manter a estabilidade do grupo, que vê na migração uma estratégia possível de sobrevivência e reprodução da família.¹⁰⁵

Rodrigo de Azevedo Weimer reuniu em sua pesquisa uma diversidade de fatores, narrados pelos próprios migrantes, que levaram muitos negros de Morro Alto a partir rumo às cidades a partir da década de 1910. Há casos associados à expropriação de terras, tanto pelo Estado – na ocasião de construção de uma rodovia – quanto pelos proprietários brancos locais, outros relacionados ao entendimento de perda de produtividade do solo e também a seu excessivo parcelamento entre as gerações de herdeiros. Nessas circunstâncias, muitos entenderam que a partida para cidade, em busca de trabalho, era mais conveniente, sobretudo após a década de

¹⁰⁴ COSTA, *Op. Cit.*

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 20.

1930, com o advento da legislação social. Os municípios de Osório, Capão da Canoa e Porto Alegre foram os principais destinos.¹⁰⁶

Os dois estudos citados guardam em comum a experiência de pessoas que entenderam que a decisão pela mobilidade resultaria em melhores condições de vida e trabalho. O fenômeno analisado por Costa propõe que os motivos do êxodo são mais homogêneos entre a população que o vivenciou, em razão das características econômicas das duas regiões em questão. Já o processo migratório analisado por Weimer não encontra tal semelhança entre as experiências, apresentando-se mais abrangente o leque de motivações, os destinos tomados e o espaço de tempo em que pôde ser observado.

Constatamos mediante a análise das fontes que as famílias das entrevistadas Natália, Alaíde, e Jandira migraram do interior de Biguaçu para a cidade entre as décadas de 1930 e início da década de 1940. A migração ocorreu com os antepassados de Alfredo Silva, que, entretanto, não soube dizer a época em que seu avô ou seu pai se estabeleceram em Florianópolis. A bibliografia consultada informa sobre o início e o auge do movimento: as primeiras famílias chegaram à região central de Florianópolis nos anos 1910, havendo a intensificação do movimento nos anos 1930 e 1940, e seu auge ocorre nas décadas de 1950 e 1960.¹⁰⁷ Trata-se assim de um longo processo, que em meio século deslocou inúmeras famílias de áreas rurais de Biguaçu em direção à zona urbana dessa cidade, Florianópolis e a outros municípios da região. Mas quais motivações teriam levado essas pessoas a deixarem as localidades onde nasceram e cresceram, lugares onde suas famílias estavam estabelecidas havia muitos anos, e onde até então se mostrava possível sua reprodução e sobrevivência? Quais os fatores dessa aparente desestabilização?

Dado o longo espaço de tempo, não parece conveniente procurar a resposta em situações específicas, em eventos históricos pontuais, de curto prazo e grande impacto, ou em mudanças abruptas na economia. Essas podem ter se manifestado, e provavelmente ocorreram, mas possivelmente pontuando uma transformação conjuntural com a qual contribuía ora para acelerá-la, ora para refreá-la. Não descuidamos de tratar desses aspectos, mas tentamos encontrar tais elementos na fala dos próprios depoentes, em uma

¹⁰⁶ WEIMER, *Op. Cit.*, p. 251-259.

¹⁰⁷ MARIA, *Op. Cit.*; ARAUJO, *Op. Cit.*

análise centrada nas motivações de cada uma das pessoas – ou famílias – que vivenciaram o processo. Acreditamos que eles possam revelar algumas tendências que esclareçam um pouco mais sobre o início deste fenômeno que teve seu auge somente a partir da segunda metade do século XX.

Weimer chama a atenção para o cuidado de não atribuir a exclusividade do êxodo rural às populações negras.¹⁰⁸ Mesmo tratando-se de um fenômeno que abrangeu toda a sociedade brasileira, trata-se, também neste trabalho, de analisar uma alternativa buscada por uma parcela significativa daquela população. Sobre as pessoas que migraram entre os anos 1910 e 1920 muito pouco se sabe. Nos trabalhos de Maria e Araújo elas não aparecem. Entre os primeiros moradores negros do Mont Serrat estiveram pessoas das Famílias Veloso e Cardoso, estabelecidas ali somente nos últimos anos da década de 1920.¹⁰⁹

Florianópolis, já em fins do século XIX, era uma cidade atrativa para aqueles que, independentemente dos motivos, procuravam um lugar para viver e trabalhar. Foi justamente nas primeiras décadas do século XX que, assim como em inúmeras outras cidades do país, as autoridades passaram a colocar em prática ideais de modernização. O papel administrativo da cidade, por si só, já seria um importante fator de atração de trabalhadores, e foi esse papel responsável também para que a cidade mantivesse sua importância econômica e política em meio à ascensão das cidades do sul e norte do estado no período. Mesmo com a decadência de cidades como Laguna e São Francisco do Sul, que aos poucos perdem a referência de centro econômico regional para Criciúma e Tubarão, a primeira; e Itajaí e Joinville, a segunda, Florianópolis manteve-se graças a sua posição de centro administrativo e comercial.

Nos anos 1910 e 1920 obras viárias foram realizadas na região central da cidade, com pavimentação e abertura de novas ruas, e projetos de saneamento foram implementados, como a canalização do Rio da Bulha. E em 1922 teve início a construção da Ponte Hercílio Luz, primeira ligação terrestre entre a Ilha e o continente, que resultaria em grande impacto no sistema de circulação de

¹⁰⁸ WEIMER, *Op. Cit.*, p. 249.

¹⁰⁹ Comunidade Mont Serrat, 1992, p. 7.

mercadorias e pessoas. E não podemos esquecer que já desde os últimos anos do século XIX, a cidade experimentava um incipiente processo de industrialização, promovido por empresários como o alemão Carl Hoepcke, que investiu na indústria de navegação (transporte e estaleiro), metalúrgica (pregos), têxtil (rendas e bordados) e gelo, além de possuir uma rede de casas comerciais em Florianópolis e outras cidades do estado. As transformações pelas quais passava Florianópolis, associadas a sua função de centro administrativo estadual, e o aumento da importância econômica e política da antiga Vila de Biguaçu, como vimos anteriormente, certamente constituíram-se em importantes fatores de atração de trabalhadores. Segundo Maria, as fábricas, o serviço público e o comércio caracterizavam o cenário econômico de Florianópolis, que convivía também com uma imensidade de atividades informais que garantiam a sobrevivência de muitas famílias.¹¹⁰

Mesmo com a já constatada estabilidade de famílias no contexto pós-emancipação em São Miguel, a realização de deslocamentos dentro do Município se mostrou recorrente após o casamento, mas apenas para uma das partes. Essa é uma característica típica de determinadas comunidades. Em Morro Alto, era comum as mulheres recém casadas irem residir junto ao grupo familiar do marido.¹¹¹ Matilde Eugênia Nascimento, mãe de Alaíde, nasceu na localidade de Tijuquinha – atualmente Município de Governador Celso Ramos – ao norte da Vila de São Miguel, e passou a viver na Fazenda de Dentro após unir-se a Francisco, que lá estava estabelecido havia muitos anos. Todos os filhos do casal nasceram lá: Maria, Deodato, Alaíde e Braulina.¹¹² Da mesma maneira, Manoel dos Passos, pai de Natália, vivia próximo à região do atual bairro Saudade, na foz do rio Biguaçu, em área rural. Após unir-se à Nicolina, mudou-se para o Sítio Velho para viver junto com a família da esposa. Lá nasceram Natália e Maria, as primeiras filhas do casal. Demétrio, Miguel e Nazi, os últimos três, nasceriam somente após a mudança para Biguaçu.¹¹³

¹¹⁰ MARIA, *Op. Cit.*, p. 79.

¹¹¹ WEIMER, *Op. Cit.*, Cap. 3.

¹¹² NASCIMENTO, Alaíde M. do, *Op. Cit.*

¹¹³ SILVA, Natália N. da, *Op. Cit.*

Um dado importante na experiência de Manoel e Nicolina é o indício de que parecia haver um projeto de vida no Sítio Velho, o qual foi interrompido. Manoel vivia do trabalho agrícola antes de se casar, mas Nicolina já havia desempenhado o trabalho de empregada doméstica em Biguaçu. Após unirem-se, optaram por estabelecer residência no Sítio Velho, mas de acordo com Natália, depois de alguns anos deixaram a localidade em busca de trabalho¹¹⁴. Miguel, irmão de Natália, complementou dizendo que os pais contavam que o rendimento da lavoura era pequeno e o dinheiro não dava “nem pra comprar uma junta de bois”¹¹⁵, demonstrando de que não havia expectativas de potencialização do trabalho agrícola devido a impossibilidade da realização de investimentos. Se de fato Manoel se empregou no serviço público somente após mudar-se do Sítio Velho, conforme afirma Miguel¹¹⁶, temos a demonstração da existência de uma situação de instabilidade ou insatisfação no meio rural e a oportunidade de melhora da situação financeira da família na zona urbana. Eles mudaram-se para Biguaçu, onde Nicolina já havia trabalhado. O universo de trabalho urbano não era desconhecido da família. Nesse caso, parecem ter pesado tanto os fatores de evasão do campo quanto o potencial atrativo da cidade, ambos se complementando.

O crescimento e desenvolvimento de Biguaçu certamente exerceu atração de migrantes. Sua característica de ponto obrigatório de passagem, tanto para quem descia o rio Biguaçu quanto para quem se dirigia do sul ou da capital ao norte do estado pelas vias terrestres, implicaria na necessidade de conservação – ou mesmo da realização de serviços de melhorias – dessas rotas pelo governo do estado. Não é por acaso que Manoel, como posteriormente Miguel, será empregado no Departamento de Estradas e Rodagens do Estado (DER), exercendo atividades que envolviam a manutenção das estradas do município.¹¹⁷

O rio Biguaçu chegou a possuir um total de oito portos entre o fim do século XIX e início do século XX, com trabalhadores que se

¹¹⁴ *Ibidem.*

¹¹⁵ PASSOS, Miguel Manoel dos. Entrevista, *Apud ALVES Jr. Op. Cit.*

¹¹⁶ *Ibidem.*

¹¹⁷ SILVA, Natália N. da, *Op. Cit.*; PASSOS, Miguel M. dos. Entrevista, *Apud ALVES Jr. Op. Cit.*

dedicavam ao transporte de mercadorias desses pontos até Biguaçu e Florianópolis.¹¹⁸ Juracir Cecília Silva, nascida em 1933, conta que o pai adotivo trabalhava na roça no Alto Biguaçu, e depois virou barqueiro no rio Biguaçu, transportando mercadorias rio abaixo.¹¹⁹ Não temos a informação de quantos desses serviços eram públicos ou privados, mas certamente necessitaram da força de trabalho de muitas pessoas.

Maria Rosalina da Silva, nascida em 1922 em Colônia Santana, Município de São José, mudou-se para a Saudade junto aos pais, João Manoel da Silva e Rosalina Constância da Silva, em 1929. João trabalhou na construção da “Federal”, como ficou conhecida popularmente a BR-101. Rosalina trabalhou de empregada doméstica na casa de alguns políticos e empresários de Biguaçu.¹²⁰ A importância do papel dos serviços públicos e do setor de transportes fica ainda mais clara quando Natália nos relata as ocupações de seus familiares após a migração:

O meu pai [...] trabalhava assim de estrada [...] a gente diz que no Estado, né? Ele trabalhava naquilo ali, conservador da estrada que se chama. [...] meu pai trabalhava assim no Estado que a gente diz né? [...] os meus cunhados, também teve um que era... trabalhava no Estado. E o outro... é trabalhava no Estado também é. [...] e o meu irmão também trabalhava no Estado. Só tinha um que não, trabalhava assim, de empregado, né? Viajava com os carros, assim”¹²¹

Não sabemos quais os períodos em que cada uma destas atividades foram desempenhadas, nem mesmo a sua duração – a exceção de Manoel, que trabalhou no DER desde sua chegada até a aposentadoria. Muitas delas provavelmente começaram a ser exercidas já na segunda metade do século XX, período que este trabalho não pretende investigar, mas a passagem é importante para

¹¹⁸ REITZ, *Op. Cit.*, p. 256-259.

¹¹⁹ ALVES Jr., *Op. Cit.*

¹²⁰ *Ibidem.*

¹²¹ SILVA, Natália N. da, *Op. Cit.*

demonstrar quais setores vinham se desenvolvendo na cidade, atraindo e empregando migrantes.

A década de 1930 será marcada por transformações econômicas profundas em nível nacional. A crise mundial de 1929 teve seus efeitos no Brasil, que viu as exportações de café despencarem. Maria aborda em seu trabalho as dificuldades passadas por negros em Florianópolis nesse momento, com relatos de desemprego e baixa remuneração. O período foi marcado pela estagnação econômica e poucas mudanças na cidade. Os investimentos eram pequenos para um centro administrativo em que considerável parte da população era formada por funcionários públicos e por empregados do comércio.¹²²

Com a consolidação do projeto instituído pela Revolução de 1930, sobretudo no período do Estado Novo, as cidades voltaram a experimentar crescimento e sentiram os reflexos da ampliação do setor industrial estimulada pelo governo, se tornando ainda mais atrativas para pessoas em busca de trabalho ou rendimentos maiores que os das atividades agrícolas. Parte dessa política foram as ações para melhoria das vias de transportes terrestres, visando a integração nacional – como vimos, Biguaçu e região serão atingidas pela construção da BR 101. E não podemos esquecer da influência da legislação social na atração de trabalhadores para as cidades, proporcionando direito trabalhistas e previdenciários que não eram acessíveis aos trabalhadores rurais.¹²³ No anos 1940, os efeitos da Segunda Guerra foram sentidos na indústria brasileira, provocando um relativa expansão do setor.

Em vista das restrições históricas às atividades desenvolvidas pelas mulheres no mercado de trabalho, agravadas por um excedente de mão de obra masculina que chegava às cidades, o trabalho doméstico demonstrou ser uma alternativa importante, havendo inclusive indícios de que era grande a demanda por esse tipo de trabalhadora em Florianópolis e Biguaçu no período. Natália nos conta:

¹²² MARIA, *Op. Cit.*, p. 69-73.

¹²³ De acordo com Ângela de Castro Gomes, “a não aplicação da legislação social ao campo era identificada como uma das causas do êxodo rural”. GOMES, 2005, p. 241.

[...], a minha mãe primeiro, né, quando era solteira, ela disse que trabalhava de doméstica [em Biguaçu]. E depois casou e não trabalhou, só lavava pra fora, assim. [...] a minha irmã também era doméstica, depois casou. E a outra também. [...] [Eu] trabalhava de doméstica. Trabalhei muitos anos numa casa em Biguaçu. Depois eu casei lá mesmo.¹²⁴

A experiência da família de Natália é muito significativa. O pai e o irmão trabalharam no serviço público em atividades relacionadas à conservação de estradas, seu outro irmão, Demétrio, como motorista, e os dois cunhados também eram funcionários públicos, em atividades que desconhecemos. Já as mulheres da família, ela própria, sua mãe, Nicolina, e as irmãs, Maria e Nazi, todas trabalharam como empregadas domésticas. A influência na migração provocada pela demanda por trabalhadoras domésticas já foi demonstrada por Maria. De acordo com o relato de Norma Custódio – negra remanescente do processo migratório, que permaneceu no Alto Biguaçu, assim como um pequeno grupo de negros que decidiu não deixar seu local de origem¹²⁵ – “[...] muitas mulheres foram [para a capital] trabalhar como empregada doméstica. Todos os dias vinham carros da cidade buscar moças daqui pra trabalhar em casas de família. Quase toda a semana saía uma mudança”.¹²⁶

Vimos por meio das experiências de Zeferino e Nicolina o quanto a cidade poderia compor o cotidiano desses pequenos agricultores. O conhecimento das oportunidades de trabalho no espaço urbano certamente influenciaria na tomada de decisão pela saída do campo. Em um momento de crise, o conhecimento dessas oportunidades pode ter sido um fator importante para a decisão de Nicolina e Manoel de deixarem o Sítio Velho, assim como de Manoel Cardoso, filho de Zeferino, de migrar para Florianópolis. Mas o relato de Norma nos traz mais um elemento dessa dinâmica: quando a cidade busca no campo uma solução para suprir uma

¹²⁴ SILVA, Natália N. da, *Op. Cit.*

¹²⁵ MARIA, *Op. Cit.*, p. 59.

¹²⁶ CUSTÓDIO, Norma. Entrevista, *Apud* MARIA, p. 54.

demanda por trabalhadores, no caso específico, de trabalhadoras domésticas.

Esse fator nos leva a refletir sobre como elementos internos de ruptura relacionam-se com circunstâncias externas, nesse caso, relativas ao desenvolvimento urbano, que influenciaram e contribuíram para a desestabilização dos modos de vida de famílias assentadas na agricultura no interior de Biguaçu. Dessa maneira, torna-se necessária a compreensão das escolhas que realizaram as pessoas que vivenciaram esses processos, manifestadas nas múltiplas experiências que viemos analisando, pois tais opções foram informadas pelo entendimento das circunstâncias e acabaram levando ao empreendimento de verdadeiros projetos de vida.

A opção pela permanência no campo poderia ser um desses projetos. Se foi frustrado para Nicolina e Manoel, não o foi para Francisco e Matilde, nem para seus quatro irmãos, Júlio, Eugênio, João e Zufina, que permaneceram até o fim de suas vidas na Fazenda de Dentro e no Sítio Velho, respectivamente.¹²⁷ Do mesmo modo, Zeferino viu seus nove filhos migrarem para Florianópolis entre o final dos anos 1920 e os anos 1960. Ele permaneceu a vida toda no campo, e foi morar junto aos filhos e netos somente quando idoso e doente¹²⁸, provavelmente para ficar sob seus cuidados.

Não temos elementos suficientes para realizarmos uma análise comparativa entre as diferentes motivações que levaram as pessoas a migrar ou permanecer no campo. Nota-se nesse primeiro momento do processo que apenas uma pequena parcela de pessoas de cada família opta pela mudança para as cidades. Nicolina é a única dos filhos de Silvano e Maria a migrar.¹²⁹ Os pais de Alaíde também optaram por permanecer, assim como dois de seus irmãos. Apenas sua irmã Braulina, a caçula, se mudou para o Distrito de Rio Tavares, em Florianópolis.¹³⁰

Uma hipótese que podemos pensar para essa questão é que algumas pessoas que permanecem no campo não tiveram a oportunidade de migrar. Porém, sua prática parece estar menos relacionada à oportunidade do que à necessidade ou opção. Claro que

¹²⁷ SILVA, Natália N. da, *Op. Cit.*; NASCIMENTO, Alaíde M. do, *Op. Cit.*

¹²⁸ Comunidade Mont Serrat, *Op. Cit.*

¹²⁹ SILVA, Natália N. da, *Op. Cit.*

¹³⁰ NASCIMENTO, Alaíde M. do, *Op. Cit.*

é provável que deviam se fazer presentes algumas condições mínimas que possibilitassem essa mudança, mas o fato dos familiares em questão que não migram permanecerem no campo até o fim de suas vidas, sem que recorressem aos parentes já estabelecidos na cidade, em alguns casos vindo para a casa dos filhos apenas quando idosos, faz com que desconsideremos essa hipótese para grande maioria dos casos. Acontece que estamos tratando do início de um longo processo, que deslocaria um grande contingente populacional ao longo de algumas décadas, e mesmo que muitos tenham optado pela permanência no campo, o mesmo não ocorreria, aparentemente, com a maioria de seus filhos e netos. Esse foi o caso dos negros do Sítio Velho. Silvano, Maria e seus filhos, a exceção de Nicolina, ficaram até o fim de suas vidas nas terras, mas o mesmo não ocorreu com seus descendentes. Natália conta que hoje não há mais nenhum negro no Sítio Velho.¹³¹ Aos pioneiros, é possível que a saída rumo à cidade parecesse uma aventura, em direção a um ambiente onde novas relações haveriam de ser construídas, e novas formas de trabalho se apresentariam e teriam que ser aprendidas. Veremos mais a frente o quanto o estabelecimento destas primeiras pessoas colaborou para que, gradualmente, seus familiares também pudessem optar pela migração.

Não podemos afirmar que houve uma determinada geração, em um período histórico delimitado, marcada pela migração. No caso de Natália, foram seus pais que migraram, quando ela ainda era criança - em fins dos anos 1920 ou início dos anos 1930, pois seu ano de nascimento é 1921. Já os pais de Alaíde, também nascida em 1921, não migraram. Foi ela que mudou-se para Biguaçu em meados de 1943, cerca de uma década depois de Manoel e Nicolina, quando casou, já com 22 anos. E os filhos de Zeferino migraram aos poucos, entre fins dos anos 1920 e a década de 1960. Esse processo, ao longo de algumas décadas, levou a uma ruptura profunda nos modos de vida e de trabalho dessas pessoas, no intervalo de algumas gerações apenas. Assim, entendemos que o fenômeno migratório que atingiu os negros do interior de Biguaçu configurou-se mais como um fator que provocou ou acelerou a desestruturação desse campesinato, do que um resultado dessa desestruturação.

¹³¹ ALVES Jr., *Op. Cit.*

Uma passagem da entrevista de Norma, personagem já apresentada anteriormente no estudo de Maria, demonstra como a opção dos filhos pela migração impactava na vida dessas famílias:

Os negros que moravam em Antônio Carlos tinham terras com escritura e tudo. Inclusive o meu pai tinha, os Cardoso tinham terras aonde hoje está a fábrica da Coca-Cola, os Pereiras, Biguaçu de Cima e os Canudos era cheio de negros. No terreno dos Cardoso, onde hoje está a fábrica da Coca-Cola, mora uma única pessoa daquela família e tem um pequeno lote. Naquele tempo eles tinham terras, produziam açúcar, cachaça, café, arroz, farinha, criavam galinhas e bois. Mas por fim, as pessoas iam crescendo e achavam que aquilo não era vida. Que era um serviço rigoroso, e iam embora para a cidade deixando os pais sozinhos com todas aquelas terras. Eu tive que sair da escola, o papai me tirou da aula porque os meus irmãos foram embora. Eu fiquei puxando boi.¹³²
O meu pai vendeu três sítios. O pai do meu marido vendeu mais dois. Os Canudos venderam tudo. O Biguaçu de Cima também foram vendendo. O trabalho agrícola dava lucro enquanto os filhos estiveram juntos, mas depois eles foram embora, casaram, geralmente com moças de Florianópolis. As pessoas se aborreciam de trabalhar na roça. Os meus irmãos foram para o Rio Tavares, Barreiros, Coloninha e para a Caixa d' Água. Os Pereira, da família do meu marido, estão no Morro do Mocotó [...].¹³³

Seu relato é esclarecedor em muitos aspectos. Informa sobre o acesso à terra, a estabilidade, a existência de uma relativa prosperidade em torno da produção agrícola e o potencial atrativo da cidade, questões essas que viemos tratando até agora. Mas nos interessa nesse momento a manifestação do fenômeno como um

¹³² CUSTÓDIO, Norma. Entrevista, *Apud* MARIA, p. 52.

¹³³ *Ibidem*, p. 52-54.

projeto de vida daqueles que o empreenderiam e a maneira como ele afetou os modos de vida daquelas famílias. A fala de Norma sugere que a evasão dos filhos das propriedades dos pais resultaria na falta de mão de obra em uma agricultora movida pelo trabalho familiar.

Nesse aspecto, há uma interessante contradição nas informações acessadas por Maria. Um de seus entrevistados é Rogério Kremer, professor e pesquisador da história do Município de Antônio Carlos. Kremer afirma que as dificuldades enfrentadas pelos negros, que resultariam na saída de muitos deles da região, estavam relacionadas ao fato destes possuírem terras impróprias para o cultivo e de difícil acesso. O pesquisador afirma ainda que outro problema enfrentado estava relacionado ao fato de as famílias serem muito numerosas, e seriam insuficientes as terras para todos os descendentes. Esses dois fatores, terras ruins e insuficientes, levariam os negros a terem que trabalhar para agricultores brancos, não havendo ocupação para todos. Todos esses fatores resultariam, de acordo com Kremer, em poucos recursos para as famílias, levando ao abandono das terras e ao deslocamento para as cidades. De acordo com Kremer,

Com a abolição da escravidão, alguns negros adquiriram terras através de prestação de serviços. Mas a maioria das terras eram impróprias para o plantio. Algumas eram abandonadas e de difícil acesso. Canudos, por exemplo, era região de terras ruins, as melhores. O fator que motivou esse processo migratório para Florianópolis foi a falta de trabalho. Os negros e os brancos tinham famílias numerosas, os filhos dos proprietários brancos eram utilizados como mão de obra nas terras de seus pais. As terras dos negros eram pouco produtivas, por isso muitos associavam-se aos brancos. Alguns não tinham terras e prestavam serviços nas terras dos brancos e a seus filhos faltava trabalho. E eram poucas as terras para todas essas famílias, que viam os filhos crescerem com poucos recursos. Isso fez

com que eles começassem a se deslocar para outras regiões, entre elas Florianópolis. [...] ¹³⁴

Fica clara a oposição entre os relatos de Norma e Kremer. O primeiro equívoco deste parece o de associar a propriedade da terra ao pós-abolição, e seu modo de acesso condicionado à prestação de serviços. Sobre serem impróprias para o plantio, não temos elementos suficientes para comprovar ou desmentir, mas esse quadro não tem sido relatado nas entrevistas, pelo contrário. Todas as famílias relatam produtividade, mesmo que pouco rentável. Mas a contradição para a qual chamamos a atenção é com relação à mão de obra: enquanto Norma aponta para sua escassez, Kremer diz que o principal problema enfrentado pelos negros foi a falta de ocupação.

Evidente que não podemos generalizar nenhuma das duas circunstâncias. É provável que diferentes famílias, de localidades diversas, tenham passado por uma situação ou por outra. Weimer, que reúne em sua pesquisa uma gama muito mais ampla de relatos encontra justificativas diversas que englobam, com vimos, motivos relativos à expropriação, a questões relacionadas ao parcelamento do solo e à falta de produtividade da terra, e fatores atrativos das áreas urbanas. ¹³⁵ Não só porque nossa ênfase recai sobre o entendimento que os personagens possuem das experiências que viveram, mas porque seu relato é mais próximo das vivências das outras famílias que viemos acompanhando até o momento, é que precisamos creditar a problemática levantada por Norma como mais representativa do fenômeno em questão. Seu relato também reforça a conjuntura que propusemos desde o início do trabalho, de permanência e estabilidade das relações desde as gerações anteriores. E ainda o valorizamos por não considerarmos as trajetórias como simples reflexo dos diferentes contextos, como se as pessoas estivessem envolvidas passivamente pelos acontecimentos. Norma fundamenta seu discurso nas expectativas das pessoas que migravam, enquanto Kremer destaca apenas os fatores do ambiente, que teriam sido desfavoráveis à permanência dos negros no Alto Biguaçu.

As dificuldades relacionadas ao cultivo, seja pela falta de mão de obra, seja pelas terras ruins, parecem prevalecer em ambas as

¹³⁴ KREMER, Rogério. Entrevista, *Apud* MARIA, p. 51.

¹³⁵ WEIMER, p. 256-259.

interpretações. Marta Magda Antunes Machado, em um estudo sobre a participação feminina na organização comunitária no Mont Serrat, atribui a migração dos negros do Alto Biguaçu à pressão territorial e econômica exercida pelos descendentes de alemães.¹³⁶ Nesse sentido, Reitz diz que açorianos e negros “alienaram suas terras para os descendentes de alemães”¹³⁷ devido a falta de mão de obra para o trabalho na terra e pelo fato daqueles terem se capitalizado mediante a agricultura familiar. Não podemos desconsiderar essas possibilidades, mas sua aceitação carece de investigação. Se por um lado os alemães exerciam domínio econômico, Hoffmann demonstrou que seus empreendimentos econômicos estavam associados à permanência de muitos negros na região. Quanto à alienação das terras, seria necessário verificar ainda o modo como ocorria a transferência das propriedades – tarefa que não parece simples, devido ao problema já levantado de identificação dos descendentes de africanos nas fontes. Não é possível simplesmente associar a prevalência dos descendentes de alemães sobre as terras do município de Antônio Carlos na década de 1980 – ano em que o livro de Reitz foi publicado – às causas do êxodo dos negros a partir dos anos 1930. E ainda, o êxodo dessas populações não é uma característica observada apenas no Alto Biguaçu, ocorrendo em inúmeras localidades do município, a exemplo das experiências do Sítio Velho e da Fazenda de Dentro que temos analisado.

Finalizamos este capítulo concluindo que inúmeros fatores permitiram a permanência de famílias de negros na condição de campesinas na área rural do município de São Miguel, depois Biguaçu, no pós-emancipação. A diversidade de arranjos que permitiram sua relativa estabilidade em torno da mão de obra familiar devem ser analisadas de acordo com suas especificidades. As vivências foram múltiplas, apesar dos muitos aspectos em comum que possuem, e ao longo dos anos parecem sofrer influência de um lento processo de desestabilização, associado à abertura do leque de formulação das estratégias de sobrevivência, possibilitando em maior

¹³⁶ MACHADO, Marta M. A. **Palavra feminina na periferia da igreja: a participação das mulheres na organização da comunidade do Mont Serrat.** Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, São Paulo: PUC, 1999. *Apud* ARAUJO, p. 36.

¹³⁷ REITZ, *Op. Cit.*, p. 44.

grau a variação entre a manutenção dos modos de vida, com a permanência no campo, ou a saída definitiva rumo à cidade. Porém a ênfase da abordagem não deve recair apenas no aspecto da mobilidade, mas também, e se não com maior importância, nas atividades laborais desenvolvidas. É em torno do trabalho, principalmente, que acreditamos que giraram esses projetos de vida. Projetos passíveis de contínua reformulação, sempre que as circunstâncias levassem a julgar a sua necessidade. Podemos pensar que a mobilidade tenha permanecido como uma estratégia possível para os antepassados dessas pessoas – e como vimos, foi comum em outras regiões dos país – mesmo em um quadro de estabilidade, mas as circunstâncias poderiam levar à constatação de que ela não seria a melhor opção por não haver expectativa de vantagens em empreendê-la. Mas sua viabilidade tornaria-se possível em um momento em que o simples acesso à terra já não fazia mais parte de suas expectativas e a migração passaria a configurar-se em uma estratégia concreta que poderia possibilitar a melhoria das condições de vida nas áreas urbanas. São alguns aspectos destas trajetórias que envolvem opção pela migração que pretendemos analisar no capítulo seguinte.

3 FAMÍLIA, MORADIA E TRABALHO NO ESPAÇO URBANO

A análise das trajetórias das famílias das pessoas entrevistadas até os dias de hoje contemplaria um espaço de tempo que extrapola os objetivos deste trabalho. Nas entrevistas é unânime a sensação de que as transformações iniciadas com a migração promoveram melhorias nas condições de vida. Como nossa ênfase neste capítulo recai sobre o destino dos negros após terem deixado as áreas rurais, restringiremos a análise ao segundo quartel do século XX, ou seja, às primeiras décadas após a migração. Na família de Natália, o espaço de tempo para análise compreende as décadas de 1930 e 1940. Já na família de Alaíde, o período é um pouco menor, somente os anos 1940. As duas famílias fixadas em Florianópolis também permitem um espaço de tempo maior para análise, pois Evaristo e Amaro migraram na década de 1930, e o fato de Alfredo ter nascido em Florianópolis no ano de 1928 demonstra que a família já estava estabelecida na cidade pelo menos desde os anos finais daquela década. Alguns acontecimentos relatados ocorridos nos anos 1950 e 1960 eventualmente serão utilizados para ilustrar ou reforçar situações vividas nas décadas anteriores, mas somente quando for possível constatar que configuram continuidades de experiências ocorridas pelo menos desde os últimos anos da primeira metade do referido século.

O acesso à moradia na cidade poderia ocorrer das mais diversas formas. Araujo diz que quando os filhos de Zeferino começaram a se estabelecer no Mont Serrat, ocuparam uma área que já havia sido adquirida pelo pai durante suas andanças por Florianópolis, comprada da família Kincheski, proprietária da maior parte das terras do Morro na época.¹³⁸ Conforme o relato de Norma, visto anteriormente, muitas vezes ocorria a venda das terras no interior por parte de quem migrava, e assim concluímos que tornava-se possível a captação de recursos que poderiam ser utilizados na compra de moradia após a mudança.¹³⁹ Natália nos diz que muitos negros do Sítio Velho venderam suas terras quando deixaram a

¹³⁸ ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 35.

¹³⁹ CUSTÓDIO, Norma. Entrevista, *Apud* MARIA, *Op. Cit.*, p. 52-54.

localidade.¹⁴⁰ Mas nem todos puderam contar com tais recursos, pois simplesmente deixaram a casa dos pais, abandonaram suas terras, ou ainda não possuíam propriedade que pudesse ser vendida.

Natália nos conta que seu pai, Manoel, se estabeleceu na Saudade após sucessivas mudanças:

Quando nós viemos pra aqui nós morava lá nos fundos [bairro de Biguaçu]. Daí meu pai se mudou pra aqui. O meu pai se mudava muito, sabe, às vezes morava lá, não tinha casa, depois correu pra aqui. Aí fez casa aqui, né. [...] porque nós sempre morava de casa alugada, e não tinha, e depois aqui era nosso.¹⁴¹

Mesmo tendo sido aparentemente dificultosa a aquisição de um lote urbano por Manoel, o acesso à moradia se mostrou viável. Ao que parece, os terrenos em área de periferia não eram muito valorizados no período. De acordo com Alfredo Silva,

O pessoal aqui [na Serrinha], é como você tá falando agora, se apoderavam. O terreno ficava abandonado, outro deixava e saía pra fora, pra outro lado, aí o cara vinha de fora e via o terreno ali, aí depois ficava naquele terreno toda vida. Tinha um terreno, embaixo ali, que ele era de origem alemã, ele chegou, chegaram lá da colônia, e eu fui testemunha pra ele ficar com o terreno, que não tinha dono. [...] Então se apoderaram do terreno.¹⁴²

A experiência de Evaristo e Amaro na ocupação do terreno em que seus descendentes vivem até os dias de hoje no Morro da Caixa d'Água é ilustrativa. Jandira conta que seu pai, Evaristo, foi posseiro da área:

[...] tinha muito mato em volta, era mato fechado. Aí abriram aquele clarão, aquela

¹⁴⁰ ALVES Jr., *Op. Cit.*

¹⁴¹ SILVA, Natália N. da, *Op. Cit.*

¹⁴² SILVA, Alfredo, *Op. Cit.*

clareira que eles falam, e começaram a fazer plantações. Depois que foram vindo as pessoas, foi vindo gente e ele foi cedendo espaço... [...] depois veio o irmão dele [Amaro], começou a morar ali do lado... [...] a mãe contava que a casinha deles era feita de barro, assim, que fazia com trançado de bambu, e eles colocavam barro, iam colando barro ali naquele... não sei como é o nome que se dá. E toda feita daquilo ali. O chão era batido. Não tinha madeira, nada. Era só aquele chão batido. A primeira casa deles era essa.¹⁴³

Maria nos traz a experiência de Ramiro Farias, migrante do Alto Biguaçu nos anos 1930. Ramiro ocupou uma área na rua Chapecó, atual Padre Schroeder, Morro do 25, bairro Agrônômica, na época coberta pela vegetação. Foi necessário derrubar a mata para abrir o acesso à rua, para que não fosse preciso atravessar outras propriedades para adentrar em seu terreno. De acordo com o depoimento de seu filho, Rogério Farias, Ramiro foi o primeiro morador da rua, sendo apelidado pelos colegas de trabalho de *negro do mato*.¹⁴⁴

Mesmo com a relativa facilidade de estabelecimento, percebemos que a chegada à cidade poderia envolver algumas dificuldades, fossem elas relacionadas à aquisição de um lote, como no caso de Manoel, ou às condições precárias geradas pela tomada de posse de uma área inabitada, como Evaristo e Ramiro. Essa situação poderia ainda ser agravada posteriormente por conflitos envolvendo a posse. Amaro nos conta que não foram poucas as pessoas que reclamaram direitos de propriedade da área que sua família ocupou:

Porque óia, existe mais, existe mais um saco, um saco grande assim, só, só não embarca gente, só de, fechando eu acho que não cabia de tanto dono que tinha esse terreno aqui. [...] Júlio Dia, Juvêncio, dois. O... Tancredo, três. O... Tibau, seis. Um que era da, da, da, do exército um... como é? Um... tenente, não sei o que é

¹⁴³ GONZAGA, Jandira C., *Op. Cit.*

¹⁴⁴ MARIA, *Op. Cit.*, p. 62.

reformado, quatro. [...] eles, eles fizeram essa, essa, essa folha de, de, de compra e vende. Quando eles fizeram essa foia já, nós já morava aqui dentro, eles chegaram... chegaram, entraram aqui, óia o João era pequeno. Ele, ele está com vinte e quatro anos. [...] Nem, nem, nem chegaram cá dizendo assim: nós já medimo o terreno. Foram embora. Aí eles fizeram aquele negócio, aquela... coisa ali [contrato de compra e venda]. Pegaram, pagaram o dinheiro. O dinheiro se pagava lá na cidade. Aí quando eles comeram um bocado de dinheiro, se mandaram, se mandaram. É, é, é. Se, se, se mandaram aí vortaram outra vez. O Saulo Ramo vortou, [...] Faz, fazendo outra vez... é... isso aí. Aí, aí que paguemo um, uns quatro vez ou cinco, quando foi despois daí fomo pagá assuspenderam. Agora ninguém tem mais. Aí o Germano [Spricigo] já tava nessa parte aí, comeram essa, essa parte aí, foi o advogado. [...]¹⁴⁵

Tendo em vista que a entrevista com Amaro foi realizada em 1978 e que João, naquela data com vinte e quatro anos, era criança, calculamos que os conflitos tenham iniciado entre as décadas de 1950 e 1960, quando a família já estava estabelecida na área havia muitos anos. Infelizmente nos faltam indícios para saber se esse risco era grande nas décadas anteriores. O relato de Alfredo sugere que não. O período dos conflitos coincide com o momento de maior chegada de migrantes a Florianópolis e de intenso processo de urbanização¹⁴⁶, e é possível que as disputas em torno da posse de áreas tenham se intensificado nesse período. A situação de fragilidade econômica e a provável desinformação com relação aos direitos muitas vezes tornavam as pessoas suscetíveis a esse tipo de

¹⁴⁵ CAMPOS, Amaro F., 2013.

¹⁴⁶ De 1920 a 1950 a população urbana de Florianópolis passou de 22.874 para 51.115 pessoas, um crescimento de cerca de 123% em um espaço de três décadas; em 1970, a população registrada foi de 125.841 pessoas, um crescimento de cerca de 146% em apenas duas décadas. PEREIRA, s/d, p. 116.

situação, onde famílias abastadas e influentes procuravam auferir alguns ganhos.¹⁴⁷ Jandira lamenta, dizendo que se o pai tivesse pedido usucapião da área, a família seria atualmente proprietária de um lote muito maior que o que ocupam, pois este foi sendo reduzido ao longo dos anos mediante as ações relatadas por Amaro.¹⁴⁸

A importância da família nos deslocamentos é característica comum aos movimentos migratórios, e a precariedade pode ter sido maior para os migrantes precursores de cada uma delas. Um elemento presente no relato de Jandira foi o de que Evaristo cedia espaço de moradia para outras pessoas. Entre elas, esteve seu irmão, Amaro. Os estudos de Maria, Costa e Weimer demonstram como foram importantes os laços familiares no estabelecimento de grande parte dos migrantes em Florianópolis, na Baixada Fluminense e nos municípios para os quais se dirigiram os negros de Morro Alto. Maria constata a existência de uma verdadeira rede de solidariedade, sendo muito comum que as famílias recém chegadas ficassem algum tempo na casa de parentes ou conhecidos, às vezes permanecendo nessa condição durante anos.¹⁴⁹ Na Baixada Fluminense, Costa identifica uma situação semelhante. Na década de 1930 a casa de Ormino, migrante do Vale do Paraíba, em Belford Roxo, tornou-se ponto de referência para quem deixava o Vale em direção àquela região. Muitos de seus familiares viveram ali durante meses, até se estabelecerem definitivamente.¹⁵⁰ A migração dos negros de Morro Alto é descrita por Weimer como um processo familiar, facilitado ao longo dos anos pela presença nas cidades de parentes que foram pioneiros. Até hoje há áreas em Osório, no centro da cidade ou no

¹⁴⁷ Amaro conta que a área que ocuparam ficava no *Beco do Júlio Dias*, certamente em referência a um morador mais antigo ou mais abastado. E foi justamente Júlio Dias quem primeiro, algum tempo após o estabelecimento das famílias de Evaristo e Amaro, reclamou a propriedade da área ocupada. No relato de Amaro também aparecem Saulo Ramos, pertencente à oligarquia Ramos, e Germano Spricigo, proprietário da empresa de transportes Jotur. CAMPOS, Amaro F., *Op. Cit.*; ASSIS, Tupinambá C. de; SANTOS, Jussara de A., *Op. Cit.*

¹⁴⁸ GONZAGA, Jandira C., *Op. Cit.*

¹⁴⁹ MARIA, *Op. Cit.*, p. 33.

¹⁵⁰ COSTA, *Op. Cit.*, P. 61.

bairro de Caravaggio, onde se encontram pessoas oriundas de Morro Alto e seus descendentes.¹⁵¹

A mudança de um familiar para a cidade contribuiria para a vinda dos demais. A importância de se ter um parente estabelecido, como ponto de apoio, constituía-se em um fator que facilitaria, e talvez até estimularia, a migração dos familiares. Poderia estimular ao proporcionar um maior conhecimento do ambiente urbano, das novas condições de vida, das possibilidades de trabalho, da maior facilidade de acesso à escola aos filhos, etc. A própria experiência do migrante, a satisfação ou não de suas expectativas, suas opiniões, seriam fatores que certamente seriam considerados pelo familiar no momento em que esse realizasse uma avaliação da possibilidade de migrar. Podemos pensar ainda que a constituição de novos laços sociais na cidade poderia facilitar o acesso ao trabalho, ou então, o conhecimento de determinada demanda por trabalhadores poderia resultar em uma possível colocação imediata no mercado de trabalho. A maior monetarização da economia urbana, quando comparada às atividades de subsistência no campo, proporcionaria um maior poder de compra e certamente constituía-se em um fator que conferia certo grau de ascensão social ao migrante.

As experiências dos negros migrantes de Biguaçu demonstram que não era comum somente a hospedagem temporária de parentes e amigos, mas seu estabelecimento definitivo nas áreas que já haviam sido ocupadas. No Mont Serrat, por exemplo, as famílias Cardoso e Veloso, que mantinham laços de parentesco desde o tempo em que viviam no Alto Biguaçu, ocupam até hoje uma área do Morro denominada *Pastinho*.¹⁵² Manoel Veloso e Manoel Zeferino Cardoso, cunhado e filho de Zeferino, respectivamente, foram os primeiros da família a se estabelecerem no Morro, e acolheram as famílias de seus irmãos, que iam gradualmente deixando as terras no Alto Biguaçu.¹⁵³ Atualmente uma parcela significativa da população do Morro é pertencente a essas duas famílias. Araujo diz que

[...] segundo João Ferreira de Souza [morador do Mont Serrat]: “o número maior [dos

¹⁵¹ WEIMER, *Op. Cit.*, p. 274.

¹⁵² ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 38.

¹⁵³ Comunidade Mont Serrat, *Op. Cit.*, p. 7.

primeiros moradores do morro] veio de Biguaçu, foram onde é conhecido como Pastinho. Lá era a turma do sangue azul porque casavam primo com primo, era difícil entrar as famílias de fora.” Nas palavras de Carlos Cardoso [bisneto de Zeferino]: “porque os Cardoso casavam com os Veloso, ali havia uma grande mistura entre Veloso e Cardoso, que são as famílias base do Morro da Caixa. Até por eles se conhecerem, já tinham histórias lá de Antonio Carlos, ou já se conheciam por essa relação de parentesco e isso facilitou a nossa sociabilidade.” Este relacionamento entre Cardoso e Veloso, ou mesmo entre outras famílias oriundas da região do Alto Biguaçu, fez com que grande parte do Morro da Caixa tivesse algum tipo de relação de parentesco.¹⁵⁴

Da mesma maneira, Evaristo, como vimos, cedia espaço a inúmeras pessoas. Amaro, ao chegar ao Morro da Caixa d'Água, construiu sua casa ao lado da do irmão.¹⁵⁵ Importante ressaltar que Amaro já vivia em Florianópolis antes de mudar-se para perto do irmão, indicando que talvez, mais do que um ponto de apoio para seu estabelecimento, Amaro tenha planejado junto a Evaristo que suas moradias fossem vizinhas. Atualmente o terreno conta com onze residências e a área foi batizada por seus descendentes de *Aldeia*.¹⁵⁶ Alguns filhos e netos de Evaristo e Amaro já deixaram a *Aldeia* para residir em outros bairros ou mesmo em outras cidades, mas a área permanece como um ponto de referência para toda a família.¹⁵⁷ E ainda, nos bairros Saudade e Prado, em Biguaçu, encontra-se hoje a existência de fortes laços familiares entre a comunidade. No ano 2000, Alves Jr. identificou centenas de descendentes das famílias Costa, Vieira, Silva e Vicente, sendo a primeira a mais numerosa, composta por quase quatrocentas pessoas. As famílias são oriundas,

¹⁵⁴ ARAUJO, *Op. Cit.*

¹⁵⁵ GONZAGA, Jandira C., *Op. Cit.*

¹⁵⁶ GONZAGA, Jandira C., *Op. Cit.*

¹⁵⁷ ASSIS, Tupinambá C. de; SANTOS, Jussara de A., *Op. Cit.*

em sua maior parte, de áreas rurais de Biguaçu, de localidades como Alto Biguaçu, Três Riachos, Sítio Velho e Fazenda de Dentro.¹⁵⁸

Em seu trabalho, Maria faz uma análise dos territórios negros de Florianópolis. A autora observa que estes iam além dos locais de moradia, pois constituíam-se no espaço urbano como resultado “das impressões simbólicas deixadas por aqueles sujeitos históricos”.¹⁵⁹ De acordo com autora, a configuração desses espaços

dava-se pela presença das populações de descendência africana em pontos específicos da cidade, tais como os pontos de encontro - o *footing* - da Praça XV, da rua Arcipreste Paiva e da calçada do Palácio do Governo; os lavadouros públicos (fontes de água onde trabalhavam as lavadeiras), as irmandades católicas (Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos); os clubes recreativos (Brinca Quem Pode, União Recreativa 25 de Dezembro, Flor da Mocidade, Flor do Abacate, Timão); as comunidades negras (Coloninha, no continente; Morro da Caixa d'Água, incluindo o Morro do Mocotó, Mont Serrat e o Morro da Mariquinha); as escolas de samba (Protegidos da Princesa); os terreiros de Umbanda (Terreiro da Malvina); e a dança do Cacumbi.¹⁶⁰

Ilka Boaventura Leite já havia, em trabalho anterior, afirmado a importância da formação desses territórios como uma estratégia utilizada pelos negros ao longo de todo o século XX “para lidarem com a invisibilidade, o racismo e as mais diferentes formas de segregação.”¹⁶¹ A autora no diz que por meio de seus territórios

os negros, isolados pelo preconceito racial, procuraram reconstruir uma tradição centrada no parentesco, na religião, na terra, e nos

¹⁵⁸ ALVES Jr., *Op. Cit.*

¹⁵⁹ MARIA, *Op. Cit.*, p 125.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 20.

¹⁶¹ LEITE, *Op. Cit.*, p. 50.

valores morais cultivados ao longo de sua descendência. [...] os negros consolidaram sua identidade social através da demarcação simbólica expressa por uma fronteira étnica que é construída ao longo de anos de resistência e em específicos e diferentes contextos: na casa, na vila, no bairro, no clube, na rua, no bar.¹⁶²

Em Florianópolis é possível localizar a formação de inúmeras comunidades identificadas com a população negra, que ganharam sua configuração atual após as medidas de modernização do centro da cidade no início do século XX, que deslocou grande parte da população pobre para a periferia e encostas, e com a chegada dos migrantes, como já vimos. Os estudos de Leite e Maria demonstram a maneira como os negros identificam alguns territórios a si próprios, e Leite aponta ainda para a importância da sociedade também assim reconhecê-los e possibilitar a sua titulação, priorizando a legitimidade da ocupação e da demarcação simbólica constituída no espaço de algumas gerações.

Nossas fontes indicam que não somente a população negra habitava essas comunidades. Jussara nos diz que o Morro da Caixa d'Água sempre foi multiétnico, sendo esse caráter acentuado com o passar dos anos. Tanto que a região onde está situada a *Aldeia* passou a ser conhecida como “a parte negra do Morro.”¹⁶³ Em Biguaçu, Juracir conta que quando mudou-se para o Prado, o local era ainda bem pouco povoado, e a maioria dos moradores eram brancos. “Antigamente só havia três famílias de negros.”¹⁶⁴

Araújo diz que quando os primeiros negros chegaram ao Mont Serrat, uma família branca e numerosa, os Kincheski, já estava ali estabelecida.¹⁶⁵ Casimiro Kincheski, o patriarca da família, constituiu a comissão encarregada da construção da Capela de Nossa Senhora do Mont Serrat, que teve a pedra fundamental lançada no ano de 1927.¹⁶⁶ O mesmo Casimiro, em 1929, compôs a direção da Irmandade de mesmo nome, da qual foi um dos fundadores. Ao

¹⁶² *Ibidem.*

¹⁶³ ASSIS, Tupinambá C. de; SANTOS, Jussara de A., *Op. Cit.*

¹⁶⁴ SILVA, Juracir C. Entrevista, *Apud* ALVES Jr., *Op. Cit.*

¹⁶⁵ ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 35.

¹⁶⁶ Comunidade Mont Serrat, *Op. Cit.*, p. 5-6.

longo dos anos 1930 pelo menos mais sete pessoas da família associaram-se à irmandade e ocuparam cargos de direção.¹⁶⁷ Dentre os fundadores da Irmandade encontra-se também Manoel Veloso. Muitos outros negros associaram-se a ela desde sua fundação. Manoel também teve seu primeiro emprego em Florianópolis oferecido por Casimiro, que era um influente comerciante. Os Kincheski ganharam notoriedade no Morro como coordenadores das questões sociais e religiosas. Até a década de 1980, a família exerceu grande influência na composição da mesa diretora da irmandade.¹⁶⁸ Os depoimentos coletados por Araújo não registram conflitos entre os moradores negros do Morro e a família Kincheski antes da década de 1980. Pelo contrário, as lembranças que os mais velhos evocam de Casimiro e Pedro Kincheski, seu filho, são marcadas pelo saudosismo.

A relação entre negros e brancos ocorria tanto no dia a dia do bairro quanto nas instituições locais. As relações de vizinhança resultavam na vivência de experiências comuns e até mesmo no estabelecimento de afinidades. O fato de Casimiro oferecer emprego a Manoel demonstra ainda que o campo das relações algumas vezes se estendia para além do círculo comunitário. Muitas relações de poder estavam postas nessas circunstâncias. Por exemplo, Pedro era dono do principal ponto de comércio de gêneros do bairro, uma “venda”, e na década de 1950 tornou-se provedor da Irmandade, possuindo grande influência sobre os moradores da área, assumindo, junto ao Pe. Agostinho Staehelin, o papel de liderança local. O estabelecimento comercial de Pedro teria uma função importante em ações assistencialistas de distribuição de alimentos e donativos, coordenadas pelo Pe. Agostinho. As práticas eram constantes, mas ocorriam de modo mais intenso em períodos eleitorais.¹⁶⁹

Essa perspectiva apresenta-se duradoura, como demonstra a experiência de Agostinho Manoel Cardoso, filho de Manoel Zeferino e neto de Zeferino, que foi um dos últimos da família a migrar para Florianópolis. De acordo com os moradores, Agostinho

¹⁶⁷ ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 35.

¹⁶⁸ *Ibidem*, p. 136-137.

¹⁶⁹ *Ibidem*, *Op. Cit.*, p. 143.

Chegou ao Morro em 1967 e logo começou a trabalhar com o grupo formado pelo Juvenal Bento, Pedro Kincheski, Domingos, João, Francisco, João Bento. Acompanhavam o grupo o Pe. Agostinho [homônimo], que apoiava as iniciativas para a organização comunitária do Morro. Recorda Tio Gusto que no passado havia uma horta comunitária, cujas verduras e legumes colhidos eram colocados à venda a preço de custo para os moradores das comunidades. [...] ¹⁷⁰

Nas duas localidades denominadas Morro da Caixa d'Água, uma localizada na Ilha, o Mont Serrat, e outra na parte continental da cidade, foi constatada a formação de microterritórios identificados às famílias de negros que ali se estabeleceram: o *Pastinho* e a *Aldeia*. Essa perspectiva vai ao encontro do entendimento de Leite, que diz que a consolidação da identidade social negra e a demarcação simbólica de seus territórios ocorreram em “diferentes contextos”. ¹⁷¹

Araujo demonstrou como a comunidade do Mont Serrat envolveu-se nas questões políticas da cidade entre as décadas de 1950 e 1960, sendo inúmeros os cabos eleitorais do PSD de Nereu Ramos naquela comunidade. ¹⁷² Como parte de sua política de articulações, Nereu Ramos frequentava já na década de 1930 o clube *Brinca Quem Pode*, localizado na rua Conselheiro Mafra, exclusivo dos negros, e que segundo os depoimentos coletados por Maria, era frequentado na época pela restrita elite negra de Florianópolis. ¹⁷³ O clube foi dirigido durante anos por José Ribeiro dos Santos, primeiro vereador negro da cidade, eleito pelo PSD, e amigo íntimo de Nereu Ramos e da professora e deputada estadual Antonieta de Barros, negra e pertencente ao mesmo partido. ¹⁷⁴

A constituição de clubes pelos negros tem sido apontada pela historiografia recente como parte da elaboração de estratégias dessa

¹⁷⁰ Comunidade Mont Serrat, *Op. Cit.*, p. 20.

¹⁷¹ LEITE, *Op. Cit.*, p. 50.

¹⁷² ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 151.

¹⁷³ MARIA, *Op. Cit.*, p. 63.

¹⁷⁴ MORTARI; CARDOSO, *Op. Cit.*, p. 94; Maria, *Op. Cit.*, p. 96.

população de adesão aos hábitos de conduta no espaço urbano.¹⁷⁵ Além do *Brinca Quem Pode*, o *25 de Dezembro* foi outro importante clube dos negros de Florianópolis. Fundado em 1935 pelo estivador Ramiro Farias – cuja experiência de chegada a Florianópolis já discutimos – junto a um grupo de amigos, era localizado no Morro do Chapecó, na Agrônômica. Este, ao contrário do primeiro, era associado aos negros trabalhadores.¹⁷⁶ Regras de conduta, modos de vestir e de comportamento público eram vigiados pela diretoria, pois a respeitabilidade era entendida como uma condição necessária para o reconhecimento e a aceitação da sociedade.¹⁷⁷ Com uma lógica oposta, os blocos de carnaval e escolas de samba constituíam-se em associações que se preocupavam menos com o respeito às regras de comportamento público, e mesmo assim passaram a ocupar posição de destaque na cidade, irrompendo

[...] o espaço público da capital, dando visibilidade às coletividades negras, pois, mesmo que limitadas ao espaço-tempo do carnaval, tais agremiações conquistaram legitimidade para estes territórios negros, forçando a produção de registros nos discursos das elites brancas da cidade.¹⁷⁸

Fredrik Barth defende que a formação e a manutenção de grupos étnicos configuram processos históricos. Entende que construção das identidades ocorre mediante o estabelecimento de uma manifestação relacional e dinâmica entre grupos, onde a definição de *um* e de *outro* dependerá das interações sociais entre eles estabelecidas.¹⁷⁹ Os pontos até agora discutidos nos permitem inferir que a constituição de uma identidade negra no ambiente estudado, e a afirmação da sua territorialidade, ocorreu na sua relação com outros segmentos sociais no cotidiano da cidade, na participação ativa da vida cultural, política e econômica. Mesmo os clubes, que têm na segregação racial sua principal marca,

¹⁷⁵ MORTARI; CARDOSO, *Op. Cit.*, DOMINGUES, *Op. Cit.*

¹⁷⁶ *Ibidem.*

¹⁷⁷ MORTARI; CARDOSO, *Op. Cit.*, p. 94.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 94-95.

¹⁷⁹ BARTH, 1998, p. 188.

constituíam-se em um mecanismo de afirmação dessa população frente à sociedade, em busca da aceitação mediante a respeitabilidade. Estes, além de espaços recreativos, constituíam-se num ambiente de sociabilidade que evoluía inclusive a elaboração de articulações políticas. E não podemos desconsiderar as identidades existentes no interior da própria população negra, como demonstra, por exemplo, a diferença da origem social dos frequentadores dos dois clubes apresentados, e ainda as diferentes agremiações carnavalescas, que refletiam as rivalidades no interior das comunidades. Araujo diz que

Desde o início a Copa Lord tem uma rivalidade com a Protegidos da Princesa. Esta, localizava-se na rua Nestor Passos, ao lado da subida para o Morro da Caixa [Mont Serrat], e era uma agremiação da qual faziam parte principalmente membros da marinha. Sendo assim, se estabelecia uma rivalidade que era uma consequência das diferenças sociais entre os moradores das localidades que compõem o Maciço Central do Morro da Cruz. Aevú [integrante da Copa Lord] comenta: “Os caras da marinha, os marinheiros, eles se consideravam superiores. Mais grana, as meninas olhavam mais para eles, sargento da marinha. E a rivalidade começou assim, o nosso negócio era samba, samba e guerra. Nós dizíamos: ‘a gente não é inferior a ninguém então vamos disputar o carnaval, ganhou, ganhou, perdeu, perdeu e não tem essa.’”¹⁸⁰

3.1 EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO E ESTRATÉGIAS FAMILIARES DE SOBREVIVÊNCIA

A pesquisa realizada por Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni em Florianópolis na década de 1950, sobre a qual

¹⁸⁰ ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 128.

realizamos algumas considerações no início deste trabalho, preocupou-se também em examinar a relação entre negros e brancos na capital no período pós-abolição. Eles verificaram que a discriminação racial aos negros era uma característica marcante dessa relação, situação que, na sua avaliação, associada às precárias condições de existência material que se mantinham desde o período da escravidão, contribuía para a manutenção da ordem escravocrata e impedia a mobilidade e ascensão social da “população de cor”. Para os autores, após a abolição, não houve “impulsos suficientemente vigorosos para alterar o sistema de acomodação inter-racial vigente.”¹⁸¹ As peculiaridades da escravidão em Santa Catarina apontadas pelos autores, sobre as quais já discutimos, estariam, claro, relacionadas à forma que a discriminação racial assumiria no pós-abolição. Cardoso e Ianni dizem que

[...] numa comunidade do tipo de Desterro, a discriminação que se exercia primeira e naturalmente quanto ao *escravo* transferia-se plenamente para os *negros em geral* e seus descendentes *mestiços*. Este processo, que existiu em todo o Brasil, era possível por causa da seleção de certos caracteres físicos como elementos capazes de justificar uma desigualdade social em termos da existência de uma desigualdade natural. Mas, em Desterro, por causa da coexistência do trabalho livre com o trabalho escravo e da inexistência de condições materiais que possibilitassem a emergência de um estilo de vida senhorial, a *desigualdade natural* entre negros e brancos sempre foi enfatizada vigorosamente, como uma espécie de elemento compensatório da pequena diferença nas condições sociais de produção entre os negros e os brancos: ambos produziam de *motu proprio* os meios necessários à sobrevivência. Dessa forma a discriminação que o *senhor* exercia sobre o seu *escravo*, pode transformar-se na discriminação dos *brancos*, ainda que pobres, sobre os *negros em geral*,

¹⁸¹ CARDOSO; IANNI, *Op. Cit.*, p. 151.

ainda que livres. E a discriminação racial pode preservar-se mais facilmente depois da Abolição porque esta não extinguiu-a, obviamente, nenhuma "desigualdade natural".¹⁸²

Cardoso e Ianni, assim como Florestan Fernandes, maior expoente da *Escola Paulista*, vertente sociológica à qual eram vinculados, tiveram o mérito de reconhecer e denunciar a discriminação racial existente na sociedade Brasileira. Por outro lado, cometeram o equívoco de também associar esse quadro diretamente às relações próprias do período da escravidão.

Já refletimos sobre o quanto essa percepção é problemática. Não podemos conceber a relação entre negros e brancos, e a situação de desigualdade característica dessa relação ao longo de toda a nossa história, como herança direta de uma condição estabelecida desde o período do cativo, e tomá-la como imutável ao longo das décadas que se seguiriam após a abolição. A própria noção de “desigualdade natural” surge somente em fins do século XIX, com as teorias raciais, fomentadas pelos estudos evolucionistas, e ganha importância no Brasil devido a crescente perda de legitimidade do sistema escravista. Constituiu-se em um dos mecanismos de atualização da justificativa da condição social dos negros, com vistas à manutenção das desigualdades. A gênese da crença na “desigualdade natural” está mais relacionada à liberdade dos negros do que ao seu cativo. É lógico, precisamos ponderar que os estudos em torno dessas temáticas evoluíram muito desde a publicação da obra de Cardoso e Ianni, e a produção historiográfica existente atualmente nos permite a realização de novas leituras sobre essa questão. A importância de *Cor e mobilidade social em Florianópolis*, em sua época, esteve na busca da quebra do paradigma da democracia racial e na tentativa de demonstrar a presença constante da população negra em Santa Catarina e a sua condição de desigualdade em relação aos demais segmentos daquela sociedade.

Alguns elementos que viemos analisando neste trabalho, já discutidos exaustivamente pela historiografia recente, não estão presentes na leitura de Cardoso e Ianni, e são indispensáveis para se

¹⁸² *Ibidem*, p. 236-237.

pensar as relações sociais no pós-abolição. Primeiramente é necessário considerar a evolução do sistema escravista brasileiro ao longo de seus quase quatrocentos anos. As transformações ocorridas somente no século XIX, do auge à decadência do sistema, as quais tratamos parcialmente ao discorrermos sobre algumas mudanças ocorridas em seus últimos anos, já impedem que as relações raciais sejam tratadas no século XX somente sob o prisma da permanência. Em segundo lugar, de que tipo de relação estamos falando? Se não foram homogêneas ao longo do tempo, também variaram muito em uma mesma época. Como vimos, muitas foram as “formas de ser escravo”, o que dependeria em grande parte das condições do cativeiro – se em ambiente rural ou urbano, por exemplo – e das relações estabelecidas entre escravos e senhores.¹⁸³ Complexa também se mostrou relação entre os próprios pretos e pardos, fossem livres ou escravos, crioulos ou africanos. O estudo das irmandades católicas de Desterro demonstra o quão conflituosa poderia ser essa relação em torno de disputas políticas e simbólicas.¹⁸⁴ E por último e não menos importante, a visão dos autores desconsidera os embates em torno das diferentes noções de liberdade, trabalho e cidadania, e as inúmeras estratégias traçadas pela população negra para sua conquista.

Os autores afirmam que, apesar das dificuldades enfrentadas, a sociedade de classes não era inacessível aos negros. O ingresso requeria, de sua parte, o ajustamento à cultura, aos valores e aos modos de comportamento da sociedade branca. Além do desejo dos negros “branquearem-se”, por meio da união com pessoas de pele mais clara¹⁸⁵, haveria a necessidade de um “branqueamento social”, onde os negros, alienados, buscavam imitar os brancos em seu comportamento, visando a integração e a ascensão social. Ianni denomina esse fenômeno de “ideologia do compromisso”, que, de acordo com o autor, destinava-se a “orientar o comportamento do ‘indivíduo de cor’, no sentido da sua integração e ascensão

¹⁸³ LIMA, *Op. Cit.*

¹⁸⁴ MAMIGONIAN, *Op. Cit.*

¹⁸⁵ De acordo com os autores, havia entre a população negra a crença de que a união com pessoas de pele mais clara conferia uma condição social mais favorável naquele ambiente, importando também a possibilidade de que os filhos viessem a ser mais claros. CARDOSO; IANNI, *Op. Cit.*, p. 183.

sociais.”¹⁸⁶ A criação de clubes próprios, as “sociedades bailantes”, teriam sido um exemplo dessas manifestações.

Era a tentativa de mostrar à ‘sociedade dos brancos’ que o refinamento nas maneiras, a vida *de família* e a *distinção social* não eram apanágio de um grupo racial; e também que os negros já não eram mais escravos, podendo comportar-se como quaisquer outros cidadãos, como *iguais*... Aos olhos do branco, entretanto, pareceria ridículo que seus criados procurassem ostentar, pernosticamente.¹⁸⁷

Petrônio Domingues, ao analisar algumas dessas passagens, questiona o fato de Cardoso e Ianni considerarem esses padrões de comportamento social como prerrogativa exclusiva dos brancos. O autor defende que estratos da população negra também podiam comportar-se como quaisquer outros cidadãos, investindo em regras de boas maneiras, nos laços de família e nos símbolos de distinção social, sem necessariamente terem que abdicar de sua identidade racial. Domingues chama também a atenção para o fato de Cardoso e Ianni não explicarem quais seriam as “posições e posturas genuinamente afrocatarinenses no pós-abolição” – até mesmo porque elas teriam que ser “inventadas ou retraduzidas, por meio de adaptações, bricolagens e inovações. Os afrocatarinenses não só reformularam práticas culturais, sociais, políticas e religiosas (fossem de ‘negros’ ou de ‘brancos’), como formularam outras novas”.¹⁸⁸

Vimos anteriormente como a população negra esteve integrada à sociedade local e como foi possível colocar em prática concomitantemente ações que visassem, por um lado, a inserção social, por meio da aceitação e respeitabilidade, e por outro, manifestações menos preocupadas com a adequação estrita às regras vigentes para o espaço público. Exemplos citados foram, respectivamente, os clubes, como meio de adesão aos hábitos de

¹⁸⁶ *Ibidem*, p. 226.

¹⁸⁷ *Ibidem*, p. 138-139.

¹⁸⁸ DOMINGUES, *Op. Cit.*, p. 122.

conduta no espaço urbano, e as associações carnavalescas. Maria demonstrou ainda como foi possível aos negros negociarem e resistirem culturalmente por meio da elaboração de territórios próprios na capital. Para isso,

[...] fabricaram e refabricaram práticas, discursos e representações, negociaram a identidade cultural e religiosa, articularam canais para decisões coletivas, selaram alianças com segmentos da sociedade civil e dialogaram com o poder público. [...] As reflexões acerca das populações afrobrasileiras na constituição de seus territórios propiciam a percepção dos diferentes valores culturais que permeavam as relações entre aqueles indivíduos. No interior daqueles territórios negros as tradições culturais africanas entrecruzavam-se com os valores da cultura branca predominante. A interculturalidade também colaborou na definição do perfil desses lugares pela ação cotidiana dos sujeitos históricos interferindo no *status quo* e vice versa, permitindo pensar-se na dinâmica das experiências humanas.¹⁸⁹

De acordo com a linha de raciocínio que defendiam, Cardoso e Ianni afirmam também que as populações de origem africana em Florianópolis continuavam a exercer as mesmas atividades laborais que lhes cabiam no período da escravidão, braçais e domésticas, as mais mal remuneradas e de menor prestígio social. Conforme os autores,

[...] ainda hoje [década de 1950] as oportunidades ocupacionais da mão de obra negra se concentram em torno de atividades nas quais os escravos se especializaram (serviços domésticos e atividades braçais em geral), o que confirma nossa interpretação de que a posição do grupo negro na estrutura

¹⁸⁹ MARIA, *Op. Cit.*, p. 21.

profissional do presente é bastante similar a do passado.¹⁹⁰

Os autores afirmam que a ascensão social neste grupo seria rara. Mesmo no funcionalismo público, ingressariam principalmente mediante o apadrinhamento político, e também para o exercício de funções pouco qualificadas.¹⁹¹

[Na mentalidade local] Os libertos e seus descendentes continuaram sendo *negros*, isto é, *naturalmente inferiores*. Tanto mais que a sociedade local não proporcionou muitas oportunidades de ascensão social aos negros, que continuaram a desempenhar, como antes, os serviços para os quais eles eram *naturalmente aptos*: o trabalho braçal econômica e socialmente desqualificado.¹⁹²

As fontes de que dispomos e a bibliografia consultada também indicam que as atividades desempenhadas pela grande maioria dos negros, principalmente os recém chegados do interior, eram braçais, domésticas e não especializadas. Mas de nenhuma maneira podemos afirmar que tratava-se do exercício de “atividades nas quais os escravos se especializaram”. Em primeiro lugar, porque as transformações na economia local não foram nulas no período – mesmo que Cardoso e Ianni não reconhecessem em Florianópolis a existência de uma economia tipicamente capitalista. Em segundo lugar, porque foram inúmeras, durante a escravidão, as experiências de trabalho de pretos e pardos, livres, libertos ou escravos, não consideradas pelos autores.

Araujo percebeu que as atividades de lavadeira, entre as mulheres, e as relacionadas à construção civil, entre os homens, foram as principais responsáveis pelo emprego dos negros do Mont Serrat nos anos 1950 e 1960, momento em que a cidade experimentava um crescimento urbano mais acelerado que o das

¹⁹⁰ CARDOSO; IANNI, *Op. Cit.*, p. 113.

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 175.

¹⁹² *Ibidem*, p. 151.

décadas anteriores.¹⁹³ Já para os anos 1930 e 1940, nossas fontes indicam que foram o serviço público, em especial para os homens¹⁹⁴, e as atividades domésticas informais para as mulheres, como lavadeiras, quituteiras e empregadas domésticas.

Em Osório, Weimer também encontrou negros migrantes exercendo atividades no serviço público e em alguns ofícios especializados, como sapateiro e açougueiro, mas o registro mais comum que encontrou foi o de jornaleiro, “trabalhos não qualificados, braçais e de baixo grau de especialização”. As mulheres, a grande maioria, foram empregadas domésticas, lavadeiras e cozinheiras, sendo os empregos com carteira assinada mais raros para elas do que para os homens.¹⁹⁵

Maria nos fala da trajetória de José Ribeiro dos Santos, oriundo do Paraná e estabelecido em Florianópolis nos anos 1930. José foi mecânico, e o desempenho dessa profissão lhe proporcionou alguns benefícios, como o de residir na rua Visconde de Ouro Preto, área nobre da região central da cidade. Sua atividade era autônoma, e a prestação desses serviços para empresários locais o aproximou de personalidades políticas, como vimos anteriormente, vindo a tornar-se vereador. Além de mecânico e político, foi árbitro de futebol em inúmeras partidas dos principais clubes da cidade.¹⁹⁶ O desempenho de todas essas atividades, somadas à fundação e exercício da direção do clube *Brinca Quem Pode*, lhe possibilitou a constituição de relações sociais que eram pouco comuns à maioria dos negros que chegavam a Florianópolis no período.

Maria demonstrou a pluralidade de experiências de trabalho dos negros de Florianópolis nas décadas de 1930 e 1940. A autora elenca uma série de atividades desenvolvidas, tipicamente urbanas,

¹⁹³ ARAUJO, *Op. Cit.*, p. 49-50. De acordo com Nereu do Vale Pereira, a construção civil em Florianópolis adquire um “comportamento explosivo” a partir do ano de 1962, devido o grande crescimento do setor de serviços, sobretudo mediante investimentos públicos, e do decorrente crescimento do mercado imobiliário. PEREIRA, *Op. Cit.*, p. 79.

¹⁹⁴ As fontes não permitiram a investigação sobre as possíveis relações de “apadrinhamento” que envolviam o acesso a cargos públicos, indicadas por Cardoso e Ianni.

¹⁹⁵ WEIMER, *Op. Cit.*, p. 300-304.

¹⁹⁶ MARIA, *Op. Cit.*, p. 56 e 63.

nos setores industrial, comercial e de serviços – estes últimos geralmente informais – inclusive no serviço público, onde as carreiras ligadas às áreas da educação e da marinha eram, para mulheres e homens negros, respectivamente, as possibilidades mais disputadas de meio de ascensão social. Muitas foram as professoras e os militares negros que conquistaram prestígio social por meio de suas profissões.¹⁹⁷ Essas histórias demonstram a possibilidade de ascensão social aos negros mediante o exercício de ofícios específicos, mesmo que para uma parcela bastante restrita. De fato, não foi a realidade da grande maioria dos negros que deixavam o interior rumo às cidades, analfabetos na sua maior parte¹⁹⁸, e que até então haviam se dedicado ao desempenho de atividades agrícolas. Eles experimentariam, na maioria das vezes, condições precárias de moradia, com estabelecimento na periferia, e o desempenho de trabalhos não especializados. Seu maior desafio parecia ser justamente o de integração ao mercado de trabalho urbano.

Além das transformações econômicas que tratamos no capítulo anterior, as primeiras décadas do regime republicano no Brasil foram marcadas por grandes mudanças nas relações de trabalho. No período, o Estado se esforçou em estabelecer uma nova ideologia do trabalho, fomentando sua valoração positiva, com o intuito de torná-lo um princípio regulador da sociedade. Para isso, também passou a estigmatizar e criminalizar o ócio.¹⁹⁹ Respeitabilidade e acesso à cidadania passaram a exigir o enquadramento na nova sociedade do trabalho que se constituía. Infelizmente, não identificamos na memória dos entrevistados situações envolvendo a participação em sindicatos ou associações de trabalhadores, mas as entrevistas possibilitam-nos conhecer algumas experiências de trabalho dos negros no ambiente urbano no pós-abolição, as quais nos permitem apontar possíveis tendências relacionadas aos migrantes de origem rural acerca das possibilidades de ocupação, e assim analisar a elaboração de algumas estratégias de sobrevivência e inserção social que empreenderam em torno do mundo do trabalho.

¹⁹⁷ MARIA, *Op. Cit.*, p. 96.

¹⁹⁸ É significativo o fato de Evaristo, Amaro, Natália e Alaíde serem analfabetos.

¹⁹⁹ CHALHOUB, 1986.

Reid Andrews afirma que o predomínio de brancos no proletariado industrial paulista, inundado por imigrantes europeus desde a segunda metade do século XIX, constituiu-se num fator que enfraqueceria o poder de barganha tanto dos trabalhadores negros quanto dos brancos, permitindo que os empregadores demonstrassem preferência pelos últimos.²⁰⁰ Nas entrevistas realizadas por Cardoso e Ianni é frequente o relato de que comerciantes de Florianópolis preferiam a contratação de brancos em lugar de negros, um dos muitos reflexos do racismo presente na sociedade local. Uma das passagens diz que

Apesar de que muitos brancos declarassem que aos negros e mulatos não se impunham restrições à sua admissão em muitos empregos, a totalidade destes afirma que a conquista de um emprego sempre põe em jogo a cor do candidato, seja negro ou mulato. [...] no caso das atividades comerciais, tais como a de balconista, a resistência é muito grande. Não há negros ou mulatos trabalhando nos balcões das casas comerciais mais importantes de Florianópolis. "Estão sempre lá atrás, lá pela cozinha, ou trabalhando no pesado". O balcão exige "apresentação", "o que uma pessoa de cor não pode ter", diz-nos um comerciante. E um negro declara: "Trabalho para preto é muito difícil. Principalmente em lojas, escritórios. Eles (os brancos) falam que não tem vaga. Serviço de preto é só ser operário mesmo".

Mas mesmo em um ambiente marcado pela discriminação racial, as entrevistas revelam que, após a mudança para a cidade, houve uma forte tendência à realização de atividades formais de trabalho, não especializadas, pelos homens. Sobre seus antepassados, Alfredo nos conta:

[Em Biguaçu] meu avô era, como é que diz, de roça. É aipim, batata, ovo, repolho, ele ia assim na horta, assim. Trabalhava na roça assim. Mas

²⁰⁰ ANDREWS, 1998, P. 51.

vivia né. [...] Meu pai, ele trabalhava na prefeitura [de Florianópolis]. Meu pai, você não se lembra, não pode lembrar, meu pai era condutor daquele tempo aqui que tinha, era bonde, mas quem carregava o bonde eram as mula, só que o material da estrada era ferro, aí o vagão ia pra cidade... O animal ia aqui no meio do trilho, e tinha... e o carro ia pelos trilhos, tipo um trem, para não desencarrilhar de jeito nenhum, aí ia pra cidade e de lá voltava. Ele era condutor disso. De bonde. [...] E naquele tempo, o bonde era da prefeitura né, e ele aposentou-se pela prefeitura.²⁰¹

Não sabemos quem da família de Alfredo migrou para Florianópolis, se Rafael, seu avô, ou se Alfredo Rafael, seu pai, ou se ambos.²⁰² Temos apenas a informação de que Rafael era natural de Biguaçu. Mas a mudança na natureza do trabalho desempenhado no intervalo de uma geração é percebida na experiência da família. Na mesma época²⁰³, Manoel e Nicolina deixaram o Sítio Velho para viverem em Biguaçu. Manoel, como vimos, se empregaria no serviço público estadual, no DER, onde trabalharia até sua aposentadoria – Miguel conta que Manoel era trabalhador braçal na manutenção de estradas.²⁰⁴ Na década seguinte, Romalino José da Silva, que viria a se tornar marido de Natália, irmã de Miguel, também migrou do Sítio Velho e encontrou trabalho na Prefeitura de Biguaçu.²⁰⁵

Amaro nos diz o seguinte sobre suas atividades em Biguaçu: “todo o meu serviço foi assim, de roça, né?”²⁰⁶ Seu pai trabalhou durante um tempo na polícia: “no governo, né? Cinco ano. Depois não lembro bem. Depois de cinco ano que ele serviu, naquele tempo

²⁰¹ SILVA, Alfredo. *Op. Cit.*

²⁰² Na entrevista de Alfredo não foi possível identificar a naturalidade de Alfredo Rafael.

²⁰³ Sabemos que em meados dos anos 1930 os bondes ainda eram puxados por burros em Florianópolis (Conf. CAMPOS, 1999, p. 195). Somamos essa informação ao ano de nascimento de Alfredo, 1928. SILVA, Alfredo, *Op. Cit.*

²⁰⁴ ALVES Jr., *Op. Cit.*

²⁰⁵ SILVA, Natália N. da, *Op. Cit.*

²⁰⁶ CAMPOS, Amaro F., *Op. Cit.*

ganhava um... uma bagatelazinha, não sei quanto era, naquele, naquele tempo. Sei lá, era uma coisa pouca mesmo.²⁰⁷ Em Florianópolis, Amaro e seu pai foram trabalhar de carregadores em uma fábrica de açúcar, a Frette. Jandira e Tupinambá, sobre o trabalho de seu pai, Evaristo, dizem:

[...] ele trabalhou de operário, braçal assim, em madeireira. Ele separava madeira, essas coisas assim. Desde que eu me entendo por gente, que eu comecei a entender as coisas, ele trabalhou em madeireira. Até se aposentar. Sempre trabalhou em madeireira.²⁰⁸

Meu pai trabalhou na antiga madeireira chamada Íman [?], e depois ele trabalhou na madeireira Müller e Filhos [...]. Ele trabalhou nessas duas firmas, e foi onde ele se aposentou, pela Müller e Filhos. Classificador de madeiras ele era, classificador de madeiras, de confiança da madeireira.²⁰⁹

Além do destaque para a empregabilidade no serviço público, nos chama a atenção nos depoimentos um elemento muito interessante: em quase todos os narradores relatam que seus antepassados desfrutaram de estabilidade no desempenho de atividades formais de trabalho, vindo a se aposentarem nelas. Do mesmo modo, Diamantino Nascimento, marido de Alaíde, trabalhador do comércio e músico profissional aos finais de semana, trabalhou até meados de 1960 em um mercado no centro de Biguaçu, e só o deixou quando Alaíde iniciou seu próprio negócio. A falta de trabalho não parece ter sido um grande problema enfrentado pelos migrantes na cidade. É possível que esses dois fatores, empregabilidade e estabilidade em um mesmo ramo, ou em uma mesma função no serviço público, venham somar-se aos estímulos gerados nos familiares que passavam a apostar suas expectativas na mudança da vida rural para a urbana.

²⁰⁷ *Ibidem.*

²⁰⁸ GONZAGA, Jandira C., *Op. Cit.*

²⁰⁹ ASSIS, Tupinambá C. de; SANTOS, Jussara de A., *Op. Cit.*

Ao olharmos mais atentamente para essas experiências de trabalho perceberemos que, aparentemente, na maioria dos casos, os ganhos obtidos com a realização das atividades descritas não se mostravam suficientes para o sustento de toda a família. As estratégias geralmente elaboradas para driblar essas dificuldades mostram-se muito semelhantes entre si, assim como também guardam algumas semelhanças com a antiga lógica do modo de vida rural. Elas envolviam o trabalho familiar e a realização de pequenas atividades de subsistência e de produção e comercialização de alimentos. E como os homens já se encontravam comprometidos com atividades formais de trabalho, o esforço para realização das atividades de complemento à renda recaiu sobre as mulheres e as crianças. Claro, não podemos condicionar a elaboração dessas estratégias às dificuldades materiais encontradas na cidade. Esses modos de trabalho eram praticados pelas famílias há gerações, e sua permanência foi favorecida pelo novo contexto encontrado após a migração.

Nos relatos de Alaíde, Alfredo, Jandira e seus irmãos há menção ao cultivo de alimentos em suas moradias após a migração. Jandira diz, como vimos, que logo após seus pais abrirem a clareira na mata, já “começaram a fazer plantações. [...] Muito era aipim, essas coisas assim... minha mãe que contava. Era aipim e verduras”.²¹⁰ Jandira diz que o cultivo era apenas para subsistência da família, sem haver prática de comércio. Alaíde fala da importância desta atividade para que os custos com alimentação não incidissem no orçamento familiar. Ela nos diz que: “plantava em volta da casa, esse pedaço de terreno aqui era nosso, a gente plantava uma coisa ou outra pra comer, pra não tá comprando... verdura... [...]”²¹¹ A entrevista de Alfredo nos traz indícios de que esse tipo de produção poderia integrar uma economia solidária informal em nível comunitário. Quem fala é uma de suas filhas:

É por que naquela época era assim, não tinha muito essa coisa de usar dinheiro, as pessoas plantavam, era subsistência. Então eles faziam troca, trocavam saca de café, não era a coisa do

²¹⁰ GONZAGA, Jandira C., *Op. Cit.*

²¹¹ NASCIMENTO, Alaíde M. do, *Op. Cit.*

dinheiro como hoje. [...] Tudo era mais solidário, a pessoa plantava um pé de alface, embora as casa fossem longe, ia lá levar um pro vizinho. Era assim. Comia uma coisinha boa e levava um pedaço pro vizinho. Hoje não tem mais nada disso.²¹²

Outra característica das estratégias elaboradas em âmbito familiar foram as atividades que visavam complementar a renda, geralmente também realizadas pelas mulheres, muitas vezes contando com a ajuda dos filhos. Uma passagem da entrevista de Natália demonstra uma diferenciação entre o trabalho em casa e o trabalho fora de casa: “A minha mãe, primeiro né, quando era solteira, ela disse que trabalhava de [empregada] doméstica. E depois casou e não trabalhou, só lavava pra fora, assim.”²¹³ Temos aqui uma diferenciação dos tipos de trabalho: um realizado fora de casa, mais comum entre homens e mulheres solteiras, o outro realizado em casa, observado com mais frequência entre as mulheres casadas. É significativo que Nicolina e suas filhas tenham trabalhado como empregadas domésticas apenas antes de casarem-se. Weimer tratou das diferentes noções acerca do mundo da rua e do mundo da casa. Notou nas relações dos negros oriundos de Morro Alto, em Osório, que a respeitabilidade das mulheres estava condicionada ao seu pertencimento ao mundo da casa.²¹⁴

O serviço de lavagem de roupas parece ter sido o mais comum entre as mulheres. Maria descreve em seu estudo as atividades tipicamente desenvolvidas pelas mulheres negras no ambiente de trabalho urbano: empregadas domésticas, lavadeiras, bordadeiras, costureiras e parteiras.²¹⁵ Araujo também fala da grande quantidade de lavadeiras no Mont Serrat, o que gerava inclusive conflitos em torno das fontes de água. Essa atividade foi fundamental para muitas famílias do Morro. A bibliografia e as fontes de que dispomos indicam que o trabalho de lavadeira foi comum e se manteve em grande medida até pelo menos a década de 1970. Sua realização é

²¹² Não dispomos dos nomes das filhas de Alfredo que acompanharam a entrevista. SILVA, Alfredo, *Op. Cit.*

²¹³ SILVA, Natália N. da, *Op. Cit.*

²¹⁴ WEIMER, *Op. Cit.*, p. 284.

²¹⁵ MARIA, *Op. Cit.*, p 79.

citada em três das quatro famílias cujos depoimentos viemos analisando até agora.

Uma das filhas de Alfredo, nascida em 1956, diz que aos dez anos já ajudava a mãe a “lavar pra fora”.²¹⁶ Do mesmo modo, Jandira diz que ela e os irmãos ajudavam a mãe, que “era lavadeira, lavava pra fora”²¹⁷, assim como eventualmente os filhos homens a auxiliavam na comercialização de quitutes que ela produzia em casa. Em épocas de maiores dificuldades recorriam inclusive a atividades extrativistas. “A gente era muito pobre quando eu era pequena. As vezes até tinha que ir pra praia pegar berbigão, ostra, tudo... pra comer”, relata Jandira.²¹⁸

Apesar dessas experiências terem ocorrido na década de 1960 e talvez no início dos anos 1970, eram comuns desde o estabelecimento destas pessoas na cidade, como demonstram as falas de Natália e Alaíde. Vimos anteriormente que Nicolina, mãe de Natália, trabalhou como empregada doméstica quando solteira. Depois de seu casamento, se dedicou apenas a “lavar pra fora”.²¹⁹ Alaíde nos proporciona um relato mais detalhado das atividades que veio a desempenhar na cidade:

[...] quando eu vim pra aqui eu comecei a fazer crivo, entende? Fazia crivo, vendia crivo... [...] Fazia cocada, fazia uma porção de coisas para vender. [...] eu fazia rosca de polvilho, eu fazia pão caseiro pra vender. [...] eu tinha uma amiga, nós fazia cocada, nós duas. Nós tinha uma carreta, eu não, quem tinha era o marido dela, e nós ia vender por aí... lá em São Miguel, em Santa Catarina, nós saía com a carroça em dia de festa e ia vender as coisas lá pra cima... cocada, essas coisas assim. [...] Depois eu casei, aí meu filho mais velho vendia também, cocada pra mim, entende? [...] E às vezes, depois eu

²¹⁶ SILVA, Alfredo, *Op. Cit.*

²¹⁷ GONZAGA, Jandira C., *Op. Cit.*

²¹⁸ *Ibidem.*

²¹⁹ SILVA, Natália N. da, *Op. Cit.*

tinha encomenda também... eu fazia salgadinho pra vender, também tinha encomenda.²²⁰

Entre fins dos anos 1950 e início dos anos 1960 Alaíde inicia um pequeno negócio em sua casa. Ela nos conta: “eu já tive venda também. Já tive vinte e poucos anos de venda. Ali onde é a salinha hoje, ali era a venda minha... [...] Se fosse hoje era um mini mercado. Naquele tempo era venda.”²²¹ Ocorreu inclusive de Diamantino, seu marido, deixar o trabalho que possuía no comércio de Biguaçu, fato que, associado às mais de duas décadas de duração do negócio, pode indicar uma relativa prosperidade. De acordo com Alaíde, Diamantino “saiu de lá do serviço dele lá né? Aí ele só tocava e ajudava em casa, entende?”²²²

Notamos que é recorrente nos relatos a presença dos filhos nas estratégias familiares de trabalho. Se a relativa estabilidade no desempenho de atividades formais de trabalho pelos homens poderia constituir-se em um fator positivo (ainda que tivesse como contrapartida muitas vezes a impossibilidade do recebimento de rendimentos necessários para o sustento de toda a família), a possibilidade dos filhos frequentarem a escola, que também poderia ser um dos atrativos da cidade, encontraria sua contradição na impossibilidade de permanência nela para muitos, em decorrência das necessidades de trabalho que se apresentavam nas novas circunstâncias.

[...] eu trabalhava na roça... então de manhã nós ia pra roça, e o meu pai não deixava nós ir pra aula porque ficava longe, entende? Aí não deixava nós ir... tinha que ir pra roça ajudar o pai a plantar... entende? Daí eu não estudei. Nenhum de nós estudou.²²³

²²⁰ NASCIMENTO, Alaíde M. do. *Op. Cit.*

²²¹ Alaíde diz que encerrou o negócio há trinta anos (com base na data de casamento de sua filha). Como foram “vinte e poucos anos” de funcionamento, supomos que tenha iniciado em meados de 1960. NASCIMENTO, Alaíde M. do, *Op. Cit.*

²²² *Ibidem.*

²²³ *Ibidem.*

Pela fala de Alaíde, percebemos que dois motivos a impediam de frequentar a escola quando vivia na Fazenda de Dentro: o trabalho e a distância. Esse problema também aparecerá no relato de Natália:

Nós morava num lugar muito longe, não dava pra trazer pra cá pra escola. Nós nunca fomos à escola eu e minha irmã mais moça, a segunda, né, não fomos pra escola. Agora os outros depois que nós se mudamos lá pra baixo, aí a minha mãe matriculou, botou eles na escola.²²⁴

Nesse caso, como a família passou a residir mais próximo à escola, foi possível a alguns dos filhos de Manoel e Nicolina frequentá-la. Não sabemos porque Natália e Maria, as duas filhas mais velhas, não foram à escola após a mudança, pois aparentemente ainda eram crianças. Porém, Natália diz que seus irmãos “só estudaram assim um pouquinho e depois largaram e foram trabalhar.”²²⁵ A necessidade de deixar a escola para trabalhar também é relatada por Alfredo:

[Comecei] a trabalhar com 13 anos. Fui trabalhar em Blumenau na estrada de ferro. A estrada de Blumenau para Garcia. Eu trabalhei lá um bocado de tempo. [...] eu não estudava mais, é verdade, saí para trabalhar. Saí perto do quarto ano. Aí eu saí para ajudar os meus pais e trabalhar na estrada de ferro.²²⁶

Essa estratégia de sobrevivência que implicava no abandono da escola pelos filhos para que pudessem trabalhar, também se mostrou duradoura no tempo. Foi presente na década de 1970 com Jandira e Tupinambá. Ela deixou a escola na sexta série, para realizar atividades domésticas em sua própria casa quando sua mãe, já com cerca de 50 anos, começou a trabalhar em uma indústria de pescados.²²⁷ Tupinabá estudou até a sétima série, deixando a escola

²²⁴ SILVA, Natália N. da, *Op. Cit.*

²²⁵ *Ibidem.*

²²⁶ SILVA, Alfredo, *Op. Cit.*

²²⁷ GONZAGA, Jandira C., *Op. Cit.*

para trabalhar, aos 12 ou 13 anos, como ajudante em uma alfaiataria.²²⁸

É possível inferir que a maior parcela da população negra local manteve-se, no pós-abolição, localizada em posição inferior na hierarquia social do trabalho, sendo bastante limitadas para esse grupo as chances de ascensão social, tanto em razão da discriminação racial que sofriam, quanto pela falta de qualificação profissional, muitas vezes em decorrência da origem rural de muitos. Ao contrário do que afirmam Cardoso e Ianni – que concluíram, vale lembrar, que o trabalho escravo em Santa Catarina concentrou-se em maior grau no espaço urbano – as experiências dos negros de Biguaçu demonstram o quão variadas poderiam ser as atividades laborais por eles desempenhadas no pós-abolição. Elas sugerem ainda que a procura por trabalho nas áreas urbanas significava a busca por melhorias das condições de vida. Assim, o desempenho de atividades não especializadas e mal remuneradas não constituía-se simplesmente numa condição que restava aos negros, a qual eles estariam fadados em razão da permanência de relações sociais típicas da sociedade escravocrata. As respostas para essa situação devem ser buscadas, sobretudo, nas relações estabelecidas no presente daquela sociedade e em seu passado recente.

As passagens que analisamos em cada uma das experiências estudadas no segundo capítulo deste trabalho demonstram que, ao menos aos migrantes, a mudança para a cidade constituiu-se em uma ruptura com um modo de vida camponês configurado naquelas famílias, em alguns casos, desde as últimas décadas da escravidão. Vimos o quanto essa transformação foi gradual e permeada por elementos que, em maior ou menor grau, favoreciam ou não a escolha do migrante pela saída ou permanência no campo (as condições de vida no campo, os fatores atrativos da cidade, o conhecimento de novas possibilidades de trabalho, a existência de familiares já estabelecidos, etc.).

As atividades as quais se dedicariam nas cidades geralmente seriam braçais, não especializadas e mal remuneradas, mas se fez presente o entendimento de que havia vantagens no empreendimento da migração. A legislação social já foi apontada como um elemento importante para a atração de migrantes do campo para o desempenho

²²⁸ ASSIS, Tupinambá C. de; SANTOS, Jussara de A., *Op. Cit.*

de atividades laborais urbanas.²²⁹ A presença praticamente absoluta do exercício de atividades formais, entre os homens, nas experiências que investigamos, mesmo que não especializadas, vem ao encontro dessa tese. Sabemos que os homens de quase todas as famílias estudadas puderam aposentar-se, perspectiva que não haveria caso permanecessem no campo.²³⁰ Já às mulheres, que aparentemente – ao menos nas experiências estudadas – permaneceram em sua maior parte envolvidas em atividades informais, sobretudo em trabalhos que visavam à complementação de renda, após o casamento, estaria assegurada a condição de pensionistas em caso de os maridos virem a morrer primeiro. Entendimento esse que poderia, inclusive, favorecer o desempenho desses trabalhos, pois assim seria possível, em alguns casos, se privilegiar também outros aspectos sociais, como a respeitabilidade, ao permanecerem “reclusas” ao mundo da casa.

Vimos neste terceiro capítulo o quanto os negros foram atuantes no novo ambiente em que se estabeleceram e o quanto este possibilitou experiências diversas para as famílias que optaram pela migração. Além do estabelecimento em localidades específicas, como os bairros Prado e Saudade, em Biguaçu, e os morros no entorno do centro de Florianópolis, e dos percalços enfrentados durante essa fase de estabelecimento, vimos como o elemento familiar influenciaria na migração, na configuração destes territórios e na sua consolidação. A diversidade racial das comunidades e a análise das relações estabelecidas no cotidiano da cidade demonstram como foi possível aos negros se inserirem nas relações de poder desses espaços, construindo e afirmando a sua identidade. Vimos ainda como foi possível a integração ao mercado de trabalho urbano, em situação de grande desvantagem em relação aos trabalhadores brancos, e pudemos analisar como algumas das estratégias adotadas no âmbito familiar articulavam-se com as

²²⁹ GOMES, *Op. Cit.*

²³⁰ Evaristo aposentou-se após ter trabalhado apenas em duas madeireiras de Florianópolis (ASSIS, Tupinambá C. de; SANTOS, Jussara de A., *Op. Cit.*); Manoel, após trabalhar no DER desde sua mudança para Biguaçu (NASCIMENTO, Alaíde M. do, *Op. Cit.*); Alfredo Silva, que teve inúmeras ocupações, se aposentou pela Universidade Federal de Santa Catarina, e seu pai, Alfredo Rafael Silva, como servidor público da Prefeitura de Florianópolis (SILVA, Alfredo, *Op. Cit.*).

possibilidades de trabalho, que configurou-se num importante veículo para a inserção social do migrante negro no pós-abolição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de todo este trabalho procuramos realizar a análise das trajetórias de algumas famílias negras do interior do Município de Biguaçu no pós-abolição, em diversos aspectos. Valorizamos as experiências dessas famílias desde os últimos anos da escravidão – na medida em que algumas informações puderam ser acessadas – até meados do século XX, procurando encontrar elementos que pudessem embasar uma análise pautada pelo pressuposto de que estratégias de sobrevivência e inserção social foram elaboradas e colocadas em prática de acordo com condições e exigências sociais de cada época. Conforme sugere Petrônio Domingues, o estudo dos negros no pós-abolição torna necessário verificar o movimento, a interação entre as continuidades e as transformações, a relação entre a memória de práticas e experiências vividas concretamente e suas atualizações em novas paisagens sociais que exigiram novas respostas e significados.²³¹

Vimos como as transformações ocorridas nas relações entre senhores e escravos nos anos finais da escravidão, e as peculiaridades do sistema em Santa Catarina, possibilitaram a formação de um campesinato negro na região da antiga Freguesia de São Miguel. Imersos em inúmeros arranjos de trabalho, a alguns foi possível o acesso à terra e relativa estabilidade ao longo de algumas gerações, sendo comum a manutenção de laços de dependência com as famílias dos antigos senhores ou proprietários locais. Num segundo momento, analisamos as possíveis causas do início da ruptura desse modo de vida, que culminou com a migração de muitas dessas pessoas para as áreas urbanas próximas. Procuramos nas entrevistas as motivações de cada indivíduo e, com o apoio da bibliografia existente, percebemos o quanto o conhecimento das oportunidades de trabalho nas cidades poderia exercer influência sobre a decisão de migrar. A família e os laços comunitários, por sua vez, exerceriam um importante papel na intensificação e consolidação desse processo. O estabelecimento na cidade e a formação de espaços de moradia e convivência também foram explorados, na tentativa de conhecer algumas formas de inserção e organização social no novo ambiente.

²³¹ DOMINGUES, *Op. Cit.*, p. 131.

Valorizamos na análise a perspectiva da integração social. A trajetória dos negros durante a escravidão e o pós-abolição foi marcada por histórias de resistência, afirmação e negociação de valores e condutas. Optamos pela busca do entendimento de como foi possível aos negros elaborar estratégias em diálogo com a sociedade vigente, ora buscando a inclusão mediante a aceitação de códigos estabelecidos, ora manifestando uma lógica própria, menos preocupada com as normas de comportamento existentes.

Por meio de uma perspectiva conjuntural, procuramos, por um lado, os vínculos dos negros com o passado escravista. E as entrevistas foram notáveis nesse aspecto. Em três das quatro famílias há a preservação da memória de antepassados escravos, conferindo um sentido de unidade a essas experiências familiares.²³² Por outro lado, cuidamos de procurar as rupturas nas experiências familiares ao longo do mais de meio século estudado. Chegamos a conclusão, em conformidade com o referencial historiográfico apresentado, que a condição social dos negros estava relacionada mais diretamente a questões ligadas ao pós-emancipação, ao contexto histórico que promoveu a sua libertação, do que ao período do cativo.

De nenhuma maneira nossa leitura sugere que a experiência da escravidão nessas famílias não seja relevante nas suas vivências. Muito pelo contrário. A permanência na memória da existência de antepassados escravos é uma demonstração da sua importância e do quanto essas famílias se identificam com essas experiências. Mas isso não significa que a identidade negra, elaborada nas experiências comuns dessas famílias, as acompanhe, imutável, ao longo de três ou quatro gerações, nem permite que as respostas para suas condições de vida dispense a análise dos diversos contextos que marcam suas trajetórias. A memória coletiva de antepassados escravos, e depois de camponeses livres, compõem suas experiências familiares, mas não são suficientes para explicar, sozinhas, nem a constituição da identidade, nem a condição social dos negros em meados do século XX.

Partimos do princípio de que a atualização dos mecanismos de dominação visando à manutenção das desigualdades sociais entre

²³² Além de Natália e Alaíde, Jandira também relatou a existência de antepassados escravos, pelo lado familiar materno. GONZAGA, Jandira C., *Op. Cit.*

negros e brancos pode ser observada em alguns momentos ao longo do período estudado. Após a conquista da liberdade, mediante um longo processo que envolveu a realização de inúmeras negociações – que permitiu por vezes o surgimento de condições próximas à liberdade no próprio cativeiro – mantiveram-se em muitos casos laços de dependência entre as famílias negras e seus antigos proprietários. Ao mesmo tempo, as teorias raciais promoviam a tentativa de manutenção da condição social dos negros ao afirmarem a sua inferioridade racial. Cardoso e Ianni percebem, em sua pesquisa em Florianópolis, a presença dessa mentalidade entre negros e brancos, mas a associa às especificidades do passado escravista local.

O negro, migrante, nessa situação, encontrou na cidade um ambiente que, mesmo que lhe proporcionasse vantagens em comparação à vida rural, lhe restringiria a ascensão social mediante a criação de um quadro de imensa desigualdade frente a outros estratos sociais. Analfabetos e sem ofício, na sua maior parte, lhes restaria o exercício de atividades braçais, domésticas, não especializadas, as mais baixas da hierarquia social do trabalho. Mas isso não implica dizer que estiveram passivamente submetidos a essas condições.

Procuramos mostrar o quanto a escolha pela migração envolvia a avaliação das circunstâncias pelo próprio migrante, em meio a projetos de vida que poderiam ser constantemente reelaborados. Nossa análise sugere que esses projetos variaram, em um primeiro momento, entre a opção pela permanência no campo ou saída rumo às cidades. As experiências demonstram a importância dos atrativos presentes no espaço urbano, sobretudo com relação às possibilidades de trabalho. Não houve elementos que nos permitissem averiguar mais a fundo possíveis motivos de expurgo do campo, mas aparentemente os principais problemas estiveram relacionados, nas experiências analisadas, à falta de perspectivas na produção campestre, pouco rentável, e com a própria intensificação da migração, que provocaria a falta de mão de obra nas propriedades movidas pelo trabalho familiar.

Na cidade, a ocupação de espaços na periferia permitiu o surgimento de verdadeiras comunidades negras. Juntamente com a elaboração de inúmeros territórios no espaço urbano, a identidade negra começaria a se forjar na sua relação com as outras camadas da população. Seu protagonismo é inquestionável, e nesse ambiente

outras estratégias teriam que ser elaboradas, agora sendo necessário considerar, no momento de traçá-las, as novas condições que se apresentavam. Se por um lado as oportunidades de trabalho eram desiguais, as entrevistas indicam que novamente algumas famílias voltariam a encontrar estabilidade, melhoria das condições de vida e perspectivas de futuro na cidade.

FONTES

ENTREVISTAS:

ASSIS, Tupinambá Costa de; SANTOS; Jussara de Assis. Entrevista. Florianópolis, 2013. Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura: Universidade Federal de Santa Catarina.

CAMPOS, Amaro Francisco. Entrevista. Florianópolis, 1978. Acervo do Laboratório de História Oral: Universidade Federal de Santa Catarina.

GONZAGA, Jandira Costa. Entrevista. Florianópolis, 2013. Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura: Universidade Federal de Santa Catarina.

NASCIMENTO, Alaíde Matilde do. Entrevista. Biguaçu, 2013. Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura: Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, Alfredo. Entrevista. Florianópolis, 2013. Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura: Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, Natália Nicolina da. Entrevista. Biguaçu, 2013. Acervo do Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura: Universidade Federal de Santa Catarina.

RELATÓRIO DE PESQUISA:

ALVES JR., Ozias. **Comunidade negra do Prado, Biguaçu: 100 anos de história** (reportagem e relatório de entrevistas). Disponível em: < <http://oziasjornalismo.blogspot.com.br/2008/01/comunidade-negra-do-prado-biguau-100.html> >. Acesso em 6 de setembro de 2013.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marta; PEREIRA, Matheus Serva (Orgs.). **Caminhos da liberdade**: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil. Niterói: PPG História/UFF, 2011.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo**: 1888-1988. Bauru: EDUSC, 1998.

AGUILAR, Maria do Carmo Moreira. **Famílias negras no Planalto Médio do Rio Grande do Sul (1940-1960)**: terra, migração e relações familiares. Dissertação de Mestrado em História, Porto Alegre: UFRGS, 2012.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005a.

ALBERTI, Verena. Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. **História oral**, São Paulo, v. 8, n.º1, p. 11-28, jan/jun 2005b.

ARAÚJO, Camilo Buss. **Pobres em disputa**: urbanização, política e classes populares no Morro da Caixa d'Água – 1950 e 1960. Dissertação Mestrado em História, Florianópolis: UFSC, 2006.

BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, Philippe, STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias de etnicidade**. São Paulo: UNESP; 1998. p. 185-228.

BASTOS, José Messias. Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na Ilha de Santa Catarina. *In*: SANTOS, Maurício Aurélio. **Ensaios sobre Santa Catarina**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000. p. 128-140.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1968.

CAMPOS, Domar. Depoimento: recordações de Florianópolis e de catarinenses desde 1930. **Geosul**, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 189-200, jul/dez 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Ed. Nacional, 1960.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Comunidade Mont Serrat: memórias. Florianópolis, SC, 1992.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. **Além da escravidão**: investigações sobre raça, trabalho, e cidadania em sociedades pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Carlos Eduardo. **Campesinato negro no pós-abolição**: migração, estabilização e os registros civis de nascimento. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ (1888-1940). Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flavio dos Santos (Orgs). **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DALLA VECCHIA, Agostinho Mario. **Os filhos da Escravidão**: Memórias de descendentes de escravos da região meridional do Rio Grande do Sul. Pelotas, UFPEL, 1993.

DOMINGUES, Petrônio. “Um desejo infinito de vencer”: o protagonismo negro no pós-abolição. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 12, n.º 23, p. 118-139, jul/dez 2011.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo, Ática, 1978.

FONER, Eric. **Nada além da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq, 1988a.

_____. O significado da liberdade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 8, n. 16, p. 9-16, mar/ago, 1988b.

FLORES, M.^a Bernadete Ramos. A autoridade do passado. *In: A farra do boi*: palavras, sentidos, ficções. Florianópolis: UFSC, 1997. p. 113-141.

FRAGA F.^o. Walter. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910. Tese de Doutorado em História, Campinas: UNICAMP, 2004.

FREIRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48.^a edição. São Paulo: Global, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____; Mattos, Hebe M. Sobre apropriações e circularidades: memórias do cativo e política cultural na Era Vargas. **História Oral**, n. 1, p. 121-143, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOFFMANN, Priscila Catarina. **Negros de São Pedro**: Experiências das populações de origem Africana no pós-abolição em

São Pedro de Alcântara. Trabalho de Conclusão de Curso em História, Florianópolis: UDESC, 2009.

JANOTTI, M^a de Lourdes Mônaco; QUEIROZ, Suely Robles R. de. Memória da escravidão em famílias negras de São Paulo (Projeto de pesquisa). **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.º 28, p. 77-89, 1988.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no sul do Brasil**: invisibilidade e territorialidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LIMA, Henrique Espada. Da escravidão à liberdade na Ilha de Santa Catarina. *In*: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (Orgs.). **História diversa**: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 197-224.

MAESTRI FILHO, Mario José. **Depoimentos de escravos brasileiros**. São Paulo: Ícone, 1988.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Africanos em Santa Catarina: escravidão e identidade étnica. *In*: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; SAMPAIO, Antonio C. Jucá; CAMPOS, Adriana (Orgs.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória; Lisboa; Brasília: UFES; ICT; CNPq, 2006. p. 609-644.

MARIA, Maria das Graças. **“Imagens invisíveis de Áfricas presentes”**: experiência das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940). Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: UFSC, 1997.

MATTOS, Hebe M. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista Brasil, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Hebe M. Os Combates da Memória: escravidão e liberdade nos arquivos orais de descendentes de escravos brasileiros Mattos. **Tempo**, Rio de Janeiro, n.º 6, v. 3, p. 119-210, dez 1998.

MATTOS, Hebe; RIOS, Ana M. Lugão. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MORTARI, Claudia; CARDOSO, Paulino. Territórios negros em Florianópolis no século XX. *In*: BRANCHER, Ana. **História de Santa Catarina**: estudos contemporâneos. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004. p. 83-101.

PEDRO, Joana, *et alii*. **Negro em terra de branco**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e modernização**: um estudo de modernização em Florianópolis. Florianópolis: Lunardelli, s/d.

PIAZZA, Walter. **O escravo numa economia minifundiária**. Florianópolis: UDESC; São Paulo: Resenha Universitária, 1975.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, São Paulo, vol. 5, n.º 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia dos fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n.º 2, p. 59-52, 1996.

REIS, Sara Regina Poyares dos; OLIVEIRA, Sandra Regina Ramalho e; KLUG, João. **Carl Hoepcke**: a marca de um pioneiro. Florianópolis, SC: Insular, 1999.

REITZ, Raulino. **Alto Biguaçu**: narrativa cultural tetrarracial. Florianópolis: Lunardelli; UFSC, 1988.

RIOS, Ana M. Lugão; COSTA, C. Eduardo. **Migração de negros no pós-abolição**: duas fontes para um problema. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Caxambu, MG – de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

RIOS, Ana M. Lugão; Mattos, Hebe M. **O pós-abolição como problema histórico**: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, jan/jun 2004.

SANTOS, Joaquim Gonçalves dos. **A Freguesia de São Miguel da Terra Firme**: aspectos históricos e demográficos - 1750-1894. Dissertação de Mestrado em História, Florianópolis: UFSC, 1996.

SCHWARTZ, Stuart. **Roceiros, escravos e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, Jaime José dos Santos. **A dança do Cacumbi**: novo olhar sobre as festas afro-brasileiras e as vivências do pós-emancipação em Santa Catarina. Trabalho apresentado no VI Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Florianópolis, SC – 15 a 18 de maio de 2013.

THOMPSON, Paul. **Voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Gente da Felisberta**: consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847-tempo presente). Tese de Doutorado em História. Niterói: UFF, 2013.

WOECMAN, Karen; PEREIRA, J. Vasquez (Orgs.). **História falada**: memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC SP; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

ZIMMERMANN, Fernanda. **De armação baleeira a engenhos de farinha: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme – SC: 1800-1860.** Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2011.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTAS – Laboratório de História Social do Trabalho e da Cultura/UFSC:

1. IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL

- Nome;
- Idade;
- Local de nascimento;
- Profissão;
- Local da entrevista.

2. COMPOSIÇÃO DA FAMÍLIA

- Pais;
- Tios-avôs / avós;
- Bisavós.

Perguntas em relação a esses parentes: nome, nascimento/morte, profissão, local de nascimento (migração)

3. MIGRAÇÃO

- Quando se fixaram onde residem atualmente?
- De onde saíram, e porquê?
- Motivo da escolha do novo local.

4. TRABALHO

- Trabalhavam em quê?
- Quais os arranjos de trabalho dos membros da família (monetização/assalariamento)?
- Como teve acesso à essa terra onde reside (e também tipo de cultivo/mercado dos produtos – próprio engenho ou parceria no engenho de alguém)?
- Quem ficou em relação com a terra, e quem foi para a cidade trabalhar?

5. EDUCAÇÃO/ESCOLARIZAÇÃO

- Frequentou a escola – onde – até quando?
- E os pais? E outras pessoas na família?
- Memórias da escola.

6. PRÁTICAS RELIGIOSAS OU CULTURAIS/
ASSOCIAÇÕES/SOCIABILIDADES

- Participavam de associação de trabalhadores?
- Irmandades;
- Esporte/clube;
- Salão/baile/festas de devoção/paróquia.

7. DISCRIMINAÇÃO

- Discriminação por cor/raça no trabalho? E por classe?
- Nas associações/clubes/festas?
- Permissão para casamento interracial;
- Presença no mesmo espaço (brancos e negros);
- Chance/dificuldade de ascensão social.

8. PERCEÇÃO DE MUDANÇA DO ESPAÇO

- História do bairro;
- Papéis da família, fotografias, recortes de jornal.